

u



évora

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

SOCIOLOGIA GERAL I

Augusto da Silva, sj

Évora | 2012

Ficha Técnica

Título: Sociologia Geral I

Autor: Augusto da Silva

Edição: Universidade de Évora – Departamento de Sociologia

Abril de 2012

Design da Capa: Pedro Lopes

Tiragem: 90 exemplares

ISBN: 978-972-98698-4-6

Preâmbulo

Com a edição *on-line* e em papel de documentos didático-pedagógicos, intitulada *Colectânea D-Soc*, o Departamento de Sociologia da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora renova a sua atividade editorial com uma nova metodologia de divulgação e acesso a recursos científicos e pedagógicos.

Desde logo, a presente atividade deve ser entendida como uma preocupação dos docentes do Departamento de Sociologia em procurar construir uma nova plataforma de comunicação “plural” com os seus estudantes, mas sem abdicar do necessário nível de exigência que se impõe na aprendizagem da diversidade de orientações teórico-metodológicas das matérias relacionadas com as unidades curriculares leccionadas em regime presencial.

O *primeiro volume* desta nova vaga editorial é constituído pela disponibilização *on-line* e reedição, em papel, das *Sebentas de Sociologia Geral I e Sociologia Geral II* da autoria do Professor Augusto da Silva. É justo referir e salientar o apoio do Professor Augusto da Silva na materialização desta iniciativa, encorajando a difusão de documentos que se editam na nossa Universidade, desde o final dos anos 70 (séc. XX) e que constituíram, desde então, num quadro em que o acesso a materiais de síntese e em suporte livro era mais difícil, um precioso recurso de estudo por parte dos alunos de Sociologia.

Nesta edição incluímos testemunhos dos atuais docentes do Departamento que foram alunos do Professor Augusto da Silva em cursos de Licenciatura em Sociologia, os quais deixam uma mensagem enriquecedora da importância dos textos de apoio, ditos de *Sebentas Augusto da Silva*, quer na formação inicial em Sociologia, quer na consolidação da imagem inspiradora do papel e do lugar da Sociologia na descodificação e na desocultação das especificidades plurais dos factos sociais.

A atual Direção do Departamento de Sociologia tem a intenção de editar com regularidade novos documentos *on-line* e em papel, designadamente manuais pedagógicos e colectâneas temáticas, promovendo e assegurando a disponibilização de um conjunto progressivamente alargado de materiais de apoio ao estudo das unidades curriculares que tutela, ajustando-se, desta forma, às necessidades e interesses dos estudantes do 1º, 2º ou 3º ciclo. Naturalmente que esta ambição depende das colaborações dos colegas e sobretudo do seu esforço e dedicação na disponibilização e exposição pública de textos didático-pedagógicos.

Para terminar, sublinhamos o desejo do nosso empenhamento na iniciativa e deixamos uma palavra de gratidão a todos que colaboraram e colaboram de forma desinteressada na consolidação do presente projeto editorial.

Évora, 26 de Abril de 2012

O Diretor do Departamento de Sociologia

Carlos Alberto da Silva

Não se esquece aquilo que nos marca!

Completa-se este ano trinta anos em que tive pela primeira vez um contacto com a Sociologia ao ingressar no Ensino Superior na Universidade de Évora. Era uma área científica que estava a dar os primeiros passos no ensino oficial público no nosso país, e a Universidade Évora e o seu Departamento de Sociologia, enquanto entidades precursoras no ensino da Sociologia, puderam desde a sua refundação contar com a experiência e a dedicação de docentes como o Professor Augusto da Silva.

Recordo ainda a minha primeira aula de Sociologia Geral com o Professor Augusto da Silva, onde para além de nos informar da sua condição de padre e jesuíta, nos alertava para a importância da Sociologia na compreensão dos fenómenos da nossa sociedade. Exigente para com os seus alunos desde o primeiro momento, merecedor de respeito e de admiração, fazia das suas aulas uma forma muito peculiar de análise da vida quotidiana, utilizando com muito propósito os instrumentos conceptuais oriundos da Sociologia. Ao rigor que exigia aos seus alunos na aplicação dos conceitos fundamentais da Sociologia, tão bem plasmados nas suas Sebentas, nada poderia substituir o saber, a dedicação e o extraordinário sentido de humor que imprimia às suas aulas.

As Sebentas de Sociologia Geral foram e ainda são uma preciosa ferramenta de aprendizagem da Sociologia. Há três décadas atrás eram praticamente um documento único do género no nosso país, para auxílio aos alunos no acompanhamento das temáticas da construção do objeto teórico-científico da Sociologia. A minha integração como docente de Sociologia foi também fortemente marcada pela sua preciosa presença. Apesar de hoje revelarem algum “desgaste”, que resulta do peso do tempo em que foram criadas e dos enormes processos de mudança que entretanto ocorreram, disponibilizar estes documentos a um público mais alargado utilizando as novas tecnologias, não deixa de ser um projeto merecedor do nosso apreço.

Não nos podemos esquecer que através destas Sebentas que ainda hoje conservo, embora com as suas páginas amareladas pelo tempo, foi possível formar muitos sociólogos e quadros superiores que assumem hoje funções e responsabilidades de natureza muito diversificada na região e no país. Este papel não se esgotou. Ainda poderá continuar a dar um contributo muito importante para o acompanhamento no ensino e na aprendizagem da Sociologia de muitos jovens em Portugal.

Domingos Braga

*professor auxiliar no Departamento de Sociologia (gab. 279-CES);
estudante de licenciatura em Sociologia na Universidade de Évora (1981-1986).*

Pelo Alentejo com a Sociologia...

O início da década de 80 permitiu-me o primeiro contacto com a Sociologia, durante a frequência dos estudos secundários em Mértola. O interesse e a vontade de conhecer melhor esta área científica levaram-me a seleccionar em 1984, como primeira opção, o Curso de Sociologia na Universidade de Évora. Decisão que não foi facilmente compreendida por todos os familiares, mas que me permitiu começar verdadeiramente a minha caminhada pelos domínios da Sociologia.

O ano letivo de 1984/85 foi a confirmação que a escolha empreendida correspondia à plena concretização do percurso que desde então começava a trilhar pela sociologia como projeto de vida profissional.

A chegada à linda cidade de Évora e ainda mais à bela e carismática Universidade de Évora, em Outubro de 1984, marcaram definitivamente o meu percurso de vida! Numa turma de 34 alunos, oriundos de todo o país e até mesmo da Guiné-Bissau, a primeira aula ministrada foi Sociologia Geral I, cuja regência estava a cargo do Prof. Augusto da Silva. A componente teórica desta disciplina era sabiamente desenvolvida ao longo das aulas através da Sebenta de Sociologia Geral I, na qual estavam apresentadas as matérias fundamentais para uma primeira aproximação à sociologia por parte dos aprendizes a sociólogos. E o *MESTRE* sabia fazê-lo de modo inigualável, a sala 272 do CES transformava-se num verdadeiro Laboratório de Aprendizagem sociológica, com tão bem sistematizado e representativo documento dos conteúdos fundamentais em Sociologia, complementados com a apresentação de exemplos do quotidiano da cidade e da Universidade de Évora, como só o Prof. Augusto da Silva o sabia fazer. Aprendizagem que prosseguiu ao longo do 2º semestre letivo com a Sebenta de Sociologia Geral II.

Estas sebentas marcaram profundamente o meu percurso académico e a minha aprendizagem da Sociologia, e volvida uma década – no momento em que iniciei a minha atividade docente no Departamento de Sociologia da Universidade de Évora – voltaram a constituir o suporte de estudo para os meus alunos.

As sebentas de Sociologia Geral I e II são pois manuais pedagógicos intemporais, as diversas edições da sua edição assim o comprovam, que marcaram gerações de sociólogos formados na Universidade de Évora e que continuam a influenciar a formação dos atuais alunos que iniciam o seu percurso académico na área da Sociologia.

Reconhecimento que não fica circunscrito aos limites geográficos da Universidade de Évora, uma vez que muitos são os sociólogos que formados em Évora exercem as suas atividades docentes, em Instituições de Ensino Superior ou de outros níveis de ensino em Portugal e além-fronteiras.

Os ensinamentos que encontrámos nas Sebentas de Sociologia Geral I e II, e que influenciaram decisivamente a nossa formação como sociólogos, continuam a reproduzir-se através das nossas funções exercidas enquanto formadores de outras gerações de sociólogos.

Esta corrente ininterrupta de saberes só é possível pelo grande mérito do Prof. Augusto da Silva, que marcou o início da Sociologia em Portugal e a formação de sucessivas gerações de sociólogos. Influência que continuará uma constante nos e pelos atuais e futuros sociólogos!

Uma palavra de profundo agradecimento ao Prof. Augusto Silva, pelo modo como sempre influenciou a minha formação, e pela convicção que nela encontro no desenvolvimento da minha profissão.

Maria da Saudade Baltazar

professora auxiliar no Departamento de Sociologia (gab. 273-CES);

estudante de licenciatura em Sociologia na Universidade de Évora (1984-1989).

Sebentas de Augusto da Silva: a sociologia nas minhas primeiras moleskines...

Como uma boa *moleskine*, as sebatas de Sociologia de Augusto da Silva têm sido fiéis companheiras de viagem académica, onde guardo esboços, notas, histórias e ideias. Chamar à memória o seu uso é revivê-las e actualizar a ironia dos comentários sobre a vida estudantil, a exemplificação com factos reais ou anedóticos, muitos deles apontados nas sebatas, o uso do humor aguçado e a crítica mordaz que Augusto da Silva invariavelmente colocava nas suas intervenções. Como qualquer boa seбата, as “sociologias gerais” não esgotavam as necessidades de estudo: antes remetiam para outras leituras, complementares e necessárias para quem desejasse conquistar uma excelente nota. Sabê-las de cor, ou quase, não era, por isso, sei-o bem (!), condição bastante para uma nota acima de 16 valores.

As sebatas do Professor Augusto da Silva tinham e têm vida. E longa. Não falam, mas dizem muito. São parte do autor. De mim também. Apropriei-me delas. Sublinhei-as incontáveis vezes, algumas sobrepondo traços de lápis e/ou esferográfica, de cores variadas, e completei-as com sábia informação transmitida pelo Professor nas aulas. Neste sentido, creio, acrescentei-lhes valor ☺. Estudei por elas, por longas horas, durante a licenciatura e, mais tarde, nelas busquei conhecimento para os trabalhos do curso de mestrado. Porém, as Sebatas foram mais do que fonte onde bebi conhecimento sociológico. Numa altura em que as *moleskines* estavam acessíveis apenas a algumas bolsas, as sebatas constituíram-se também como livros de notas pessoais: folheá-las é decifrar epígrafes de autores que lá reproduzi, é cantar excertos de canções da época, é actualizar sentimentos típicos do pôr-do-sol adolescente. Se na época fosse comum o uso dos *smiles* e outros *emoticons*, as minhas sebatas estariam pixelizadas por eles, tal era o deleite que retirava da sua leitura, nas aulas e fora delas.

É por isso que as sebatas de *Sociologia Geral I* e de *Sociologia Geral II* foram e são muito mais do que meros (ainda que ilustres) repositórios de conhecimento sociológico. Elas são fósseis de parte da minha história de vida, um pedaço da minha identidade académica e pessoal. Obrigado Professor!

José Manuel Saragoça

professor auxiliar no Departamento de Sociologia (gab. 274-CES);

estudante de licenciatura em Sociologia na Universidade de Évora (1985-1990).

Uma lição para a vida. A sociologia e o encontro de gerações

Apesar das múltiplas alterações a que o plano de estudos da licenciatura em Sociologia da Universidade de Évora, foi sujeito ao longo dos anos, a *Sociologia Geral*¹ sempre se manteve como disciplina nuclear e estruturante na formação dos futuros sociólogos.

O Professor Augusto da Silva concebeu o conteúdo programático da disciplina de *Sociologia Geral* de modo a “apresentar de maneira simples, mas exacta e sistemática, os conceitos fundamentais da sociologia [e a dotar os alunos] de um instrumento necessário e válido para a observação, classificação e explicação das relações, colectividades e comportamentos humanos em sociedade”².

As sebatas de Sociologia Geral I e Sociologia Geral II – ou “Apontamentos para uso dos Estudantes”, para usar a terminologia do autor – foram elaboradas pelo Professor Augusto da Silva com grande rigor científico, pedagógico e didáctico, tendo persistido ao longo dos anos como uma fonte de conhecimento inestimável e um valioso manual de estudo, para professores e alunos.

Tive o privilégio de ter o Professor Augusto da Silva como docente das disciplinas de *Sociologia Geral I* e *Sociologia Geral II*, no ano lectivo de 1985/1986 e de estudar pelos seus “Apontamentos”. A forma como apresenta e sistematiza os temas sociológicos confere às suas publicações uma qualidade, utilidade e actualidade inquestionáveis e conduzem o aluno na “aventura” que é a iniciação ao estudo da Sociologia. Ainda assim, não podem substituir nem transmitir a emoção de assistir às aulas do Mestre e de testemunhar a sua paixão contagiante pela Sociologia.

No ano lectivo de 2006/2007, já docente do Departamento de Sociologia, foi-me atribuída a leccionação da disciplina de *Sociologia Geral*, que asseguro até hoje. O primeiro sentimento foi de orgulho e emoção, mas também de imensa responsabilidade. A primeira reacção foi solicitar a orientação do Professor Augusto da Silva, tarefa que aceitou com entusiasmo e generosidade.

Neste contexto, as suas sebatas de Sociologia Geral I e Sociologia Geral II foram recuperadas com uma dupla função: para apoio da docente na preparação das aulas e como elemento de estudo para os alunos. Rapidamente se tornou perceptível que, de entre toda a bibliografia disponibilizada, os alunos elegeram os “Apontamentos” do Professor Augusto da Silva como fonte preferencial para o estudo da disciplina.

E, não é difícil perceber porquê! Para além do rigor científico e pedagógico, a obra está concebida com o intuito de motivar o aluno para o estudo da Sociologia, para o reconhecimento da utilidade desta ciência e para o papel do sociólogo na sociedade em geral e no mercado de trabalho em particular. Porque a leitura dos autores fundamentais em Sociologia sempre foi um ponto de insistência do Professor para com os seus alunos, deixa as suas recomendações de leitura no final de cada capítulo.

Maria Manuel Serrano
*professora auxiliar no Departamento de Sociologia (gab. 273-CES);
estudante de licenciatura em Sociologia na Universidade de Évora (1985-1990).*

¹ “Disciplina que abrange as teorias e métodos gerais de análise, elaborados pelas diversas escolas e correntes de pensamento Sociológico”, in Augusto da Silva (1983), *Sociologia Geral II*, Universidade de Évora, Departamento de Sociologia, p. 1.

² Augusto da Silva (1983), *Sociologia Geral I*, Universidade de Évora, Departamento de Sociologia, p. 1.

Azulejos, laranjeiras, *internet*, e a Sociologia das Pequenas Coisas

Há lugares que nunca se abandonam, experiências que não se repetem, e pessoas que jamais esquecemos. A sala 119 do Colégio do Espírito Santo, a minha primeira aula na Universidade – que foi também a de Sociologia Geral I –, e o professor Augusto da Silva são disso o exemplo vivo, que quero e tenho gosto em aqui testemunhar.

Com os azulejos joaninos ao fundo, na emblemática sala de *aula de filosofia grega* do Colégio do Espírito Santo, o professor Augusto da Silva reificava para mim, em Outubro de 94, a representação social que desde o ensino secundário alimentava em torno do que seria uma aula na Universidade. Numa sala cheia de estudantes, muito diferentes e ainda desconhecidos entre si, o Professor, cuja voz o tempo tornaria característica e simultaneamente familiar, recomendava a aquisição de um conjunto de apontamentos para acompanhar e aprofundar as disciplinas de Sociologia Geral I e II. A esses apontamentos, soube mais tarde, todos chamavam ‘*A Sebenta*’, e a sua leitura e estudo condição *sine qua non* de aprendizagem da sociologia em Évora.

O tempo encarregou-se de me mostrar como tais apontamentos, datados de 1979, eram, afinal, uma rica, actual e inesgotável fonte de saber. Como aluna, encontrei neles uma janela aberta para muitas leituras aprofundadas, como aliás se aconselhava vivamente a partir de uma afirmação de Henry Mendras: “*L’étudiant qui veut s’initier à la sociologie doit entreprendre de nombreuses lectures s’il veut acquérir une idée de la démarche intellectuelle du sociologue*”. No seu encaço procurei as Obras fundamentais de Sedas Nunes, Comte, Durkheim e Weber; as complementares de Bottomore, Rocher, Javeau, Fichter ou Gurvitch; e as inspiradoras de Riesman, Berger ou Wright Mills. E encontrei-as. Escondida pelas laranjeiras do largo, a Biblioteca do ISESE reunia todos os apelidos que o Professor citava nas aulas e indicava ao final de cada capítulo. Mais tarde, como docente, recomendei muitas vezes, e recorri sempre, a esses mesmos apontamentos na preparação de aulas de ‘Sociologia Geral’ para estudantes de sociologia, mas também na ‘Introdução à Sociologia’, ‘Elementos de Sociologia’ e outras sociologias especializadas que desde 2000 fui chamada a leccionar no Departamento de Sociologia para diversos cursos. Transversalmente, como investigadora, estou convicta que foi através das sebatas de Sociologia Geral, mas sobretudo do espírito de observação que o Autor cultivava e inculcava nos seus alunos a partir de exemplos aparentemente anódinos do quotidiano, da universidade, da cidade, do país e do mundo, que aprendi a conjugar na primeira pessoa a sociologia.

Sabemos que de hoje em diante, com a disponibilização *on-line* das sebatas de Sociologia Geral I e II, nada mais será como dantes. Estes apontamentos perderão a característica de património restrito – e privilegiado (!) – de ex-alunos do curso de sociologia em Évora, deixarão as prateleiras da sua biblioteca e do balcão da reprografia, e chegarão rapidamente a todos, em todo o lado. Os motores de busca encarregar-se-ão disso com a velocidade de um *click*. Mas aqueles que tiveram o privilégio de ter Augusto da Silva como professor terão sempre muito mais que o *download* de um PDF. Nas linhas e entrelinhas desta sebenta encontrarão sabedoria, perspicácia e humor, características indeléveis *do seu* Professor. Há uma geração de antigos alunos de sociologia em Évora que, certamente, se comoverá ao encontrar na *internet* a sebenta que outrora comprou, folheou e pela qual estudou. Mas há uma outra geração para quem esta sebenta constituirá uma inspiração nova, fonte de trabalho, adaptação, discussão e reinterpretção constantes. A uns e outros «não será fácil praticar uma sociologia sem adjectivos», como sabiamente adverte o professor Augusto da Silva na sua última lição. Mas com esta sebenta, sabêmo-lo, será a todos mais fácil reconhecêmo-nos como parte integrante de uma sociologia de pronomes: *a nossa*.

Rosalina Pisco Costa

professora auxiliar no Departamento de Sociologia (gab. 275-CES);

estudante de licenciatura em Sociologia na Universidade de Évora (1994-1998).

APRESENTAÇÃO

Com os Apontamentos que aqui reunimos intentamos de algum modo minorar a falta de bibliografia de consulta de que, à maior parte dos Alunos, não é fácil dispôr, mas não a pretendemos substituir. Por isso mesmo, vivamente aconselhamos que, além da realidade viva que é o texto natural e completo para o Estudo das Ciências Sociais, tenham os Estudantes bem presente a afirmação de Henry MENDRAS "L'étudiant qui veut s'initier à la sociologie doit entreprendre de nombreuses lectures s'il veut acquérir une idée de la démarche intellectuelle du sociologue" (Éléments de Sociologie, Textes, Avant-propos).

Começamos com um longo capítulo de Introdução em que se procuram delinear as principais etapas da formação da ciência que hoje se chama Sociologia, para a relacionarmos depois com as outras ciências sociais, e finalmente apresentarmos, de maneira sucinta, o seu objecto, dificuldades e métodos.

Os capítulos seguintes apresentam de maneira simples, mas exacta e sistemática, os conceitos fundamentais da sociologia.

Ao fim de cada um deles são indicados textos de diferentes Autores, cuja leitura poderá contribuir para ampliar e aprofundar a matéria tratada.

Se a multiplicidade de leituras se torna imprescindível, a falta de sistematização poderá torná-las nocivas. Por isso mesmo, se não aconselham leituras para cuja compreensão o Estudante não esteja capacitado.

Esperamos que este estudo seja útil e, se possível, agradável, embora julguemos oportuno prevenir o Estudante, com palavras alheias, em relação à aparente aridez, ou facilidade, das Ciências Sociais: "Les sciences idéologiques, morales et politiques, après tout, sont des sciences comme les autres, à la différence près que ceux qui ne les ont point étudiées sont persuadés de sa bonne foi de les savoir qu'ils se croient en état d'en décider" (Destutt de TRACY, Éléments d'idéologie).

INTRODUÇÃO

I - GENESE E EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO SOCIOLOGICO

Foi lenta a evolução da reflexão sobre a sociedade até surgirem as condições para se constituir uma nova disciplina - a sociologia. Filósofos, juristas, politólogos, moralistas, descreveram a sociedade tal como pensavam que ela deveria ser e não a partir de uma observação metódica da mesma.

Aproximações sucessivas que podemos situar no espaço e no tempo, levaram à construção de um objecto teórico para uma nova ciência e à invenção das metodologias e técnicas convenientes.

Para ponto de referência deste excurso inicial, diremos que a Sociologia pode ser definida como uma ciência de observação das relações entre os fenómenos sociais: "Ciência de observação por oposição a ciência especulativa; Ciência objectiva por oposição a subjectiva; ciência positiva por oposição a normativa. Ciência porque "conjunto ordenado e sistematizado de conhecimentos metodologicamente adquiridos".

Por outro lado, ciência das relações entre fenómenos sociais, a sociologia não se interessa do individuo como tal, mas da sua "pessoa social", isto é, do que ela partilha com os outros. Quem estuda a sociedade interessa-se pelo modo como as pessoas estão em relação umas com as outras, das colectividades que formam, dos comportamentos que adoptam.

A sociologia começa onde há ideias, atitudes, valores e comportamentos partilhados por vários. A trajectória que seguiu o pensamento humano vai da reflexão sobre a sociedade à observação empírica. A reflexão sobre a sociedade é suscetível de várias formulações: qual o sentido da sua história? como reformar a sociedade, torná-la mais justa, dar-lhe um rosto mais humano?

A resposta a tais perguntas não se encontra necessariamente na observação da mesma sociedade. Embora a observação seja necessária, a verdade é que entram elementos de outra ordem: a da ideologia, dos juízos de valor, da ordem normativa. Colocamo-nos assim no domínio da Filosofia

Política. A Sociologia Política por seu lado, desembaraça-se do problema dos valores (do normativo) - pretende somente observar, classificar e, quanto possível, explicar os fenômenos políticos.

Foi através de um processo evolutivo, muito lento ao princípio, precipitado a partir do século XVIII, que se chegou a fazer distinção clara entre as duas ordens de conhecimentos - o filosófico e o empírico.

A Sociologia antes de se afirmar como ciência com um objecto e métodos próprios, estava já em germen na reflexão dos filósofos e nas pesquisas dos historiadores.

Não pretendemos aqui fazer a história do pensamento social, mas tão somente evidenciar as etapas marcantes da evolução deste pensamento que possam contribuir para compreender como a Sociologia, sendo embora herdeira de tais preocupações e problemas, possui, no entanto, um carácter próprio que faz dela uma disciplina específica das sociedades industriais.

1. Os Precursores

1.1. A Grécia

Com HERÓDOTO (séc. V) nasce a literatura de viagem. Descrevem-se as leis, os costumes, as tradições dos Medos, dos Persas, dos Egípcios. É já uma atitude de espírito, embora a informação esteja penetrada de credulidade ingênua ou de etnocentrismo soberbo com a dicotomia Bárbaro/Civilizado.

Apesar disso há que relevar a atitude de observação e comparação que constituem o germen do método sociológico. Heródoto fica assim a constituir o elo inicial de uma cadeia que se irá alongando através dos séculos e a que se prende a multidão de escritores que em sua literatura descrevem mundos exóticos com o que têm de original e bizarro, ou simplesmente anotam o que viram em universos sociais diferentes.

Um segundo passo parece ser adeantado por TUCIDEDES (séc. V a.Xtum) que para além da narração procura a explicação. A partir da observação do seu presente, raciocinando por analogia, procura reconstruir e explicar o viver de povos mais antigos (os antigos helenos a partir dos etólios). Esta metodologia será retomada posteriormente, com particular ênfase no século XIX, pelos evolucionistas. Estes, partindo do

postulado da evolução unilinear das diversas instituições sociais, procuraram reconstituí-las a partir da observação dos costumes dos povos "primitivos". Assim os "primitivos" foram considerados como as provas das diversas etapas por que teriam passado, através dos milênios, as instituições sociais.

Há, como vemos, uma identidade de raciocínio entre os evolucionistas do séc. XIX e o Tucídides de há 25 séculos. Por outro lado, esta atitude que de modo algum é isenta de etnocentrismo, juntamente com a literatura exótica, está na origem da disciplina que se veio a chamar etnologia.

Os FILÓSOFOS, constituem o meio intelectual por excelência que se interroga sobre as causas da instabilidade política, das crises e das guerras entre as Cidades Gregas, principalmente Atenas e Esparta. São eles que procuram evidenciar as regras (leis) da organização da sociedade. Entre os filósofos destacam-se os Sofistas (virtuosidade verbal) em cuja reflexão sobre a sociedade e a vida política, se pode descortinar um rudimento do método científico, considerado como observação e experimentação.

Foram ainda os Sofistas que relevaram a sobrevivência de arcaísmos obsoletos nas instituições atenienses em flagrante contradição com o desenvolvimento intelectual e comercial da Cidade. De algum modo se pode dizer que eles prenunciam duas preocupações fundamentais da sociologia de hoje: a mudança social e a integração cultural.

Entre os Filósofos da Grécia, ocupam lugar de primeiro plano PLATÃO (429-347) e ARISTÓTELES (348-322). Ambos se preocuparam com os males que afligiam a Cidade. No entanto, em Platão, a observação é rudimentar enquanto que em Aristóteles se pode classificar de notável.

O contributo de Platão, para a formação da ciência que nos ocupa, encontra-se na "Républica" e em "As Leis", onde define a cidade ideal tal como a concebe (recorda-se que a cidade é o local privilegiado da interrelação social). Tal definição implica um mínimo de observação da realidade existencial circundante. Ao propor determinado número de habitantes como ideal para a sua cidade é para evitar que um crescimento demográfico incontrolado venha romper o equilíbrio económico e provocar perturbações sociais. Do mesmo modo, ao afirmar no livro V de "As Leis" que estas não devem ser contrárias ao clima do país está a ter em

conta a influência dos factores geográficos na interrelação social. É igualmente interessante notar como em Platão já se encontra um germen a moderna teoria da luta de classes, ao evidenciar a incompatibilidade entre "possuidores" (artezãos) e "dirigentes" (magistrados) e (filósofos) aqueles submetidos a um estrito comunitarismo.

ARISTOTELES estudou as instituições de 158 Cidades gregas ou estrangeiras. Procurou classificar as suas observações sobre os fenómenos sociais e políticos distinguindo sociabilidade ou solidariedade com fundamento múltiplo (amizade, prazer, interesse...); agrupamentos particulares (famílias, aldeias, cidades); o Estado (conjunto social com o seu regime político); as leis ou conjunto de regras de comportamento social (costumes, tradições, maneiras de proceder, direito, moral).

Põe em relevo a variabilidade das condições sócio-económicas (densidade demográfica, actividade económica, distribuição da riqueza...) e como consequência a grande variedade de formas de governo que se adaptam a tais situações. Subjacente a este relativismo, está a pergunta que funciona como hipótese orientadora: qual o melhor regime político? Note-se que esta é uma interrogação de ordem filosófica a que a mera observação dos factos não dá resposta cabal. Esta só pode ser encontrada a partir de uma certa concepção do homem e da sociedade que permita definir a sua finalidade, as relações recíprocas entre os seus elementos, a hierarquia de valores.

No livro "Política" examina as diferentes formas de troca e a passagem da economia natural, fundada sobre a troca de serviços, à economia monetária. Na "Ética e Nicómano", delinha uma teoria do valor um pouco ambígua (interpretada como teoria subjectiva por S. Alberto Magno e como teoria objectiva do valor trabalho, por Santo Tomás de Aquino).

O que importa relevar do contributo grego é a tendência à observação em detrimento da reflexão desprendida dos factos existenciais. No entanto, o avanço desta tendência é lento, precipitando-se somente a partir do séc. XV-XVI ao desenharem-se os primeiros rudimentos das Ciências da observação e ao impor-se, embora de modo confuso, a ideia de "lei". Tal tendência avança do mundo inorgânico para o orgânico e finalmente para o homem e para a sociedade.

1.2. Da Civilização Romana à Renascença

O contributo de Roma deve ser igualmente evidenciado. Os seus pensadores seguiram a perspectiva inaugurada por Heródoto - a literatura de viagem - facilitada pelo encontro com as regiões longínquas com que contactavam nas suas conquistas. Basta lembrar César com a descrição dos costumes dos gauleses ou Tácito com a dos germanos. Políbio (210 a.X a 125) apresenta a formulação mais clara da natureza cíclica dos processos históricos.

A queda do Império Romano com todo o seu dramatismo (Alarico apodera-se de Roma em 410) com a transformação das suas instituições, faz surgir um génio - Santo Agostinho - que retoma as grandes linhas da filosofia grega. Por outro lado, novo fenómeno histórico de ressonância universal - a difusão do Cristianismo - inaugura uma nova visão do homem e do seu destino, bem como uma nova visão do mundo. Há mesmo quem responsabilize o Cristianismo pelo desabar da ordem romana.

Santo Agostinho (354-430) intenta responder aos ataques feitos ao Cristianismo no seu livro "Cidade de Deus" (412). De facto, ultrapassa este projecto inicial e apresenta uma síntese dos valores humanos das civilizações antigas e do contributo específico do Cristianismo. "Os temas que desenvolve, as suas ideias sobre o direito natural, a legitimidade da autoridade, a liberdade do indivíduo, a origem do poder de coacção, as leis justas e injustas, etc... estimularão a reflexão ao longo dos séculos e desempenharão mais tarde um papel importante".

Do mesmo modo a filosofia da história de Agostinho que procura desentranhar dos acontecimentos as razões ocultas do futuro da humanidade para melhor ordenar esta ao seu fim - a ordem, a paz, a justiça - iria influenciar muito mais tarde autores como Vico (1668-1744), Condorcet (1743-1794), Comte (1798-1857), Kant (1724-1804), Hegel (1770 - 1831) etc..

Na IDADE MÉDIA, no Ocidente "o desenvolvimento do pensamento cristão com os seus mistérios do pecado original, da redenção e da participação efectiva do homem na sua salvação afirma a perfectibilidade do homem. Por extensão, esta ideia de perfectibilidade aplicar-se-á à sociedade: é possível, por meio dos homens, transformar e melhorar a sociedade tornando-a conforme aos preceitos divinos" (CAPRASSE, Sociologie, p. 15).

Com o rodar dos anos, a ideia de perfectibilidade laiciza-se e transforma-se na ideia do "progresso humano" que irá encontrar nos sécs. 18 e 19 os seus melhores teóricos. A Sociologia herdará esta problemática que está na base das modernas concepções sociológicas "dos dinamismos e mudanças sociais".

1.3. Da Renascença ao Século XVIII

Com a descoberta da Índia e do Novo Mundo, contacta-se com diversidade de costumes, usos e instituições, o que vem fazer com que se ponham em causa os quadros sociais do Ocidente e surja o sentido do relativo. Por outro lado a revolução comercial gera uma nova burguesia que está na origem do capitalismo. A expansão urbana acaba por se substituir às estruturas feudais e criar um novo tipo de sociedade.

Entre os Autores que vão dando lugar cada vez mais preponderante à observação podem enumerar-se com destaque, Maquiavel, Montaigne. Com MAQUIAVEL (1469-1527) afirma-se a ideia de que a vida política é conduzida pelo interesse e pela ideia que o homem faz do seu interesse. Separa-se a Ciência Política da Filosofia: "o estudo da conduta política não será para o futuro um capítulo ou secção de uma ciência moral, mas será dotado de existência autónoma". Parte da observação da sua época, e procura tirar da experiência histórica, uma arte da condução política.

MONTAIGNE (1533-1529) é um dos primeiros espíritos a tirar com clarividência a lição de relativismo que a multiplicidade de usos e costumes impõe. Põe em causa a hierarquia das ciências com a Teologia no topo (por ser a ciência da salvação) dando o primeiro lugar aos estudos que ajudam a dominar o homem e o mundo e que, no seu natural desenvolvimento, dão lugar à psicologia, à sociologia, à etnografia.

MONTESQUIEU (1669-1755) é por vezes chamado o pai da sociologia. Distingue claramente observação e especulação. Afirma: "dizemos o que é, e não o que deveria ser".

Confrontado com a multiplicidade de usos e de governos, interroga-se sobre a origem de tantas diferenças, sendo original a metodologia que segue na busca de uma resposta. Não intenta justificar mas explicar, para o que procura fazer uma descrição objectiva, e comparar o que se apresenta como diferente. A resposta que ele mesmo encontra é a

seguinte: "Várias coisas governam os homens: o clima, a religião, as leis, as máximas dos governos, os exemplos do passado, os costumes, de que se forma um espírito geral, delas resultante". E acrescenta: "sendo relativas à natureza do país, ao clima gelado, ardente ou temperado, à qualidade do terreno, à sua situação, à sua grandeza, ao gênero de vida dos povos, trabalhadores, caçadores ou pastores; ao grau de liberdade, que a constituição oferece, à religião dos habitantes, às suas inclinações, às suas riquezas, ao seu número, ao seu comércio, aos seus costumes, aos seus modos de ser... as "leis" variam em função de todos estes elementos".

MONTESQUIEU é, como dirá Aron, o precursor de uma sociologia analítica "que multiplica as relações causais mais ou menos rigorosas entre os fenômenos estudados, sem pretender atingir o conjunto" (Dix-huit leçons sur la société industrielle, Paris, 1963, p.62).

Pode dizer-se que os escritos de Montesquieu estão impregnados do espírito sociológico sem que ele tenha, no entanto, conseguido delimitar o objecto e o método da sociologia.

Ainda neste período é importante o contributo da literatura de viagem (Marco-Polo; "Cartas Edificantes dos Padres Jesuitas" publicação periódica de 1702 a 1776) que dará lugar a estudos comparativos dos diferentes povos; JEAN DEMEUNIER "o espírito dos usos e costumes dos diferentes povos (1788); P. LAFITAU "Costumes dos selvagens americanos comparados aos costumes dos primeiros tempos (1724).

LEIS E REGULARIDADES SOCIAIS

Com o renascimento impõe-se uma nova fonte de conhecimento em oposição à filosofia e à teologia. Essa fonte de conhecimento é a Natureza. O método seguido é o da observação em oposição à especulação racional.

Como a observação da natureza está na base das ciências experimentais a observação das sociedades está na origem das diversas ciências sociais.

Árdua mas progressivamente, vai-se elaborando a ideia de que os fenômenos sociais apresentam regularidades que a observação deve surpreender. No entanto, os autores embrenham-se em disputas infundáveis

ao buscarem o fundamento dessas regularidades, afirmando uns que ele se encontra na "natureza das coisas", enquanto que outros opinam que é na Providência". Encontramos tais tendências na história, na economia, na estatística.

No séc. XVIII os historiadores pensam ser possível descobrir por entre a multiplicidade dos factos históricos uma lei geral do desenvolvimento da humanidade (Vico, Condorcet, Herder, Fichte, Schelling).

De modo semelhante pensam os cultores da Filosofia Política: estabelecer leis a partir da observação dos factos. A ideia de uma "ordem natural", encontra-se em BONALD (Teoria do Poder, 1796). Tal ordem, só pode ser boa, porque conforme ao Autor da Natureza.

FERGUSON (Ensaio sobre a história da Sociedade Civil, 1767) procura explicar as instituições dos povos arcaicos à luz da observação dos povos "primitivos" contemporâneos e, comparativamente, estabelecer as leis de desenvolvimento da humanidade.

Também a Economia Política contribui para a criação do clima favorável ao aparecimento da sociologia. Os fisiocratas (1750-1780) afirmam a existência de leis naturais no domínio do social. No entanto, esta ordem social é ainda entre eles uma ordem providencial: "as leis naturais são condições essenciais segundo as quais tudo se executa na ordem instituída pelo Autor da Natureza" (Dupont de Nemours).

Mesmo a Estatística Matemática que se desenvolve séc. XVIII (SUSSMILCH (1741), DEPARCIEUX (1746), MONEAU (1778) não escapa à interpretação providencialista das regularidades sociais. Note-se por exemplo como Sussmilch intitula a sua obra: "A ordem divina das variações do género humano demonstrada segundo o nascimento, a morte e a propagação deste".

Em resumo; Com o Renascimento:

1. impõe-se a afirmação da importância e da necessidade da observação em Ciências Sociais. São no entanto raros os estudos positivos. Os conceitos de "lei" e de "estado natural" aparecem com frequência ligados a uma ordem providencial;

2. os filósofos sociais, os historiadores, os economistas, concebem esta ordem de maneira simplista: ordem uniforme, idêntica

em todos os tempos e lugares. Imaginam que as instituições sociais obedecem a um desenvolvimento segundo leis estritas e determinadas uma vez por todas. Falta-lhes uma forte dose de relativismo espaço-temporal que admita que numa mesma época podem existir diferenças entre os diversos povos e até entre o mesmo povo (áreas culturais). Os sociólogos do séc. XIX herdaram estes preconceitos evolucionistas;

3. apesar de todos os progressos, subsiste ainda uma certa confusão entre filosofia e ciência social, entre filosofia e ciência política.

1.4. O Século XIX

"O ordenamento racional da natureza física foi levado a cabo com inegável êxito pelos gênios do séc. XVII. No século XVIII, os homens consagraram-se à tarefa de racionalizar "a vida social das comunidades modernas e basearam as suas teorias sociológicas apelando para os factos naturais" (Salustiano del Campo Urbano, La Sociologia Científica Moderna, Madrid, 1965, p.63).

Em fins do século XVIII e princípios do século XIX toma-se consciência da possibilidade, ou melhor da necessidade de uma disciplina nova: uma ciência de observação que tome como objecto, "não o homem com a sua história, nem mesmo o homem nas suas relações com os outros, mas a sociedade como tal".

O que é importante fixar desde o início é que na nova ciência emergente "o todo é de natureza diferente da soma das partes que o compõem".

Três grandes movimentos históricos contribuem para o aparecimento da Sociologia: a Revolução Francesa com as suas sequelas sociais o nacionalismo alemão, a Revolução Industrial começada na Inglaterra no decurso da segunda metade do século XVIII.

Com a revolução francesa, impõe-se a ideia de que a vida colectiva pode ser tomada como objecto de estudo. Por outro lado, é posta em 1º lugar a colectividade como tal, e não uma personagem ou uma elite privilegiada.

É posta em relevo a ideia de que a colectividade com seus grupos antagónicos pode intervir em seu destino e mudar-lhe a direcção.

O Nacionalismo, como movimento, gravita à volta da ideia de Nação concebida como entidade específica: tem uma história, um carácter, costumes próprios, instituições que a distinguem de todas as outras.

A Revolução Industrial implica numerosas mudanças económicas produzidas pelo desenvolvimento da técnica e alterações das instituições. Podemos evidenciar como aspectos marcantes da revolução industrial os seguintes:

1. Mudanças revolucionárias na tecnologia:
 - a) no método de fabrico
 - b) nos meios de transporte
 - c) na facilidade de comunicação e informação.
2. Ponto de partida do sistema de fábricas como forma de organização da produção e da disciplina no trabalho.
3. Perturbações profundas nas instituições:
 - a) a civilização ocidental passa de agrária a industrial e urbana;
 - b) explosão demográfica: entre 1800 e 1900 a população da Europa praticamente dobrou;
 - c) grandes migrações nacionais e internacionais entre regiões atrasadas e os centros industriais;
 - d) desenvolvimento e democratização da formação intelectual.

Esta transformação profunda de uma sociedade agrária em industrial teve repercursões profundas no desenvolvimento da Sociologia.

Reforçou-se a ideia de "progresso", da consciência da solidariedade social, da necessidade de alterações profundas que remediassem a miséria sem nome, suscitada com a Revolução Industrial.

2. Os Princípios da Sociologia

É com Comte (1793-1857) que o estudo dos factos sociais se apresenta explicitamente como uma ciência. Tomando o termo pela primeira vez usado por Saint Simon "Física Social", abandona-o posteriormente, no início da 46.^a lição do "Curso de Filosofia Positiva". A razão que apresenta é a do abuso cometido "por esse sábio belga (refere-se a Quélelet) que adoptou esta denominação como título de uma obra onde se trata, quan

do muito, de estatística". Na 47.^a lição, pedindo desculpa do neologismo, introduz o termo sociologia.

Define sociologia como "estudo positivo do conjunto das leis fundamentais próprias dos fenômenos sociais". Como vimos, os diversos ramos das disciplinas sociais vinham de há tempos convergindo para uma ciência de observação da sociedade mostrando ao mesmo tempo a sua necessidade e a sua possibilidade. Do mesmo modo, no campo da metodologia, se tinham feito progressos graduais ainda que tímidos.

A originalidade de Comte está em que, pela sua capacidade excepcional de síntese, organizou e sistematizou as ideias esparsas da sua época e lhe deu um relevo e um vigor particular, integrando-as num vasto sistema: a Filosofia Positiva.

Todas as Ciências, segundo Comte, estão hierarquizadas e a Física Social ou Sociologia é a coroa de todas elas. Para este asserto encontra uma justificação racional no facto de cada ciência depender das que estão no estrato inferior da série e de, à medida que se avança na hierarquia das ciências, o seu objecto ser cada vez mais complexo e menos susceptível de medida e predição. Assim a diferença entre a Sociologia e as outras ciências provem da complexidade maior do seu objecto de estudo e não duma diferença de natureza que exija outros métodos.

À justificação racional, junta uma justificação psicológica, que se pode resumir do modo seguinte: a razão de ser da ciência é a felicidade do homem. Ora esta felicidade não depende da vontade, mas da organização social. Logo, o ramo científico que se ocupa desta organização tem o primado, sobre os outros. Esse ramo, é a Sociologia.

Do ponto de vista da metodologia está convencido que o conhecimento da sociedade humana deve progredir, mas que só o conseguirá se aplicar os métodos da observação, comparação, experimentação.

Divide a Sociologia em duas grandes partes: a estática social ou o estudo fundamental das condições de existência da sociedade "e a dinâmica social, ou o "estudo das leis do seu movimento contínuo". A primeira constitui uma "teoria da ordem"; a segunda uma "teoria do progresso", sendo este tomado no sentido de desenvolvimento "sem nenhuma apreciação moral".

Afirma que é indispensável a combinação permanente destes dois pontos de vista gerais (48.^a lição). Segundo ele (50.^a lição) a estática social é uma espécie de anatomia da sociedade. Repoisa sobre a ideia do "consensus universalis" que caracteriza todos os fenómenos da vida, mas que a vida social manifesta no mais alto grau, porque todos os fenómenos sociais estão profundamente interligados. A este "consenso geral do organismo social opõe ele o ponto de vista da economia política, que isola os factos económicos dos outros factos sociais. A unidade base da sociedade é a família e não o indivíduo. Está assente sobre a divisão do trabalho e a cooperação.

A dinâmica social (51.^a lição) está para a estática social, como em biologia a fisiologia está para a anatomia. O desenvolvimento social, está submetido a leis naturais que regem a sua continuidade, sendo cada estado social "o resultado necessário do precedente e o motor indispensável do seguinte". As leis dinâmicas estão sujeitas à lei geral dos 3 estados do espírito humano: o teológico, o metafísico e o positivo.

Ao 1.^o estado corresponde um regime "teológico militar", uma "afinidade especial" liga os poderes temporais militares aos poderes espirituais teológicos (51.^a). Com o estado metafísico aparece uma época ou idade de transição revolucionária" (51.^a). É somente com o estado positivo que se organiza um "regime racional e pacífico" (56.^a) depois de uma preponderância provisória do "espírito de detalhe sobre o espírito de conjunto".

Foi grande a influência de Comte, no desenvolvimento posterior da Sociologia (e por isso nos demorámos a apresentar os aspectos salientes da sua obra). Esta influência compreende um contributo positivo e outro negativo. Positivamente podemos lembrar que Comte;

- Procurou determinar o lugar preciso da Sociologia entre as outras ciências;
- Não confinou a Sociologia à simples descrição dos factos ou ao seu agrupamento, mas atribuiu-lhe o papel de explicar e elucidar as relações entre esses factos;
- Afirmou que ela se deve enriquecer com todos os conhecimentos aportados pelos historiadores e etnógrafos;
- Sublinhou o facto de tanto as actividades políticas como as instituições deverem ser estudadas no contexto social mais

vasto (sociedade global).

Negativamente, podemos lembrar:

- o dogmatismo em relação à invariabilidade da evolução da sociedade e da mentalidade colectiva, da relação entre o conhecimento, a religião, a moralidade e a hierarquia das ciências, etc..

Podemos pois fixar como conclusão que Comte além de dar o nome de Sociologia a esta nova ciência a definiu como "o estudo positivo do conjunto de leis fundamentais próprias dos fenómenos sociais".

2.2. Karl Marx (1818-1883)

Pode também considerar-se como um dos pioneiros da Sociologia. Ao contrário de Comte que se preocupava com o "consenso", privilegiava nas suas análises o conflito social. O antagonismo de classe está no coração do pensamento de Marx.

É de anotar como contributo seu, especialmente válido, a concepção dinâmica e dialética da sociologia.

No prefácio à "Crítica da Economia Política" (1859) dizem-nos como as suas investigações o levaram a pensar que "as relações jurídicas" e as formas políticas não podem ser compreendidas por si mesmas e também se não podem explicar pelo pretendido desenvolvimento geral do espírito humano" (como tinha julgado Comte) mas "têm as suas raízes nas condições da vida material". Afirma que "o modo de produção da vida material condiciona, de modo geral, o processo social, político e intelectual da vida" e que portanto "não é a consciência do homem que determina a sua existência, mas a sua existência social que determina a sua consciência". Deu-se a esta doutrina o nome de materialismo histórico, chegando a dizer-se que para Marx as ideias e os sentimentos não eram mais do que um "epifenómeno" da "base" económica, sem originalidade nem eficácia. Esta interpretação parece, no entanto, tendenciosa. O seu discípulo Engels assim o afirma ao escrever: "Segundo a concepção materialista da história, o factor determinante é, em última análise, a produção e a reprodução da vida real. Nem eu nem Marx afirmamos algo mais. Mas, se nos fazem dizer que o factor económico é o único determinante, transforma-se então a primeira proposição numa afirmação vazia, abstrata e absurda. A situação económica é a base, mas os diferentes factores da superestrutura exercem igualmente a sua influência sobre o curso das lutas históri -

cas e determinam por vezes as formas de maneira preponderante. Há acção e reacção de todos esses factores" (Carta a J. Bloch, 21 de Setembro de 1890).

Marx em "O Capital" usa o método histórico-comparativo e o método estatístico. Como contributo seu especial no campo da Sociologia pode evidenciar-se:

a) o relativismo elaborado e sistematizado numa teoria. Ele dimana do facto de a infra-estrutura determinar a super-estrutura (as ideias, os valores, o poder e todas as outras instituições não podem ser compreendidas inteiramente, analisando-as em si mesmas, mas enquanto dependentes das infra-estruturas);

b) a mudança social considerada na sua origem e na sua explicação. A origem encontra-se na contradição do sistema de produção. As forças de produção de um certo estado de desenvolvimento geraram um certo tipo de relações de produção. Evoluindo, a técnica traz consigo um desenvolvimento das forças de produção que, num momento dado, encontram um entrave ao seu desenvolvimento nas relações de produção. Daí as revoluções e os conflitos sociais traduzidos na luta de classes, pois "a história de toda a sociedade... assumiu a forma de antagonismos de classes que adopta formas diferentes consoante as épocas" (Manifesto).

2.3. Spencer (1820-1903)

Foi vivamente impressionado pela teoria da evolução das espécies, segundo a qual o desenvolvimento do organismo se caracteriza pela passagem da uniformidade e homogeneidade da estrutura à heterogeneidade e desenvolvimento de órgãos especializados e interdependentes. Spencer pensa que este fenómeno é fundamental e universal. Encontrar-se-ia na ordem inorgânica, orgânica e na ordem que denomina supra-orgânica (sociedade).

É a partir desta concepção fundamental que constroi um sistema que visa a unificação de todas as ciências teóricas do seu tempo. Em 1887 publicou o livro "Principles of Sociology" em que se propunha especificar os temas ou campos particulares de que, em seu parecer, a sociologia se deveria ocupar. De um modo geral apresentava como objecto da Sociologia a explicação da sociedade a partir das etapas da sua evolução. Segundo ele, há uma evolução das sociedades mais simples para as mais complexas, com um crescimento do número de membros, uma diferenciação das

suas ocupações e uma interdependência sempre crescente.

Escreve no 1º volume dos "Principles"

"A sociologia deve explicar como sucessivas gerações são produzidas, educadas e adaptadas à cooperação. O desenvolvimento da família está em 1º lugar nesta ordem... imediatamente depois, a sociologia deve descrever e explicar o crescimento e desenvolvimento daquela organização política que de diversos modos regula os negócios, coordena as acções dos indivíduos... contendo-os no âmbito de certos comportamentos recíprocos.... Deve igualmente descrever a evolução das estruturas religiosas e das suas funções... O "sistema dos freios" que regula as menores acções dos cidadãos deve ser igualmente considerado... Devem estudar-se tanto as fases através das quais passa o mundo industrial... como o crescimento das estruturas normativas que o mundo industrial desenvolve em si mesmo..".

Os campos da sociologia seriam segundo a citação anterior, a família, a política, a religião, o controle social, a indústria ou o trabalho. Mas Spencer referiu-se ainda ao estudo sociológico das associações e das comunidades, à divisão do trabalho, à diferenciação ou estratificação social, à sociologia do conhecimento, ao estudo da arte e da estética.

Afirmou ainda que o estudo sociológico se não pode limitar a uma lista de instituições semelhantes à família ou a um elenco de processos semelhantes ao controle social. A sociologia deve ocupar-se das relações entre os diversos elementos da sociedade e deve explicar de que modo as partes influenciam o todo e são por ele influenciadas. A sociedade como um todo é a unidade de análise da sociologia. As partes da sociedade, ainda que distintas, não estão combinadas de modo casual. Desenvolvem uma certa "relação constante" e este facto faz da sociedade uma "entidade" significativa, muito apta para a investigação científica. Por isso mesmo, a sociologia deve comparar "sociedades diferentes e em grau diverso de evolução". Afirmou também que para descobrir os princípios da sociologia "nos devemos ocupar das estruturas e das funções desempenhadas pela sociedade em geral, independentemente, quanto seja possível, dos factos e circunstâncias particulares".

Para Spencer a evolução processa-se do seguinte modo; no ponto de partida existe uma sociedade simples, elementar - a família. A unificação de várias famílias faz uma sociedade composta, de 1º grau: o

clan. A unificação de vários clans dá origem a uma sociedade do 2º grau: a tribo. Enfim, a nação, sociedade composta de 3º grau, nasce da unificação de várias tribus.

Na análise da sociedade usa a analogia do organismo, evidenciando as semelhanças recíprocas; crescimento, complexificação, diferenciação da estrutura e das funções. Não deixa contudo de evidenciar as diferenças: o organismo é contínuo e a sociedade dispersa e os seus membros gozam de uma liberdade de movimentos imprevisível; a estrutura da sociedade, os seus sub-grupos e órgãos não estão definitivamente estabilizados e localizados; na sociedade a consciência é difusa. O método proposto para o estudo da sociedade é simultaneamente comparativo e funcional. Em 1º lugar é preciso comparar as sociedades; em seguida, os elementos postos em evidência pelo método comparativo, devem ser explicados em função do seu significado para o conjunto da evolução.

Pode dizer-se que o projecto de Spencer é interessante, só que a fidelidade à comparação deixa a desejar. Constroeu um esquema evolucionista à priori e seleciona entre os materiais etnográficos, os que vêm confirmar a sua teoria.

2.4. DURKHEIM (1858-1917)

Não expôs o seu pensamento sobre o objecto da sociologia de modo sistemático como Spencer. Podemos no entanto reconstitui-lo a partir das Regras do Método Sociológico, e outros escritos metodológicos.

Considera a sociologia como ciência positiva em oposição a normativa (considerando também os juízos de valor como coisas). Define "facto social" e afirma que um facto ou fenómeno social deve ser explicado por outro fenómeno social. Atribui duas características fundamentais a os fenómenos sociais: a exterioridade e a coerção (constrangimento).

Também Durkheim à semelhança de Comte, se preocupa com o consenso da sociedade. Parece-lhe que a divisão do trabalho irá a par com a "solidariedade orgânica". Isto é, o desenvolvimento industrial provocará uma interdependência cada vez maior entre individuos e grupos com funções cada vez mais especializadas e complementares.

Embora considerando as instituições e processos sociais como objecto de estudo da sociologia, Durkheim, como Comte e Spencer, sublinhou a importância da análise das relações entre instituições e das re

lações entre as instituições e o ambiente. "Um dos maiores contributos da sociologia, afirmou ele, está na consciência de que existe um ligame estreito entre factos sociais muito diversos entre si, que até agora foram estudados numa completa independência recíproca". Cada facto social deve ser referido "a um ambiente social particular, a um tipo definido de sociedade". Proceder de maneira diferente, seria deixar os factos sociais, os factos da religião, das leis, das ideias morais e da economia "suspensos no vazio"; é impossível compreendê-los "se não se vêm nas suas relações recíprocas e no seu ambiente colectivo, onde se desenvolvem e de que são a expressão".

Também Durkheim como Spencer, considerou a sociedade como unidade importante para análise sociológica. Assim falou da sociologia como "ciência da análise da sociedade" e da importância de estudar comparativamente os diferentes tipos de sociedade.

2.5. Max WEBER (1864-1920)

Dedicou grande parte dos seus escritos à exposição de um método por ele encontrado, denominado "compreensão" (verstehen) e à discussão do problema da objectividade e neutralidade dos juízos de valor nas ciências sociais. Definiu sociologia como a ciência "que se propõe compreender a acção social por meio de um procedimento interpretativo e explicá-la causalmente no seu curso e nos seus efeitos".

Para Max Weber, "a acção (humana) é social na medida em que, em função da significação subjectiva que o indivíduo ou os indivíduos que agem lhe atribuem, toma em consideração o comportamento dos outros e é por ele afectada no seu curso". No entanto, não se demorou na descrição da "acção social" ou da "relação social" mas dedicou-se sobretudo à análise de instituições concretas, como por exemplo a religião, vários aspectos da vida económica entre os quais a moeda e a divisão do trabalho, os partidos políticos e as outras formas de organização política e de autoridade, a burocracia e outras variedades de organização em alta escala, as classes e as castas etc.

Segundo Reinhard Bendix (cf. Max Weber: An Intellectual Portrait, New York, 1960) "os seus principais temas foram: o exame do efeito das ideias religiosas sobre a actividade económica, a análise da relação entre estratificação social e ideias religiosas, a identificação e ex

plicação das características típicas da sociedade ocidental".

Os autores apresentados como pioneiros da Sociologia apresentam certa identidade quanto à definição do conteúdo próprio desta disciplina. A Sociologia deve, segundo o seu ponto de vista, estudar uma gama de instituições que vai desde a Família ao Estado. Tais instituições devem ser analisadas, segundo as suas modalidades típicas de um ponto de vista novo - o da perspectiva sociológica. Em segundo lugar, consideram como típico da sociologia o estudo das relações entre as diversas instituições. Como unidade de análise podem ser assumidas sociedades globais, pois é objectivo da sociologia explicar o como e o porquê as sociedades apresentam semelhanças ou diferenças.

3. A Sociologia Contemporânea

No século XX a sociologia teve grandes progressos sobretudo na U.S.A.. Chegamos a esta conclusão compulsando os livros de texto em que os sociólogos procuram compendiar os sumários da sua disciplina; os sectores de estudo que escolhem; os resultados das investigações publicados nas revistas científicas.

Entre os temas escolhidos sobressaem: o método científico em sociologia, personalidade e sociedade, cultura, grupos, população, classes e castas, raças, mudança social, instituições económicas, família, educação e religião.

"Depois da II Guerra Mundial, assiste-se em França a uma desagregação da doutrina geral, a uma dispersão das pesquisas, enquanto que, ao contrário, os sociólogos americanos, fortemente influenciados pela sociologia alemã de Max Weber, pelo funcionalismo de Malinowski e a vigorosa tentativa de teorização empreendida por Talcot Parsons, procuram coordenar melhor os seus esforços num sentido que parecia tender a legitimar a ordem social existente. Em seguida assistiu-se em todos os países a um confronto entre diversas concepções de sociologia. Duma parte o rigor científico preconizado por Durkheim era batido pelas construções mais ideológicas, enquanto que os outros hesitavam entre o empirismo absoluto e a teoria abstrata e enfim a atitude crítica se opunha a uma sociologia demasiado integrada, segundo alguns no sistema social estabelecido" (J. Gaze-neuve "Les tendances de la sociologie moderne" em Dictionnaires du savoir moderne).

"A sociologia moderna apresenta-se como uma disciplina que tendo afirmado a sua existência e a sua necessidade, foi como que ultrapassada pelos seus progressos, de modo que para a compreender, é preciso resolver-se a observar as suas diversas tendências, no que diz respeito à maneira de a definir, aos objectivos, aos métodos, aos domínios de aplicação".

Pondo agora entre parentesis o problema das definições e dos métodos, importa considerar os objectivos. Aron (*Les Étapes de la Pensée Sociologique*, Paris, 1976), tentando traçar uma panorâmica da sociologia, distingue duas tendências fundamentais correspondentes à divisão geográfica do mundo em dois blocos. Esta divisão corresponderia a duas sociologias. A sociologia dos países socialistas, seria dotada, na perspectiva da ideologia marxista, por um caracter sintético, histórico e determinista que abarca o conjunto da sociedade e deseja prever a sua evolução. Nos países de democracia liberal, particularmente na USA, apresenta um caracter mais descritivo (sociografia analítica e empírica). "Multiplica os inquêritos por questionário e entrevistas, afim de determinar de que maneira vivem, pensam, sentem, julgam os homens sociais ou, se se preferir, os indivíduos socializados. Como votam os cidadãos nas diversas eleições, quais são as variáveis, idade, sexo, lugar de residência, categoria socio-profissional, nível de rendimento, religião, etc., que influem sobre o comportamento eleitoral? Até que ponto é este determinado ou modificado pela propaganda dos candidatos? Quais são os agentes desta conversão eventual? Eis algumas das questões que se porá um sociólogo ao estudar as eleições presidenciais nos Estados Unidos ou em França e às quais somente os inquéritos podem dar uma resposta... O objectivo da investigação é precisar as correlações entre variáveis, a acção que exerce cada uma delas sobre o comportamento de tal ou qual categoria social".

Entre as duas guerras mundiais, a investigação empírica e até a quantificação beneficiaram de um grande interesse, que abrandou com o deflagrar da guerra para ressurgir em seguida com redobrado vigor. Podem anotar-se para além da coincidência no interesse, importantes variações temáticas e culturais.

Quanto às variações temáticas, poderemos relevar nos países em desenvolvimento o estudo das modificações operadas nas estruturas tradicionais: na Índia, o problema das castas e das aldeias, em numerosos

países da África e do Japão o impacto da industrialização nos sistemas de parentesco. Um sociólogo da Indonésia pronuncia-se do seguinte modo sobre os fins a atingir pela sociologia num país em desenvolvimento:

"Além das universidades, a Assembleia Consultiva Popular e o Governo manifestam um interesse cada vez maior pelas aplicações da sociologia. Esperam, sobretudo, que a sociologia possa contribuir utilmente para a execução do plano geral de desenvolvimento nacional... Outro factor estimulou o aparecimento da sociologia: compreende-se cada vez mais que não é somente por medidas de ordem económica que se poderá assegurar o desenvolvimento económico mas que este exige também compreensão profunda da estrutura e das características da sociedade, assim como das forças que agem no seu seio. Assim reconhece-se hoje, cada vez mais, que a sociologia e a investigação sociológica são necessárias para aplicar com sucesso as medidas práticas decididas pelo Governo no quadro das suas atribuições gerais. No número destas medidas figuram, por exemplo, a readaptação dos detidos, a integração na sociedade indonésia dos subgrupos culturais que vivem à margem nas florestas e nas regiões montanhosas, os esforços que visam a assimilação dos grupos minoritários e majoritários, a desmobilização dos membros das forças armadas e o desenvolvimento, no sentido mais lato do termo, das comunidades aldeãs" (Cf. S. Sumardjan, O Desenvolvimento da Sociologia na Indonésia, pag. 349-350).

Outro fenómeno a evidenciar é o dos sociólogos tenderem a formar um corpo cada vez mais numeroso e, pelo facto de estarem em contacto com os "factos sociais", constituírem o traço de união entre a tomada de decisões pelos políticos e as necessidades e aspirações da população.

Nos países industrializados, a escolha dos temas é cada vez mais influenciada pelas opções de política global de que o Plano é instrumentos privilegiado. Este é o caso, por exemplo, da Itália onde desequilíbrios regionais acentuados solicitam certos estudos. Escreve-se sobre migrações internas e externas, integração socio-cultural nas zonas de acolhimento, industrialização de regiões pouco vastas no Sul e despovoamento dos campos vizinhos, obstáculos socio-culturais ao desenvolvimento, etc. Escreve F. Leonardi:

"Graças à sua precisão, os trabalhos de investigação forneceram resultados preciosos, mesmo quando incidiam sobre temas relacionados com a macrossociologia, como os que dizem respeito ao desenvolvimento económico. A Itália apresentava - e apresenta ainda - características par

ticulares do ponto de vista da tipologia constituída pelo conjunto dos casos estudados em tudo o que foi escrito sobre economia e sociologia por volta de 1950. O subdesenvolvimento era, em Itália, um problema de desequilíbrios, tanto territoriais como sectoriais, no seio de uma sociedade caracterizada pelos aspectos culturais diferenciados. O síndroma mais aparente destes desequilíbrios era representado não só pelas diferenças entre o Norte e o Sul no que respeita às configurações culturais e ao rendimento por habitante, mas sobretudo pelos enormes movimentos migratórios do Sul para o Norte (como para o estrangeiro). A industrialização do Sul e a correcção dos desequilíbrios regionais tornaram-se os objectivos declarados da política do Governo" (F. LEONARDI, "Italian Sociology Within the Framework of Contemporary Sociology" pags. 52-53).

Do mesmo modo na Jugoslávia a autogestão encorajou a convergência das investigações neste domínio:

"Convém sublinhar que a autogestão constitui quase o único assunto de preocupação de muitos institutos de sociologia, embora a vida social jugoslava apresente, na verdade, muitos outros problemas. Este estado de coisas reflete a importante contradição, inerente à sociedade jugoslava de hoje, que aparece entre uma burocracia de tendência centralizadora e a corrente oposta dos partidários da descentralização e da autonomia, que tentam actualmente propagar a autogestão em todos os sectores da actividade social institucionalizada" (O. MANDIC, "The Present State of Sociology and Development in Jugoslavia" in Contemporary Sociology, p. 443).

Na Suécia foi o desejo de proceder a um estudo mais aprofundado dos problemas respeitantes à família e à população, que desempenhou um papel importante na introdução da sociologia entre as disciplinas universitárias. Do mesmo modo se tem afirmado que "uma boa parte da sociologia dinamarquesa se caracteriza pela maneira prática e não teórica como aborda o bem-estar e os problemas sociais.

A perspectiva da sociologia Filandesa resulta, pelo menos em parte, da política social do Estado. Escreve E. Allardt:

"Em parte por causa da política racional e deliberada do Monopólio dos Alcoois do Estado Filandês que os estudos sociológicos sobre o consumo do alcool e o comportamento em relação à bebida se tornaram uma especialidade na sociologia filandesa. Vários estudos sociológicos

cos importantes foram publicados pelo Instituto de Investigações" (E. Al lardt, "Scandinavian Sociology", Information sur les Sciences Sociales , 6 (4) Agosto de 1967).

Da sociologia belga escreve Pierre de Bie:

"Tal como no século XIX, sob o impulso de Quételet e de Ducpétiaux, as investigações desenvolvidas depois da última guerra mun - dial escolhem os temas de estudo nos sectores onde existem problemas so - ciais: assimilação dos operários estrangeiros, quadro e comentário expli - cativos dos resultados das eleições políticas, prática religiosa, rela - ções do trabalho e relações industriais, orçamentos familiares, fecundi - dade, pessoas idosas, podem ser tomadas como exemplo, entre outros mui - tos" (P. de Bie, "La Sociologie en Belgique" pág. 115, Contemporary So - ciology...).

A propósito do sociólogo holandês, Caplow, afirma que ten - de a "limitar-se ao estudo da sociedade holandesa e dos seus problemas". Em países em que se verificam posições muito díspares entre os diferen - tes grupos étnicos como Canadá, Índia, México... surgem investigações so - ciológicas sobre tais assuntos."

Verifica-se igualmente que um tema cultural premente ou uma tendência de caracter nacional, influencia a natureza dos trabalhos sociológicos. Por exemplo no caso dos Países Baixos sugere-se a existên - cia de uma relação entre o caracter nacional e a ausência de "grandes teorias" bem como o interesse pelo indivíduo.

"Já não existe tendência para conceber e elaborar siste - mas sociológicos segundo a tradição. Observa-se, sim, uma certa descon - fiança em relação a todas as teorias de natureza global; preferem-se ni - tidamente as teorias de alcance médio e até as teorias mais limitadas. Es - ta preferência está de acordo com o pouco gosto que têm os holandeses pe - los grandes gestos, pelas concepções de conjunto; está bem de acordo com a nossa predilecção pela limitação prudente, pela restrição sensata, e cim o nosso gosto pelo meio termo. A aversão dos Holandeses pela constru - ção dos sistemas é notável quando a comparamos ao pensamento alemão.... Reconhece-se aĩ, seguramente, uma característica nacional e, a este res - peito, a Sociologia nos Países Baixos não difere da sociologia em qual - quer outro país... reflete sempre a cultura nacional pela qual se encon - trou condicionada" (Dem Hollander, op.cit. pág. 490).

De Bie diz que do mesmo modo na Bélgica a sociologia foi desviada das grandes teorias por causa de "uma atitude crítica bastante propagada em relação a estes sistemas globais, atitude que é talvez uma parte da personalidade base dos belgas..." (De Bie, op.cit. pág. 130).

Da Sociologia Americana escreve-se:

"Enquanto as revoluções rebentam, os americanos estudam as condições de instabilidade social; enquanto as bases sociais do Poder se transformam a ponto de se tornarem irreconhecíveis, os americanos falam de "determinantes psicológicas" e de "problemas de identidade pessoal"; e enquanto a distância que separa as nações ricas das nações pobres aumenta sem cessar, é num tom confidencial que se discutem as consequências da desigualdade internacional, se é isso que se discute" (G. Moskos, "Research in the Third World").

Nalguns países em vias de desenvolvimento requiere-se dos sociólogos que expliquem e interpretem a evolução da sociedade. Assim, a importância dada à função "explicativa" da sociologia teve muitas vezes como resultado conferir um carácter mais ou menos sociográfico ao conteúdo e aos métodos dos trabalhos dos sociólogos.

Chegou-se a reconhecer que a teoria sociológica ocidental, nomeadamente a americana, não se presta à explicação dos fenómenos locais. Observa Peterson:

"se tentarmos analisar, não as sociedades sólidamente estabelecidas e mais ou menos bem delimitadas do Ocidente moderno, mas o universo social do passado ou dos países subdesenvolvidos, Parsons é um mentor ainda menos útil. Em caso semelhante, o facto de definir a unidade estudada como o "sistema social" formado por subsistemas" em interacção mútua, levanta as questões mais importantes. Havia uma "França" no ano 1000 ou uma China no ano 1700? hoje existe uma "sociedade nigeriana" ou uma "sociedade indonésia"? Se se admitir que a resposta a estas perguntas é sem dúvida afirmativa, somos tentados a afastar com uma explicação sumária os fenómenos sociais que ultrapassam estas unidades (os "Chineses" que não faziam parte da China) ou que não têm ao lugar (as influências tribais em África consideradas como "vestígios") (W. PETERSON, "Some Animadversions on the Americanization of World Sociology).

Como obstáculos culturais encontrados pelos investigadores inúmeram-se, por exemplo, alguns conceitos relativos ao desenvolvi-

mento econômico, tais como os de "trabalho lucrativo" e de "poupança" , etc.. Mas o maior obstáculo é sem dúvida o analfabetismo de que resulta serem em muitos casos as pessoas interrogadas incapazes de exprimir correctamente as suas ideias ou pensarem em termos abstratos.

"Assim como a importância da sociografia estes obstáculos podem explicar o interesse que têm, em certos países em vias de desenvolvimento, os métodos de observação-participação. Na verdade, a distinção entre antropologia e sociologia esbate-se por vezes um pouco. Existe, com efeito, na Índia uma corrente sociológica que se chama "socio-antropológica", e a influência da antropologia faz-se sentir em todo o conteúdo dos programas de sociologia propostos actualmente pelas universidades indianas.

Observou-se também que, em África, "a sociologia tem dificuldades em desligar-se da etnografia..." ...Assim, porque o seu material conceptual não é sempre apropriado e porque supõe relações estáveis entre os grupos e os indivíduos, assim como entre as normas, a sociologia não está particularmente bem adaptada ao estudo da sociedade africana contemporânea; os autores afirmam em seguida que, por várias razões , a psicologia geral está mais apta para esta tarefa do que as disciplinas aparentadas - a sociologia, a etnografia e a psicologia". (P. LAZARSELD, A Sociologia, Bertrand, Lisboa, págs. 168-169).

II - QUESTÕES PRELIMINARES

1. *Diversas acepções da palavra Sociologia*

Apesar de claramente definida por Comte, a Sociologia teve um desenvolvimento confuso. A linha de continuidade poderá apesar disso encontrar-se na seguinte afirmação feita por Leclercq "A noção de Sociologia não cessou de evoluir num sentido que se aproxima da ciência e se afasta da filosofia" (cf. pág, 77).

Para uns Sociologia, significou o "estudo técnico e empírico dos problemas sociais com uma preocupação reformista". Problemas de pobreza, habitação, delinquência... Esta confusão deve-se ao facto de pessoas que se denominavam sociólogos terem colaborado em tais estudos.

Para outros, Sociologia, consistia numa reflexão e elaboração doutrinal, formulada em termos de normas ou opções atinentes à organização e condução das sociedades. Diria o que as sociedades devem ser, como devem organizar-se. Seguiria uma linha dedutiva e moralizante.

Ora esta confusão no emprego da palavra Sociologia, se por um lado manifesta as expectativas que se têm sobre esta jovem Ciência, por outro, pode gerar no espírito do grande público e mesmo dos candidatos a sociólogos uma imagem desfocada, geradora de possíveis frustrações do que a Sociologia é ou pode ser.

Abandonada a concepção filosófica da Sociologia e pondo entre parentesis as preocupações reformistas, define-se a Sociologia como um tipo de saber:

- a) empírico;
- b) teórico;
- c) cumulativo;
- d) positivo.

Por outras palavras, a Sociologia é um saber sujeito a comprovação e baseado na observação; constitui um corpo coerente de conhecimentos, expresso em proposições relacionadas logicamente; não é definitivo, porque cada nova proposição elevada ao nível de teoria serve para corrigir, redefinir, ou completar outras já existentes e, por fim, não justifica ou avalia em termos morais, senão que se limita à exposição objectiva dos factos e sua explicação mais plausível dentro das possibilidades concretas

do corpo de conhecimentos já consolidados. DEL CAMPO URBANO, Salustiano, La Sociologia Científica Moderna, Instituto de Estudios Politicos, Madrid, 1965, pág. 122).

Houve portanto, uma reacção contra a concepção filosófica da sociologia passando esta a ser encarada como o estudo científico dos factos sociais, em que se investigam as suas causas, tendências, regularidades e efeitos sociais. Apesar disso ainda hoje são diversas as definições de Sociologia apresentadas pelos diferentes autores:

"Estudo das relações dos homens entre si e de suas condições e consequências" (Ginsberg);

"Ciência que estuda a conduta inter-humana nos processos de socialização e dissociação" (Von Wiese);

"Ciência que estuda do ponto de vista geral, o processo de interacção humana e seus produtos como ocorrem na realidade" (Povina);

"A Ciência generalizadora das inter-relações humanas significativas, que estabelece as relações e correlações entre várias classes de fenómenos ^{sociais} sociais, bem como entre fenómenos ^{sociais} e não-sociais, que estuda as características gerais comuns a todas as classes de fenómenos sociais" (Sorokin);

"Ciência de observação que estuda de maneira positiva o conjunto dos fenómenos, das estruturas, das instituições, dos grupos, dos poderes, das relações de força, das relações e dos comportamentos que se manifestam pelo facto de os homens vivem em sociedade" (Birou);

"Estudo científico ou positivo dos factos sociais" (Virton).

Concluamos dizendo que a Sociologia é uma ciência, diferente, tanto dos estudos sociais, como das doutrinas sociais. Exemplificando podemos dizer que o estudo das condições de habitação da população portuguesa em ordem a uma intervenção pública que as melhore, é um estudo social. Nele podem colaborar tanto sociólogos como economistas, architectos, demógrafos, médicos, etc. Não se pode dizer que tais estudos, em si mesmos, sejam sociologia.

Do mesmo modo as doutrinas sociais, como o Liberalismo, Marxismo, Socialismo, Doutrina Social Cristã... também não são sociologia, embora na sua elaboração tenham participado sociólogos.

2. *Sociologia, Filosofia, Acção Social*

"A Ciência Social (ou sociologia) consiste em estudar os factos sociais (simplesmente) para os conhecer exactamente, para classificar e estabelecer as leis ou constantes que deles se tiram (...) A ciência não pode dizer o que o homem deve fazer, pode simplesmente verificar o que faz e registar os resultados da sua acção. A ciência pode verificar que, se eu bato com a cabeça contra a parede, faço um galo, e pode explicar o tamanho do galo pela dureza da parede, pela do meu crâneo, e pela violência do choque; pode ainda observar as repercussões deste fenómeno no meu organismo, e determinar assim as leis ou constantes da vida e da acção humanas, mas a ciência nunca poderá dizer se eu devo ou não devo bater com a cabeça na parede" (cf. LECLERCQ, Introdução à Sociologia, págs, 86-87).

A Filosofia e, concretamente a Filosofia Social, intenta dar uma explicação global e total das razões da existência social e uma interpretação normativa das formas de organização social (...) Quando se trata, não de dar conta ou explicar o que se passa na sociedade, mas de orientar a vida em sociedade, faz-se apelo mais ou menos consciente à Filosofia Social. "A Filosofia Social é portanto uma reflexão relativa à vida social, que reduz esta a um pequeno número de linhas directrizes ou princípios de explicação" (Leclercq, pág. 84).

A Acção Social, consiste numa intervenção voluntária, por vezes organizada, em ordem a modificar o meio social, melhorar as condições de existência.

Pode ser definida a acção social, como a parte das Ciências Sociais que estuda as possíveis e oportunas modificações a serem introduzidas nas estruturas sociais. Assim, compreende tudo o que se refere a movimentos de reforma política, democracia industrial, legislação sindical, justiça social, liberdade religiosa e civil.

Lógicamente, anterior à acção social, temos a política social, que tem por objectivo guiar a acção e construir ou reformar a sociedade, dirigi-la. É normativa como a Filosofia, mas situa-se entre esta e a ciência social. Enquanto a Filosofia tem um caracter intemporal, a política assenta nas aplicações imediatas estando por isso mais próxima dos factos. É mais conjuntural.

Na prática, ciência social, política e acção social estão es-

treitamente ligadas.

A Sociologia (ciência social) pode fornecer informação exacta sobre as matérias em que os políticos, administradores e reformadores sociais deverão actuar (estudos de custo de vida, de habitação, de condições sanitárias, etc.).

Tais estudos têm-se multiplicado, sobretudo a partir de 1945, mas apesar disso, como afirma D.V. Glass (The Application of Social Research, in "British Journal of Sociology", 1950) importantes medidas de política social, são ainda hoje planeadas e postas em acção, sem investigação prévia acerca dos fins a alcançar e dos meios para isso disponíveis (caso da política das News Towns cujo tamanho e densidade foi determinado arbitrariamente); organizações complexas, públicas ou particulares, são administradas, sem se procurar saber se atingem os fins para que foram criadas, ou se os conseguem da maneira mais rentável ou mesmo se as necessidades para que foram criadas não mudaram já.

Por isso mesmo se propõe que seja revisto o papel do sociólogo no estabelecimento de diversas políticas, nomeadamente na política de desenvolvimento sócio-económico.

Esse papel do sociólogo não se pode limitar a fornecer informação quando se trata de formular ou introduzir novas políticas. É importante que ele colabore na avaliação da consecução dos objectivos formulados. Notou-se especialmente por ocasião de inquéritos sobre a pobreza (ou dos problemas sociais em geral) que os sociólogos puderam identificar as causas e chegaram mesmo a propor soluções específicas.

Além disso reconhece-se hoje que a Sociologia tem um papel importante na preparação dos trabalhadores sociais, dos dirigentes das empresas, dos quadros da administração pública e particular. O valor da Sociologia para estas ocupações, não está, na maior parte dos casos, em dotar o indivíduo com um conjunto de princípios sociológicos que ele possa (à maneira de receitas) aplicar directamente à solução dos problemas concretos, mas em lhe fazer assimilar um conhecimento vasto de diferentes tipos de estrutura social e de cultura e de aprender algo sobre os métodos para coligir e avaliar a realidade social nas suas múltiplas facetas. Com tal bagagem, ele está mais apto para formar um juízo fundamentado e tomar decisões clarividentes em relação aos diferentes problemas sociais com que se enfrenta.

"O uso crescente da pesquisa sociológica e o desejo que tem os próprios sociólogos de darem uma contribuição prática suscitam questões não somente como a sociologia pode ser aplicada, mas também como deve ser aplicada".

Há ainda a evidenciar uma função crítica por parte da Sociologia e a instrução do público que tem interesse pelas questões sociais e políticas, levando-o, através dos meios de comunicação de massa e do sistema educativo, a considerar certos problemas sociais de modo mais apaixonado e objectivo, e a reconhecer e rejeitar opiniões e políticas irracionais.

RESUMINDO: A Sociologia, tem de facto contribuído para a realização dos ideais formulados de modo um pouco ingênuo e dogmático pelos seus fundadores, a participação de todos os homens no controlo das condições sociais da vida. O seu contributo concretizou-se: na exacta descrição dos problemas sociais, na busca das suas causas e remédios, no treino de sociólogos e administradores, na educação da opinião pública, na revelação das desigualdades e privilégios e consequentes controversias e conflitos.

O contributo mais recente, situa-se no quadro da planificação social. Caiu-se na conta dos aspectos sociológicos do desenvolvimento socio-económico e por isso se recorreu à teoria e pesquisa sociológicas.

A participação do cientista social nos programas de treino para os que se ocupam do desenvolvimento também deve ser estimulado. Ela pode contribuir de forma precisa para o êxito de tais programas, oferecendo a compreensão de aspectos concretos e práticos da situação da aldeia e, assim corrigir a visão desequilibrada do cenário aldeão, que o administrador geralmente tem.

Finalmente, outra área importante para a colaboração proveitosa entre planificadores e cientistas sociais é a planificação, análise e avaliação de "planos-piloto, a serem empreendidos em bases experimentais. Um levantamento anterior ao projecto, cuidadosamente planeado, feito pelo cientista social, deveria preceder a formulação e início dos planos-piloto".

Reconhece-se que até agora o sociólogo tem sido um crítico externo que mostra algumas das razões de fracassos e dificuldades na realização dos planos económicos.

Os Sociólogos não se limitarão ao papel de críticos, ou ao estudo dos factores sociais no desenvolvimento económico planificado. "A industrialização e o crescimento económico dão origem a novos problemas sociais ao crime, doenças mentais, tédio e descontentamento no trabalho industrial, ao uso das horas livres - e tudo isso o sociólogo é chamado a estudar. O próprio planeamento social cria problemas de burocracia e centralização, de relação entre o indivíduo e a comunidade, entre as autoridades públicas e as associações voluntárias, que se tornaram os principais assuntos da pesquisa sociológica... É parte do ofício do sociólogo ajudar a "conhecer tudo", definindo claramente, e descrevendo com precisão, as interligações entre fenómenos sociais de diferentes tipos, tornando dessa forma a planificação mais efectiva e ajudando a evitar consequências imprevistas e indesejáveis. Embora não seja necessariamente um crítico, ele também proporciona os meios de crítica". (Bottomore, op.cit. págs. 263-264).

3. Ciências Sociais e Sociologia

Embora a sociologia seja uma ciência do social, nem toda a ciência do social é sociologia. Expliquemos: uma ciência é social desde que trate de fenómenos sociais. Por isso mesmo o direito, a economia, a ciência política, a história, são ciências sociais. Distinguem-se no entanto da Sociologia porque, o Direito por exemplo é estudado como uma realidade em si (estuda o sentido das disposições jurídicas sobre uma questão particular etc.) abstraindo do seu carácter social; o mesmo se diga da Economia, estuda factos que são sociais mas não enquanto sociais.

A Sociologia, por sua vez estuda os factos ou fenómenos sociais enquanto sociais. Isto é, procura determinar em que medida eles resultam da vida social e em que medida nela influem. Teremos Sociologia do Direito, da Economia, da Religião, etc. se estudarmos a influência do Direito sobre a vida social e da vida social sobre o Direito, etc..

Há no entanto ciências que estão mais próximas da Sociologia e impregnadas do seu espírito, ainda que tenham desenvolvido métodos, técnicas e teorias próprias. Podemos citar entre estas a Geografia Humana, a Psicologia Social, a Antropologia, a Demografia, etc..

Segundo GURVITCH, todas as ciências do homem estudam a condição humana sob um determinado ponto de vista e com um método específico.

Haveria portanto, entre eles, unidade de campo e as ciências sociais teriam como objectivo estudar todos os fenómenos desse campo a vários níveis e sob diversos aspectos. A distinção estaria somente no ponto de vista e na metodologia usada.

Houve também quem afirmasse que cada uma das ciências sociais tinha um objecto, ou campo de estudo, distinto do de todas as outras. A economia por exemplo, ocupar-se-ia com os fenómenos económicos e mais nada; a Demografia do mesmo modo, somente com os fenómenos demográficos ... como se fossem campos da realidade adequadamente distintos.

Hoje, pelo contrário, opina-se que não existem campos da realidade e fenómenos que assim se distingam uns dos outros. O campo da realidade social sobre que se debruçam as diversas ciências sociais é um só. A distinção entre as ciências sociais está somente no ponto de vista.

Ponto de vista diferente, quer dizer:

- uma finalidade analítica dominante;
- uma definição de problemas, condicionada por essa finalidade;
- um critério de selecção de variáveis, relevantes para o estudo de tais problemas;
- uma metodologia de pesquisa empírica e de interpretação teórica, adequada a natureza dos fins, dos problemas e das variáveis que se elegeram. (cf. Sedas Nunes, Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento, pág. 41)

Podemos definir a sociologia como a "ciência que se ocupa do estudo dos factos inter-humanos, como tais, ou ainda a ciência que estuda os factos humanos numa perspectiva positiva, nas suas relações com a vida comum, na medida, em que estes dependem dela e que esta depende destes" (cf. Leclercq 93).

A sociologia actual difere muito da do século passado e da dos primeiros decénios do século actual. Deixou de ser uma disciplina unitária, para se desdobrar num feixe de disciplinas inter-ligadas. Podemos assim distinguir a Sociologia Geral, as Sociologias Globais e as Sociologias Especiais.

SOCIOLOGIA GERAL, reúne os caracteres comuns de toda a investigação sociológica. Estuda as noções comuns, os métodos gerais de análise,

as teorias elaboradas pelas diversas escolas e correntes de pensamento sociológico. Tem portanto como objectivo tudo o que é comum ao conjunto da sociologia.

"A Sociologia Geral deve portanto ser de certa maneira o fulcro da Sociologia, fazer um trabalho ao mesmo tempo de abstracção e de sintese de forma a isolar e determinar com precisão as noções e os métodos comuns, a todo o estudo sociológico" (Leclercq, op.cit. 101).

É uma ciência de síntese que agrupa os resultados de todas as ciências sociais especializadas. Abstrair e generalizar é a sua função.

SOCIOLOGIAS GLOBAIS, estudam o conjunto de actividades de um ou vários grupos sociais em vez de estudarem uma actividade em todos os grupos. Podemos enumerar entre estas, a sociologia urbana e a sociologia rural que estudam, sob todos os pontos de vista a interrelação social na cidade e no campo.

SOCIOLOGIAS ESPECIAIS, procuram acumular conhecimentos descriptivos e interpretativos de elementos ou aspectos particulares da realidade social. Assim se forma a Sociologia do Trabalho, da Religião, do Direito, etc. Estas sociologias têm a vantagem de analisar com maior profundidade e minúcia cada tipo de actividade. Assim se define por exemplo a Sociologia política como sendo o ramo da Sociologia que estuda os fenômenos sociais nas suas manifestações políticas, procurando inferir regularidades e na medida do possível formular leis ou verificar as tendências inerentes áquelas. (J. Gonçalves, II, 18).

Evidentemente que há uma linguagem e uma óptica comum a todas estas sociologias.

4. *Características e Objecto da Sociologia Actual*

Os homens estão em relação uns com os outros. Destas relações, podem surgir colectividades; nas colectividades os homens assumem modos de comportamento (pensar e agir) mais ou menos constantes e comuns.

As relações, as colectividades e os comportamentos são os elementos fundamentais da vida social e constituem o objecto da Sociologia. Esta pode também definir-se como o estudo científico da formação, organização e transformação da sociedade humana.

^ relação inter-pessoal (relação entre duas pessoas) é o fenô-

meno social de base. É facto verificado que estas relações inter-pessoais podem assumir formas diversas: relações de amizade, de negócios, de trabalho, de esparecimento, etc.. O ponto de partida da sociologia não reside na pessoa individual, ao contrário do que acontece com a psicologia. A menor unidade concreta de observação do sociólogo é a relação entre duas pessoas ou mais exactamente, a interacção resultante das suas relações: uma conversa, um encontro, a convivência...

Por outro lado, as relações podem ter caracter mais ou menos permanente, mais ou menos intenso (a família, uma associação de estudantes ou cultural; a relação que estabeleço com uma pessoa com quem converso num transporte público, a quem saúdo na rua, etc.).

"O 1º contacto de duas pessoas é talvez o fenómeno social concreto mais elementar. Nele se assiste à gènesese de uma relação interpersonal ainda embrionária, nos primeiros momentos do conhecimento de outrem e da adaptação ao outro, no início da estruturação da percepção e da acção. Ao mesmo tempo, encontramos-nos praticamente quase na linha da demarcação que separa o psíquico do social: na realidade é por um lado com a sua personalidade total que cada indivíduo conhece o outro, quer dizer, com os seus sentidos, emoções, impulsões, memória e inteligência; por outro lado poder-se-ia demonstrar de que modo a experiência social, o meio de origem, a civilização, fornece os elementos que compõem as primeiras impressões e a imagem do outro. Ainda que elementar, este primeiro fenómeno social de que tomamos conhecimento é já extremamente complexo, devido aos mecanismos psíquicos que implica e as componentes sociais que supõe "

(ROCHER, Sociologia I , pág. 34).

A mesma interacção entre sujeitos individuais (ou grupo) leva a modificar o tipo de relação anteriormente existente. A sua continuidade e multiplicidade conduzirá à formação de colectividades de consistência de sinal (da categoria à sociedade global). Notemos o caso das relações permanentes que constituem a família, uma empresa, um partido político, um sindicato... Em todas estas colectividades encontramos um tecido de relações sociais com um substrato material comum, mesmo que reduzido. Este pode não consistir em mais do que no número do telefone daquele que lhe serve de presidente.

É importante fixar que uma colectividade se não pode confundir com o substrato material que lhe serve de suporte. Uma empresa não se por-

senão conhecer factos "e estes têm todos o mesmo valor e o mesmo interesse; a ciência observa-os, explica-os, mas não os julga; não há para ela, factos passíveis de censura" (pág. 43).

O normal e o patológico existem em todos os domínios: tanto nos fenómenos sociais como nos problemas de saúde física. Cada espécie tem a "sua" saúde e a "sua" patologia. Saúde e patologia diferenciam-se igualmente para os seres de uma mesma espécie, segundo as ideias dos indivíduos.

Segundo Durkheim, pode distinguir-se o normal do patológico, considerando o normal como o que é mais geral e o patológico como aquilo que constitui excepção. Estabelece os seguintes critérios para, dentro de um universo social, distinguir o normal do patológico:

- 1º - Um facto social é normal para um tipo social determinado considerado numa fase determinada do seu desenvolvimento, quando se produz na média das sociedades desta espécie, consideradas na fase correspondente da sua evolução.
- 2º - Podemos verificar os resultados do método precedente fazendo ver que a generalidade dos fenómenos se prende às condições gerais da vida colectiva no tipo social considerado (pág. 59).
- 3º - Esta verificação é necessária quando o facto se liga a uma espécie social que ainda não cumpriu a sua evolução integral."

A conclusão que se impõe ao sociólogo é a de, ao estudar uma sociedade ou grupo, diferentes dos seus, não fazer referência aos seus juízos de valor que são, em larga medida, inspirados pelo contexto social em que está enquadrado.

b) Quanto à classificação dos factos sociais: esta, "deve, antes de tudo, ter por objecto abreviar o trabalho científico substituindo à multiplicidade indefinida dos indivíduos um número restrito de tipos. Mas perde esta vantagem se os tipos não forem constituídos senão depois de todos os indivíduos existentes terem sido passados em revista e analisados por inteiro... Não será verdadeiramente útil, a não ser que permita a classificação de outros caracteres além daqueles que lhe servem de base,

fornecendo-nos quadros que delimitem os factos por descobrir... Mas para tal é necessário que a classificação se faça, não de acordo com um inventário completo de todos os caracteres individuais, mas sim de um pequeno número desses caracteres, cuidadosamente escolhidos. Nestas condições não servirá apenas para pôr um pouco de ordem nos conhecimentos já alcançados; servirá para obter novos conhecimentos. Esta classificação orientando-o, evitará ao observador grande número de tarefas. Assim uma vez estabelecida a classificação, a partir deste princípio, não será necessário ter observado todas as sociedades de uma espécie para saber se um facto é geral nessa espécie ou não; a observação de algumas sociedades será suficiente. E mesmo, em muitos casos, bastará uma observação sô, mas bem feita, assim como, muitas vezes, uma única experiência conduzida chega para o estabelecimento de uma lei" (pág. 74-75).

A finalidade da tipologia é portanto, mais do que resumir as investigações já feitas, procurar o enquadramento para factos futuros. Normalmente partir-se-á do mais simples para o mais complexo; da sociedade elementar para aquela em que a divisão do trabalho social está mais elaborada. (Partir da horda ou do clã e ver como se combinam até chegar à sociedade complexa). Emite a seguinte regra: "As sociedades serão ao princípio classificadas segundo o grau de composição que apresentem, de segmento único; no interior destas classes, distinguir-se-ão as variedades diferentes, segundo se produza ou não uma coalescência completa dos segmentos iniciais". (pág. 80).

c) Quanto à explicação é ainda Durkheim que nos diz que é a parte mais importante da investigação sociológica: não basta dizer para que uma coisa serve ou qual é a sua função: é preciso também dizer como nasceu e como é "que ela é aquilo que é". Formula a seguinte regra: "Quando procurarmos explicar um fenómeno social, é preciso buscar separadamente a causa eficiente que o produz e a função que desempenha" sem se preocupar em saber se essa função é intencional ou não. Convém mesmo buscar antes a causa embora, a determinação da função seja necessária para que a explicação do fenómeno seja completa.

Em oposição a Comte e Spencer não admite a explicação psicológica dos factos sociais: "os factos sociais não podem ser explicados se não por outros factos sociais". "Todas as vezes que um fenómeno social está explicado directamente por um fenómeno psíquico, pode-se estar certo

de que a explicação é falsa" (pág. 97). "A causa determinante de um facto social deve ser buscada entre os factos sociais anteriores, e não entre os estados de consciência individual" (102).

Do mesmo modo, "a função de um facto social deve ser sempre buscada na relação que mantêm com algum fim social".

Naturalmente a concepção da explicação dos factos sociais em Durkheim é parcial, ao excluir um dos seus elementos condicionantes - o psíquico.

Com Virton, podemos resumir do seguinte modo os princípios mais importantes da observação científica:

1. - É preciso observar os factos sociais tratando-os como coisas sem lhes querer aplicar uma ideia preconcebida, e sem os querer julgar em referência aos nossos padrões de moralidade; é preciso em relação a cada tipo ou a cada espécie distinguir o normal e o patológico.
2. - É preciso classificar os factos sociais que se observam num quadro tipológico previamente estabelecido por meio de critérios simples e exteriores.
3. - É preciso comparar os factos sociais assim classificados e situados no seu enquadramento, usando de preferência o método das variações concomitantes (VIRTON, I, págs. 36-37).

6. *Dificuldades da Sociologia Actual*

Podem resumir-se do seguinte modo as principais dificuldades da Sociologia como Ciência dos factos sociais:

1. - A singularidade dos fenómenos históricos ou sociais e a subjectividade da sua apreensão pelo historiador ou pelo sociólogo acarretam especiais dificuldades para uma observação objectiva;
2. - O método comparativo, certamente necessário, torna-se mais difícil pela ausência ou insuficiência de instrumentos de medida;
3. - A reciprocidade e a interpenetração das influências tor-

nam mais difícil em sociologia (mais que em outras ciências) o estabelecimento de verdadeiras leis.

Consideremos agora cada uma destas dificuldades em particular:

a) Dificuldades quanto à observação objectiva: "não é fácil tratar os factos humanos, históricos ou sociais, como coisas. Isto não se consegue senão depois de um esforço de objectivação". Embora eles se não expliquem pelas psicologias individuais, é necessário, para encontrar a sua explicação completa, que o investigador os relacione com as mentalidades que lhes deram origem (nem sempre os mesmos factores produzem os mesmos efeitos).

A objectividade na observação não se consegue espontaneamente, está no final de um esforço de objectivação em que o investigador se esforça por "compreender" a acção, o que supõe o seu enquadramento num contexto psicológico e material. Como escreve M. Kaufmann, "a compreensão é o facto de concluir, partindo da minha própria experiência interior, por intermédio análogo pessoa".

b) Dificuldades quanto à comparação: diz-se que, enquanto as ciências naturais comparam quantidades (a convergência, a divergência, a variação concomitante apreciam-se por medidas de peso, de duração, cumprimento, etc.), as ciências sociais procuram expressar e comparar motivos, influências, variações qualitativas (não se mede a amizade, a sociabilidade, a coragem, o moral).

À objecção pode responder-se que, em ciências sociais, é efectivamente mais difícil a medida, mas que pode existir ciência sem rigor de medida. As mesmas ciências naturais medem quantidades para comparar qualidades. A precisão das medidas confere rigor científico, mas a ciência já existe mesmo quando essa medida não existe ou é impossível. "Certamente as ciências naturais têm mais facilidade em encontrar instrumentos de medida e marcam grandes progressos quando descobrem novos instrumentos. Os sábios preocupam-se sem cessar por aperfeiçoar os seus microscópios e os seus telescópios. A óptica, a acústica, a química, a biologia, medem os seus progressos pela invenção de novos instrumentos. Mas tais progressos supõem que no, ponto de partida elas possuíam já os princípios fundamentais de que esses instrumentos permitem uma aplicação mais rigorosa. Menos precisas, elas eram, no entanto, já científicas. É por isso que admitimos que as ciências sociais são actualmente menos rigoro -

sas do que as ciências naturais, mas que apesar de tudo são verdadeiras ciências" (VIRTON, I, 48). É que a ciência, em última análise, consiste em comparar elementos comparáveis, afim de reconhecer a uns a qualidade de causa ou a de condição e a outros as qualidades de efeitos ou de consequências. Além disso, também nas ciências sociais há domínios que se prestam a mensuração: é o caso de comportamentos exteriores. As estatísticas da população por sexos, idade, profissão, estado civil; as estatísticas de acidentes, as criminais, etc., dão-nos uma quantidade de informações sobre os comportamentos significativos.

Também os Sociólogos buscam aperfeiçoar os seus instrumentos de medida (progresso no método das sondagens), e quantificar quanto possível o seu domínio de investigação (quantofrenia e quantomania no dizer de Sorokin).

d) Dificuldades quanto à explicação: perante dois factos sucessivos mas separados por um intervalo de tempo, o investigador social, encontrará duas dificuldades principais, para dar uma explicação: o emaranhado dos fenómenos e a multiplicidade das causas. Notemos no entanto que, se esta dificuldade se faz sentir com especial acuidade nas ciências sociais, não é exclusiva delas. "Um exemplo que não é mais do que um caso particular mas típico, é-nos dado pela previsão meteorológica a médio prazo, isto é, da previsão do tempo que fará, durante alguns dias, em determinado lugar. Parece que as causas elementares são bem conhecidas: as correntes atmosféricas, o jogo das pressões e depressões, o da formação das nuvens e da precipitação, a influência do calor atmosférico, terrestre e marítimo, as influências magnéticas a rotação da terra, etc.. E contudo, os especialistas confessam a sua dificuldade em reunir sinteticamente todos os dados.

O mesmo género de dificuldades se encontra, a fortiori, nas ciências humanas como a Sociologia. Aí os factores elementares são extremamente numerosos: é cada um dos homens, com as suas relações de uns com os outros e as diferentes formas de colectividades, que daí resultam. É difícil traçar as linhas de interferência destes múltiplos factores, mas é ainda mais difícil prever, a partir da mudança de qualquer destas relações, o que se produzirá nas outras". (pág. 53).

Explicar um fenómeno, seja ele da ordem da natureza ou da cultura é encontrar um fenómeno anterior de que aquele que queremos ex-

plicar é a consequência.

As diversas escolas têm insistido, para explicar os factos sociais, na pressão social (Durkheim), na imitação (Tarde), na influência das motivações e valores (Max Weber). Uma explicação completa, naturalmente deverá ter em conta todos os factores condicionantes da vida em sociedade.

7. *As Leis em Sociologia*

Dissemos que o investigador social em sua pesquisa, procura encontrar constantes, regularidades ou leis que presidem à interrelação social. Ora quem diz lei diz determinismo e na interrelação social interveem agentes dotados de liberdade. Poder-se-ia por isso supor que seria necessário, ou renunciar à existência de leis (e não teríamos ciência) admitindo liberdade dos agentes, ou admitir a sua existência e negar a liberdade dos agentes (teríamos ciência mas não liberdade).

Perante este dilema, desde o princípio, os sociólogos reconheceram uma certa constância nos fenómenos sociais embora afirmando que eles dependem unicamente da vontade humana. Quetelet, por exemplo, confessa que "na maior parte dos fenómenos sociais que dependem unicamente da vontade humana, os factos passam-se com a mesma ordem e por vezes ainda com maior regularidade do que naqueles que são puramente físicos", Durkheim passou por cima da dificuldade dizendo que os factos sociais são de natureza diferente dos actos individuais. Grande número de sociólogos contemporâneos admitem os dois termos da alternativa, ou seja, verdadeira liberdade dentro de um certo determinismo. Teorizaram sobre a conciliação da constância dos fenómenos sociais (determinismo) com a liberdade humana, Gurvitch (*Déterminismes Sociaux et Liberté...*) e Jacques Lèclercq (*Introduction à la Sociologie*).

A conclusão a que chegaram, foi a de que "existe um determinismo dos factos sociais, mas que tal determinismo não é absoluto; deixa lugar a uma contingência em que se pode colocar a liberdade, diz um; existe, diz outro, uma real liberdade do homem, mas esta liberdade é condicionada, psicológica e socialmente, por um conjunto de elementos que a limitam consideravelmente e permitem, em circunstâncias semelhantes, prever comportamentos suficientemente idênticos, para que se possa falar no plano de investigação, de um determinismo" (Cf. VIRTON, I, 79).

Virton prolonga estas reflexões e diz-nos que determinismo e liberdade se situam a níveis diferentes e se realizam um pelo outro. "A liberdade não se realiza senão por e no determinismo" (pág. 80).

"Quando um homem se apressa a tomar uma decisão sobre um objecto qualquer, a situação em que se encontra está totalmente determinada. A sua reflexão situa-se num enquadramento biológico, físico, psicológico, moral e social, inteiramente fixado por ele. "Ele é o que é". Reflete e delibera em função do que é e do que tem. A maneira de julgar de um pedinte não é a de um burguês. O enquadramento geográfico, o meio social, a época, o estado de saúde, os caracteres herdados ou adquiridos, os hábitos e as manias, os preconceitos, o nível de cultura, numa palavra o que constitui o passado deste homem, tudo o que está com efeito "actuado" e constitui o enquadramento da sua deliberação... A situação dos outros, não está menos fixada e determinada do que a sua, nem é menos tributária do passado.

Colocamo-nos portanto na hipótese de um acto livre; este homem que delibera, que está atento, que é reflectido e capaz de julgar, decidirá livremente. Apesar de tudo, aquele que conhecesse totalmente, a sua situação material, psicológica e moral, sendo bom psicólogo, com pequeno risco de errar poderia dizer como tal homem decidiria.

Existem pessoas que têm a arte de adivinhar intuitivamente o comportamento dos outros" (VIRTÓN I, 81-82).

A liberdade humana, condicionada pelos determinismos sociais é também, por sua vez, capaz de os condicionar. A liberdade, de todos os pontos de vista, situa-se pelo determinismo e no determinismo. Mas o determinismo, por sua vez, é também determinado pela liberdade".

A partir do determinismo ou constâncias se estabelecem as generalizações. Ora em teoria sociológica importa distinguir duas espécies de generalizações: a generalização empírica e a generalização sociológica ou lei. A 1.^a resume as relações constantes, observadas entre duas ou mais variáveis. Como exemplos podem apresentar-se as leis de Engel sobre o consumo; as afirmações de Groves e Ogburn depois de estudarem um conjunto de cidades americanas ao verificarem que "com uma maior percentagem de empregados na indústria as cidades têm também, em média, percentagens mais elevadas de casais jovens".

A segunda difere da precedente, na medida em que resume numa afirmação de invariância que decorre de uma teoria. Para compreendermos a relação da generalização empírica e da teoria, bem como as funções da teoria, será bom examinar um caso em que tais generalizações foram incorporadas numa teoria positiva. "Assim, foi estabelecido há muito tempo, a título de regularidade estatística, que num meio com grande variedade de populações, os católicos acusam uma percentagem de suicídios inferior à dos protestantes. Assim expressa, a regularidade punha um problema teórico. Constituía simplesmente uma regularidade empírica, que para ter uma significação teórica, deveria decorrer de um grupo de outras proposições, condição que o mesmo Durkheim tinha estabelecido. Se adoptamos por seus postulados teóricos a redacção seguinte, o paradigma da sua análise teórica torna-se claro:

- 1º - a coesão social fornece um suporte psíquico aos membros do grupo que estão sujeitos a tensões e ansiedades violentas;
- 2º - a percentagem de suicídios é função das ansiedades e das tensões não aliviadas, às quais as pessoas estão sujeitas;
- 3º - os católicos têm uma maior coesão social do que os protestantes;
- 4º - deveremos portanto esperar encontrar uma percentagem mais baixa de suicídios entre os católicos que entre os protestantes.

Este caso permite generalizações empíricas em relação à teoria e ilustra as diferentes funções da teoria. Merton (*Éléments de Théorie et de Méthode Sociologique*, Plon, Paris, 1965, pág. 39), mostra que a pertinência teórica, não está intinsecamente presente ou ausente nas generalizações empíricas, mas que ela aparece quando a generalização está conceptualizada em abstrações de ordem superior (catolicismo, coesão social, ansiedades aliviadas, percentagens de suicídios) que são incorporadas em proposições mais gerais. Mostrando que a pertinência teórica de uma constante decorre de um grupo de proposições ligadas entre si, põe-se em movimento a teoria e as descobertas empíricas. Enquanto que a constante empírica, por si mesma, se não prestava à dedução de consequências diversas, o exemplo faz aparecer consequências variadas em géneros de

conduta muito afastados do suicídio. Servindo de fundamento lógico, a teoria fornece à previsão uma base mais segura que a simples extrapolação.

À Sociologia, interessa o conhecimento das relações constantes entre os fenômenos, as suas causas e efeitos, bem como as tendências ou propensões a partir das quais se podem inferir "regularidades tendenciais".

É certo que em Sociologia é difícil encontrar leis gerais definitivas, análogas às das ciências naturais. No entanto, programa-se, decide-se, executa-se, esperando uma constância no agir humano. Naturalmente que no caso dos sociólogos, ao depararem com regularidades, deverão apurar o seu grau de generalidade, os limites exactos, o alcance e as condições de aplicação das leis sociológicas, condicionadas, em grande medida, aos factores do espaço e tempo.

Também em relação às leis sociológicas se manifestaram duas atitudes antagônicas, aparentemente irreduzíveis. "De um lado os que assimilam as preocupações fundamentais da Sociologia à busca das regularidades e uniformidades verificadas nos fenômenos sociais e procuram formular as leis a que obedecem ao repetirem-se tais fenômenos, e os que são contra toda a ideia de formulação de leis ou verificações tendenciais" (J. Gonçalves, II, pág. 386).

Entre os que admitem a existência de leis sociológicas, há os que distinguem entre leis sociológicas especiais, parciais, temporais, etc.. Outros, distinguem as leis sociológicas referentes ao passado, das relativas ao presente e ao futuro (J. Julio op.cit. pag. 388), evidenciando o contributo da Sociologia em relação ao conhecimento das leis que presidem à vida social presente, prestando assim valiosa ajuda nos domínios da planificação social, económica, educativa e científica, etc.

A Sociologia Histórica, procura, por sua vez, formular leis que condensem certas uniformidades de pensar e de agir situadas em determinado tempo e espaço. Quanto ao poder profético ou prospectivo da Sociologia (futurologia) importa recordar que, "quando o grupo ou o meio (mental ou material) muda, as leis mudam também com ele. Uma variação chama a outra". Daí que a previsão do futuro só se poderá fazer prevendo imutadas as diversas variáveis ou então prevendo as mutações que trará consigo a mudança de uma ou várias delas, tomando como ponto de comparação áreas ou meios sociais em que tal evolução já se deu.

Em relação às leis sociológicas, Perpinã Rodriguez, sintetiza nas seguintes afirmações, a posição que parece mais aceitável:

1. - A Sociologia actual aceita a existência de leis sociológicas.
2. - O conceito de lei sociológica (distinguir de lei social) ainda que análogo em muitos aspectos ao da lei natural , não tem de coincidir adequadamente com ela.
3. - A palavra lei não pode ter aqui o significado usual de princípio de explicação necessária e universal.
4. - A lei sociológica deve entender-se como construção permanente mental para tornar inteligível a realidade, e não como reflexo exacto do que nesta ocorre.
5. - Com o rótulo de leis sociológicas designa-se um conjunto de fórmulas teóricas muito variado, cujo único caracter é o propósito de estabelecer uma explicação geral dos factos sociais. (Cf. Sociologia General Madrid, Consejo Sup. de Inv. Científica, p. 193).

O mesmo autor define "lei sociológica toda a forma de generalização ou explicação sobre a conduta humana em sociedade, ou sobre as correlações funcionais entre tipos e fenómenos sociais, ou entre etapas de desenvolvimento ou sucessão dos mesmos".

Poderemos concluir do que ficou dito que: "a Sociologia está em condições de formular leis relativas a fenómenos sociais de repetição regular e uniforme no passado (Sociologia Histórica), muito embora não sejam sô fenómenos sociológicos-históricos o principal objecto das suas preocupações. Sobretudo formula leis sobre as regularidades e uniformidades inerentes a tais fenómenos que ocorrem no presente. É o que acontece com os resultados com que a metodologia sociológica habilita os responsáveis pela planificação que, como é sabido, cada vez mais funciona como alavanca do processo de desenvolvimento.

Conquanto o formular as possíveis leis sociológicas seja um dos objectivos da pesquisa sociológica, em relação ao futuro a Sociologia, repetimos, não pode ir com a segurança desejável além da comunicação de certas tendências, da formulação de proposições sobre "constâncias tendenciais", ou por outras palavras, "regularidades tendenciais "

de alterável base probabilística". (J. Júlio, II, 396-397).

8. *A Linguagem Sociológica*

Toda a ciência possui a sua linguagem própria, e a sociologia não escapa a esta regra geral. Em contraposição às ciências da natureza, a sociologia dispõe contudo de uma linguagem menos rigorosa. Por isso mesmo, se a linguagem de qualquer ciência exige uma iniciação para se apreender o que nela está contido, no caso da Sociologia esta iniciação linguística é ainda mais necessária, pelo facto de muitos dos seus conceitos serem usados na linguagem corrente mas com significação diversa da significação técnica. Por outro lado, ainda do ponto de vista técnico, ao contactarmos com as diversas obras da Sociologia surpreenderemos a falta de unanimidade (mesmo entre os técnicos) no uso de muitos conceitos.

Por esta razão, para entendermos os autores e podermos usar os instrumentos de análise que nos legaram em suas obras, teremos de adquirir uma linguagem específica própria desta ciência.

De igual modo, nos teremos de vigiar, para não julgarmos que nos apoderamos do conteúdo de um conceito, quando afinal o usamos numa das acepções em que é usado pelo homem da rua ou por especialistas de outras ciências, mas autodidatas em Sociologia.

Os novos conceitos geralmente correspondem a dois objectivos: distinguem e chamam atenção para classes de fenómenos que até então não haviam sido consideradas como classes separadas: servem de descrições abreviadas dos fenómenos e como instrumentos para nova análise.

No nosso Curso (de Sociologia Geral) serão precisados conceitos como categoria social, agregado, grupo, sociedade, modelo de pensar e de agir, papel, processo, instituição, cultura, estrutura, função, etc. Estes e outros conceitos, são usados frequentemente pelos sociólogos e outros cientistas sociais como equipamento necessário para organizar o seu pensamento, empreender investigações e comunicar os resultados delas.

9. *Os Métodos em Sociologia*

A metodologia e as técnicas de investigação social serão objecto de um Curso especial (Técnicas de Investigação Social). Por isso

mesmo, agora, daremos sômente algumas indicações sumárias. Não pode haver verdadeira observação da realidade social sem um m̃nimo de teoria no ponto de partida. Ao falarmos de m̃todo em Sociologia (nã esquecer o significado etimolôgico de caminho para) queremos significar a aplicação dos princípijs fundamentais da ciência no campo sociolôgico. Já ao falarmos de t̃cnicas pretendemos indicar os procedimentos específicos com os quais os sociólogos recolhem e ordenam os seus dados, antes de os sujeitar a tratamento lôgico ou estatístico.

Pearson, cientista inglê, dá-nos a seguinte definição de m̃todo "o homem que classifica factos de qualquer classe que seja, que observa as suas relações mútuas e descreve a forma em que estas relações se sucedem, está a aplicar o m̃todo científico e é um homem de ciência... quando cada facto em particular... foi examinado, classificado e coordenado com o resto, então ter-se-á completado um trabalho científico" (Cf. PEARSON, Karl, The Grammar of Science, Londres, 1900, pp. 12-13).

Portanto a Sociologia usará o m̃todo científico, sempre que observar, classificar e interpretar sistemáticamente os factos sociais.

Os métodos usados podem classificar-se de históricos e actualistas. Há ainda fenómenos quantitativos ou estatísticos. No caso de se mostrarem irreductíveis a números aplica-se-lhe o m̃todo qualitativo. Pode dizer-se que a multiplicidade de métodos que se encontram nos manuais de sociologia se podem reduzir aos anteriormente mencionados.

A característica marcante do método histórico é ocupar-se de factos que se não podem observar mas se podem reconstituir por meio de documentação adequada. A sociologia histórica, como fáclmente se compreende, não constitui história; serve-se dos resultados da história para compreender e explicar a vida social do passado (estudo das instituições e costumes).

Muitos sociólogos, estudando factos sociais, como LEVY-BRUHL nas suas obras sobre os primitivos, como WESTERMARCK, na sua obra sobre o casamento nos diversos povos, baseiam o seu estudo exclusivamente sobre documentos que informam tanto sobre o passado como sobre o presente. Neste caso, o m̃todo não pode ser senão o da história; não interessa que o facto seja antigo ou actual; o que marca a diferença entre o m̃todo actualista e o histórico é a forma de estudar os objectos. Sob o ponto de vista científico, o facto que observei no jornal desta manhã ou no livro

de um viajante publicado este ano não tem uma natureza diferente do que o que leio no jornal de há 100 anos ou num livro de antiguidade. Para lhe controlar a exactidão, terei de proceder da mesma maneira.

O método histórico é portanto extremamente importante em sociologia. A maior parte dos sábios que se intitulam sociólogos nunca usaram outro. E no entanto não é desta forma que a sociologia pode realizar os progressos mais notáveis" (Leclercq, op.cit. pp. 232-233).

Quanto ao método actualista, não consiste somente em estudar os factos sociais actuais (por exemplo por observação directa) mas em estudar os fenómenos sociais pelos processos que parecem mais eficazes, entrando em contacto com eles. Tanto se pode falar do método actualista no caso por exemplo de Le Play, em que o investigador interroga no próprio lugar quem deseja e em que observa o meio ambiente em que vive, como de um estudo feito sobre as estatísticas recolhidas por um censo ou por um inquérito.

Os dois processos usados pelo método actualista são o inquérito e as estatísticas. A estatística é hoje uma disciplina autónoma que se serve dos processos matemáticos. Ao serviço da sociologia, enumera a frequência dos fenómenos da mesma natureza e suscetíveis de apreciação quantitativa. É ciência delicada de manejar aplicando-se somente aos factos que se podem avaliar quantitativamente e observar. É incapaz de exprimir as diferenças qualitativas. Por isso mesmo lhe escapa grande número de fenómenos e de aspectos sob que se podem observar os fenómenos. Por mais importante que seja a estatística, nunca poderá ser mais do que um processo auxiliar da sociologia. O Inquérito, pelo contrário, continua a ser um dos seus instrumentos mais válidos. Este, pode revestir-se de muitas formas. Por exemplo, a monografia da escola de Le Play é uma delas. De qualquer modo pretende sempre reunir factos em que se manifesta o fenómeno social que se quer estudar. Se queremos determinar as condições de vida dos operários, a sua consciência de classe, devem-se buscar factos que manifestem estes fenómenos; do mesmo modo os efeitos do desenvolvimento sócio-económico, etc..

A técnica dos inquéritos será estudada noutro lugar. Agora fixemo-nos na Monografia. Esta consiste essencialmente na descrição de um fenómeno social, considerado sucessivamente sob todos os aspectos: um grupo social restrito (uma cidade, uma família, uma administração) de que

se pretende compreender o funcionamento interno; um fenômeno social particular (por exemplo o suicídio) de que nos esforçamos por analisar todas as dimensões e todas as relações com o conjunto social de que faz parte. Para compreender o funcionamento da sociedade, a monografia abre mais horizontes e permite construir esquemas, elaborar teorias, definir noções e inferir correlações hipotéticas que uma investigação ulterior poderá confirmar, rejeitar ou aperfeiçoar.

A monografia pretende ser exaustiva e a sua aplicação pode ser feita em todos os domínios sociológicos. No entanto, os trabalhos sociológicos contemporâneos têm antes em vista estudar problemas muito precisos dentro de um universo mais vasto do que estudar todos os aspectos de um universo muito restrito.

Ainda no domínio da investigação sociológica temos a considerar o survey que utilizando os métodos quantitativos, insiste sobretudo nos problemas morfológicos ou estruturais. É a sociografia (survey) que se usa de preferência na investigação sociológica para fins administrativos ou técnicos, quer se trate da administração pública ou privada. Todos os inquéritos que tem por finalidade determinar o volume e extensão de um problema social como o alcoolismo, os acidentes, etc., bem como os inquéritos que antecedem o lançamento de qualquer produto no mercado, procuram inscrever os seus resultados em curvas de frequência cuja interpretação pertence ao domínio da estatística. Frequentemente se considera a sociografia como um estado anterior à sociologia. O sociólogo que pretende conhecer qualitativamente a realidade social, procura comportamentos significativos susceptíveis de uma certa mensuração, para depois fazer a sua análise e tirar conclusões.

Devemos lembrar ainda outro método de trabalho em sociologia denominado sociologia comparativa. Esta usa os documentos monográficos ou estatísticos relativos a dois universos sociais ou mais, e procura compará-los e assim compreender o dinamismo da realidade social.

A este propósito opinava Durkheim: "Só podemos explicar um facto social de alguma complexidade com a condição de seguirmos o seu desenvolvimento integral através de todas as espécies sociais. A sociologia comparada não é um ramo particular da sociologia; é a sociologia mesma, enquanto deixa de ser puramente descritiva e aspira a dar conta dos factos".

Procurando formular as leis de comportamento do homem que vive em sociedade, a sociologia compara e verifica as uniformidades e as diferenças.

"Em tal perspectiva, o método já não é o monográfico nem sociográfico, mas utiliza, alternadamente e de todos os modos, os documentos que pode procurar, qualquer que seja a sua proveniência, desde que lhe atribua real valor" (Cf. VIRTON, op.cit. I, pág. 60).

Embora a sociologia seja uma ciência de observação, não exclui a experimentação. Por exemplo, certas perguntas de um inquérito sobre factos em que as pessoas possivelmente ainda não pensaram tem uma dose de experimentação. As sondagens da opinião pública podem igualmente denominar-se experimentação.

A este propósito escreve Leclercq (op.cit. p. 356): "Mas a preocupação da experimentação é por vezes levada mais longe. Na América também se organizam experiências de psicologia social. Fazem-se perguntas com o fim de estabelecer o caracter de audácia ou timidez, de prudência e coragem, de honestidade de homens pertencentes a diversos ambientes ou a diversas profissões. Para experimentar a honestidade organiza-se uma tentativa de roubo; envia-se uma pequena soma de dinheiro a um grande número de pessoas sem indicar o motivo, e anota-se quais são as que restituem; pergunta-se depois quais seriam os motivos porque essas pessoas guardaram o dinheiro. Submeteram-se mesmo sistematicamente a tentações crianças que não tinham recebido ensino religioso e crianças que o tinham recebido com o objectivo de ver se o ensino religioso desenvolve a moralidade.

A experimentação social é extremamente delicada e, em muitos casos, a sua interpretação é ainda mais delicada. Para mais as experiências de character moral tem por vezes um character inaceitável, incompatível com o respeito a que o ser humano tem direito. Apesar disso não se pode excluir uma certa parte de experimentação na investigação social e ela mistura-se estreitamente com a observação tal como se estabelece no inquérito; à medida que a sociologia se desenvolve e que se consolidam os seus métodos e processos, tende a crescer a parte de experimentação, porque se discernem melhor os assuntos que se prestam a ela".

10. *Perspectiva Sociológica no Estudo dos Factos Sociais*

A perspectiva sociológica no estudo dos factos sociais mais facilmente se poderá compreender a partir de um exemplo. Perante um drogado ou uma prostituta instintivamente as pessoas se pronunciam. Uns atribuirão o seu comportamento à má inclinação natural; outros a mecanismos de compensação da falta de carinho familiar; outros ainda às estruturas sociais que não oferecem possibilidades à juventude de fazer ouvir a sua voz na definição de um projecto de vida colectiva suficientemente atraente para mobilizar as suas energias.

Estamos assim perante três explicações de um mesmo facto que poderíamos classificar de: vulgar, psicológica e sociológica. Esta última introduz o social como variável explicativa do comportamento de uma pessoa determinada. Notemos no entanto, que a Sociologia como ciência não se interessa directamente pelo caso individual mas sim pelos condicionamentos ou factores do contexto social que provocam o facto social droga ou prostituição numa população determinada. Evidentemente que o que vale genericamente para a categoria dos drogados, vale igualmente para um dos drogados do contexto, tomado individualmente, tendo naturalmente em conta os traços da sua personalidade individual.

Temos assim evidenciado, a partir de um exemplo, o princípio básico de toda a sociologia: o social explica-se sempre pelo social. Isso não quer dizer que se exclua outro tipo de explicações - biológicas, psicológicas, climatológicas, etc.. Explicar entende-se aqui, o pôr em evidência os mecanismos que intervêm na produção dos fenómenos.

Quando os mesmos mecanismos intervêm frequentemente para produzir os mesmos fenómenos dizemos que estamos perante uma lei.

Ao afirmarmos que o social se explica pelo social, entendemos social como o conjunto das relações entre os indivíduos. Se não há uma inter-acção não existe facto social. "... Para o sociólogo, o tecido fundamental e elementar da sociedade é composto pela multiplicidade de inter-acções de sujeitos humanos, multiplicidade que lhe confere simultaneamente existência e vida" (Guy ROCHER, Sociologia Geral, I, pág. 39) . Não se nega com isso que o psíquico e o social estejam intimamente ligados. O facto social, é sempre, simultaneamente, social e psíquico. Só que o "psicólogo concentra a atenção sobre a personalidade global e para ele o meio é uma das "variáveis" que influenciam a estruturação e a dinâ

mica da personalidade; o sociólogo, por seu lado, estuda o meio social ou o conjunto das relações (rapports) sociais entre as pessoas (e grupos), tomando em consideração os traços psíquicos das personalidades suscetíveis de influenciar o meio social" (ROCHER, loc.cit. p.41).

A sociedade é o meio social mais vasto em que nos relacionamos. Assim "Uma sociedade é um grupo social manifestando uma certa permanência histórica e apresentando um conjunto de hábitos de comportamento e de pensamento fortemente ligados entre si, e podendo dar lugar ao que se chama cultura" (Claude JAVEAU, Comprendre la Sociologie, Marabout Université, p. 20). Daí que não só o social se explica pelo social, se não que o social gera o social, isto é, as influências que os homens exercem uns sobre os outros, geram modelos de pensar e de agir. "As relações que os indivíduos entretecem entre si constituem o social que, por sua vez, provoca relações entre os indivíduos" (id. ib., p. 20). Note-se que o social não resulta da soma dos indivíduos, mas da multiplicidade de relações que se estabelecem entre eles.

A abordagem sociológica do social, pode fazer-se de uma perspectiva macro ou microsociológica. No primeiro caso, a observação incide sobre conjuntos sociais relativamente completos para satisfazerem a todas as necessidades dos seus membros (um país, uma civilização, etc.); no segundo, sobre unidades restritas (família, grupos).

Qualquer destas perspectivas é válida, embora teoricamente pareça preferível iniciar o estudo da sociologia a partir da macrosociologia. Com efeito, o particular, mais facilmente se entende quando enquadrado no seu contexto global e, por isso, só depois de considerada a sociedade na sua totalidade e as partes principais que a compõem se deveria empreender o estudo das unidades mais restritas.

No entanto, dum ponto de vista pedagógico, parece aconselhável começar o estudo da sociologia pela microsociologia. É que a análise macrosociológica utiliza conceitos que se precisam na microsociologia. "Não podemos prosseguir a análise da sociedade global, ou de uma sociedade global particular, sem nos apoiarmos constantemente em noções adquiridas no inventário dos determinismos e das liberdades que a investigação microsociológica nos oferece. Porque, se é verdade que o fenómeno microsociológico deve levar ao complexo macrosociológico em que se insere, temos também de reconhecer que o estudo da sociedade global remete

constantemente o sociólogo para factos microssociológicos, cuja totalidade constitui a sociedade global" (ROCHER, loc.cit., p. 26).

Além disso, a perspectiva microssociológica oferece ainda a vantagem de partir de realidades que fazem parte da experiência quotidiana podendo assim servir de apoio à reflexão sociológica avançando progressivamente do conhecido para o desconhecido. É esta a perspectiva que adoptamos no Curso de Sociologia Geral.

LEITURAS

1. - SEDAS NUNES, Adérito, *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Moraes editores, Lisboa, 1968, págs.15-47.
2. - Do mesmo autor "Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais", *Análise Social*, nºs 30-31.
3. - CUVILLER, Armand, "Historique" em *Les Dictionnaires du Savoir Moderne, La Sociologie*, págs. 190 e segs.
4. - LECLERCQ, Jacques, *Introdução à Sociologia*, Amado Editor, Coimbra, 1953, págs. 76-117.
5. - DEL CAMPO URBANO, Salustiano, *La Sociología Científica Moderna* (2.^a ed), Instituto de Estudios Políticos, Madrid, 1965, caps, 29 e 49.
6. - DURKHEIM, Emile, *As Regras do Método Sociológico*, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1966, caps. 19 e 29
7. - VIRTON, *Les Dynamismes Sociaux*, Les Éditions Ouvrières, 1965, caps. 19, 29 e 39.
8. - T.B. BOTTOMORE, *Introdução à Sociologia*, Zahar Editores, Rio 1965, caps. 18 e 19.
9. - ROCHER, Guy, *Sociologia Geral*, Ed. Presença, Lisboa, 1971, cap. I.
10. - JAVEAU, Claude, *Comprendre la Sociologie*, Marabout Université, 1976, págs, 13-35.
11. - CAPRASSE, *Sociologie*, SICETAC, Louvain, s/ d.

SOCIOLOGIA GERAL

INTRODUÇÃO

Nas lições seguintes pretendemos apresentar a linguagem própria da Sociologia, chamando quando possível a atenção para a função analítica e operacional dos conceitos expostos.

A exposição simples mas exacta desses conceitos sistematicamente ordenada, dotar-nos-a de um instrumento necessário para a observação, classificação e explicação das interrelações, colectividades e comportamentos humanos, da perspectiva sociológica.

Dividiremos a matéria em três partes:

1. a interrelação social. A inter-acção entre os humanos processa-se a diferentes níveis de intensidade e sob formas diversas . É a concretização dessa variedade e intensidade diferencial que estudaremos nesta primeira parte, ao falarmos de categorias, agregados, grupos e sociedade global.
2. o agir social. Os homens não só formam colectividades, como repetem frequentemente o mesmo género de respostas ao ambiente e às pessoas. O comportamento humano é estandardizado, modelado pela sociedade. Relacionando a primeira parte do Curso com esta segunda, dizemos que o Sociólogo estuda as pessoas sociais enquanto se conformam a padrões ou modelos de comportamento . Estudamos pois o agir social ou a cultura, enquanto expressa em modelos do comportamento, papéis, processos, instituições.
3. os sistemas socio-culturais. Embora nas duas partes anteriores se tenham estudado as relações e os comportamentos separadamente, o que de facto existe são pessoas adoptando certas normas de comportamento na prossecução de objectivos sociais ou mesmo individuais. Assim, partindo da definição de sistema como "com^o binação das partes de um conjunto, relacionadas de maneira a constituírem um todo ou a concorrerem a um resultado comum" , veremos como todo o sistema deverá:
 - ter uma ou mais finalidades ou objectivos e dispôr das técnicas e recursos para os conseguir;

- dispôr de um sistema de comunicação que facilite a aculturação e a inter-acção entre os diferentes elementos;
- definir a situação de cada uma das partes no todo e criar uma disposição de pertença;
- dispôr de mecanismos de adaptação à mudança socio-cultural e moderar as tendências discrepantes.

Na medida do possível, os estudantes procurarão acompanhar a matéria exposta com as leituras que se indicam ao fim de cada capítulo. Por que se trata de matéria básica para o prosseguimento do estudo da Sociologia, deverá a sua assimilação ser lenta e profunda. O esforço inicial que se aconselha, será largamente compensado com a facilidade verificada ao abordar posteriormente as diversas sociologias.

I PARTE

A INTERRELAÇÃO SOCIAL

CAPÍTULO I - As Categorias Sociais

Começamos a Sociologia Geral pelo estudo das categorias sociais. Estas definem-se como uma pluridade de pessoas que são consideradas como uma unidade, pelo facto de possuírem em comum uma ou mais características, consideradas importantes do ponto de vista social.

Exemplos: os assalariados;
os estudantes;
as empregadas domésticas;
os ciganos;
os pequenos proprietários, etc..

As categorias sociais podem formar-se à base de entidades colectivas. Por exemplo, unidades colectivas de produção, cooperativas ... são classificadas à base dos traços semelhantes que possuem em comum. Em certo sentido, a categoria só existe na mente do observador social (como colectivo), embora as pessoas ou entidades com características semelhantes tenham existência real fora da mente do que as observa.

1. Utilidade sociológica das categorias sociais

Toda a ciência procura dispôr de um conjunto de categorias abstratas e universais que lhe sirva de instrumento para a classificação da realidade que observa e pretende explicar. As categorias sociais, dão-nos assim, uma visão sintética da realidade respondendo às duas características fundamentais de todo o conhecimento científico - a abstracção e a construção.

Na leitura que cada uma das ciências faz do real concreto, selecciona aspectos, variáveis, relações, etc., que integra no código de leitura próprio dessa ciência. A informação que colhe é seleccionada, ordenada e classificada, segundo os moldes conceituais próprios - o objecto teórico (corpo de conhecimentos e resultados). Como afirma Serge VIDERMAN a respeito da Psicanálise, é o objecto teórico "o utensílio conceptual", posto pela teoria à sua disposição, que sensibiliza e abre a inteligência do analista, de modo a permitir-lhe informar a realidade de acordo com as

articulações pré-formadas do modelo teórico que ele mesmo se dotou. Fora da teoria, nada é visível. Para ver outra coisa, será necessário mudar de teoria" (VIDERMAN, La Construction de l'Espace Analytique, Paris Denoel, 1970, p. 130).

Como a leitura do real é forçosamente parcial e incompleta, (abstrae), os dados que o analista recolhe são enquadrados num conjunto de elementos conceptuais que lhe dão um significado e alcance analítico (construção).

A funcionalidade científica da classificação ou categorização fáclmente se compreende, se pensarmos que, isolando uma característica dum objecto ou de uma pessoa e considerando em seguida todos os que possuem tal característica, poderemos descobrir e formular leis (constantes ou regularidades) que permitem expressar o encadeamento das causas e consequências dos fenómenos sociais. Do mesmo modo, supondo imutável o condicionalismo em que tais fenómenos se verificam, poderemos prever a dinâmica da realidade social comparando-a com outra que já passou pelo mesmo estado de desenvolvimento ou a que foram mudados os condicionalismos.

A importância do estudo de determinada categoria depende dos objectivos que o sociólogo tem ao estudá-la. Por exemplo, se se trata de estudar o comportamento político, interessará classificar os cidadãos eleitores em votantes / não votantes; radicais / conservadores; votantes masculinos / femininos; jovens / velhos, etc.. Ao passo que se se tratar do fenómeno desemprego estas categorias já não são válidas.

Dum ponto de vista pragmático, se sabemos por exemplo o número de crianças dos 4-6 ou dos 6-12 anos, fáclmente poderemos avaliar o número de jardins de infância ou de escolas primárias que será necessário construir. Do mesmo modo, a categorização das pessoas, sob perspectivas diversas, interessa às companhias de seguros, aos organismos de previdência, às autoridades civis ou religiosas, de um modo geral a todos aqueles que têm obrigação de criar os meios de subsistência ou o emprego para determinada população.

Note-se contudo, que nem todas as características semelhantes têm a mesma importância. Por isso mesmo se costuma distinguir entre categoria social e unidade estatística. É verdade que todas as categorias sociais podem ser expressas em números mas nem tudo o que se

quantifica se reveste de significado social.

Exemplifiquemos: posso enumerar o conjunto de indivíduos que passam as suas tardes na Praça do Giraldo a ver quem passa (tenho uma estatística mas sem importância); posso igualmente contar as pessoas que na mesma Praça têm de, após o trabalho, esperar os transportes comuns e isso já se pode revestir de importância social em ordem, por exemplo, a aumentar esses meios de transporte ou a estabelecer um horário mais funcional para as populações utentes.

As categorias sociais utilizadas em Sociologia podem reduzir-se a duas grandes classes: categorias disjuntivas e categorias progressivas. Chamamos disjuntivas às categorias sociais quando elas nos permitem classificar o universo (ou população estudada) em duas classes: os que possuem a característica ou características em observação, e os que a não possuem, ou são dotados de características opostas (homem / mulher; radical / conservador, etc.). Pelo contrário, estaremos em presença de categorias progressivas quando a característica em estudo se pode medir, e os indivíduos podem ser colocados em níveis mais ou menos elevados de participação (é o caso dos níveis de salários, rendimentos, idade, etc.).

Conclusão: no estudo das categorias sociais, há dois extremos a evitar; pensar que afinal se reduzem a números e nada mais (simples contagem); ou dar-lhes tanta importância de modo a fazer pensar que a Sociologia se reduz a estudar categorias estatísticas ou a estabelecer tipologias. É certo que as estatísticas proporcionam uma informação necessária e básica para o sociólogo que sem elas pode entrar pelo caminho das generalizações apressadas, mas é igualmente verdade que elas constituem somente um estágio da abordagem sociológica da realidade - da classificação.

"Em muitos casos a categoria estatística constitui o "Universo" que se estuda. Este termo significa simplesmente o número total das pessoas incluídas no estudo. Se dizemos que "nesta cidade nasceram mil crianças no ano passado", não podemos dizer se é ou não uma cifra importante, a não ser que saibamos quantas pessoas vivem nessa cidade. A percentagem, seria mais alta se a população da cidade fosse de 5.000 e não de 20.000 habitantes. A população total escolhida é o universo em estudo. O gráfico das tendências demográficas requer não só a contagem da população total da zona, senão também a idade, o sexo e o estado. Des

te modo as categorias mais amplas podem dividir-se em subcategorias significativas" (FICHTER, op.cit. pág. 80).

A principal fonte de dados para a formação de categorias sociais é a mesma realidade social seguida do recenseamento e das publicações estatísticas da Administração Pública ou das organizações privadas. A precisão e minuciosidade de dados, permite combinar diversas características duma população ou duma região.

A comparação das estatísticas de diversos recenseamentos ou inquéritos, faz resaltar as constantes tendências ou mudanças que se vão impondo ao longo do tempo. São os dados do recenseamento, dos registos e inquéritos que constituem o material bruto com que os demógrafos, sociólogos, técnicos de planeamento... levam a cabo as suas análises e previsões. O estudioso das Ciências Sociais não poderá ignorar a existência de tais fontes, nem deixar de acompanhar a evolução do seu conteúdo principalmente nos domínios mais estritamente sociais como são os da população, saúde, educação, rendimentos, etc..

2. *Categorias e Grupos*

A categoria que, como dissemos, é constituída com fundamento nas semelhanças, tanto pode ser a base para a formação de diversos grupos, como não dar ocasião à formação de qualquer grupo.

Fácilmente se vê que os jovens que formam uma categoria, podem constituir grupos diversos: um clube, uma associação, etc.. Assim, juventude e grupos de jovens são coisas diferentes.

Como estamos a ver, a distinção entre categoria e grupo não é profunda nem difícil. As características comuns que são a base da formação mental das categorias, podem igualmente constituir o estímulo ou o centro de interesse que polarize as vontades em ordem à formação de grupos. Os velhos formam uma clique de compadres, uma liga de antigos combatentes, etc.; enquanto que os jovens formam um clube, uma tuna ... Gentes da mesma religião, raça, educação, posição social, sentem-se atraídos umas pelas outras. precisamente pelo elemento que lhes é comum.

Sintetizando: as categorias estudam as pessoas que possuem em comum uma ou mais características; o grupo estuda a estrutura e interacção das pessoas que se juntaram para promoverem objectivos comuns.

Fique claro que a análise das categorias não é um estudo de relações e estruturas sociais. Por exemplo o número de operários especializados comparado com o de não especializados não nos diz nada acerca dos problemas de relações humanas na indústria

3. Categorias múltiplas e tipos

As categorias múltiplas, ao contrário das simples, tomam como critério de classificação uma pluralidade de características. Exemplo: o conjunto de homens nascidos em Évora, em 1938 e que se formaram em Direito.

Quanto mais características se tomam para a classificação mais individuadas ficam as pessoas (compreensão/extensão). A reunião, em um só conceito, de características múltiplas, leva à construção de tipos que assim podem ser definidos como a representação abreviada da realidade a partir das suas características mais salientes.

"A sociologia comparativa e explicativa repousa antes de mais... na selecção dos factos, históricos ou sociais que são, senão idênticos, pelo menos análogos e comparáveis por algumas das suas características, afim de poder, comparando-as, fazer ressaltar as divergências, e sobretudo, como dizia Durkheim, as variações concomitantes.

Para isolar estes factos ou características, é preciso aplicar critérios anteriormente estabelecidos a partir de uma certa experiência. É preciso aplicar-lhe o que Max Weber chamava tipo-ideal e hoje chamamos de preferência conceitos operacionais" (VIRTON I, 65).

A construção de tipos deve ser feita em relação a um problema concreto e orientada por uma hipótese bem definida (classificação das sociedades por Durkheim).

As categorias múltiplas mais importantes em Sociologia, são as seguintes:

3.1. *Minorias Sociais*: o conjunto de indivíduos que participam de desvantagens semelhantes dentro da sociedade. São considerados inferiores relativamente ao que é julgado normal e corrente nessa sociedade (riqueza, bem-estar, participação política, etc.). São definidas a partir das posses ou prestígio dos seus elementos e não propriamente a partir do número. Nas sociedades dinâmicas a sua posição tende a modificar-se com rapidez através de uma mais completa integração na sociedade glo-

bal.

Entre as minorias sociais, existentes em maior ou menor grau em todas as sociedades, podem contar-se as minorias religiosas que diferem nas suas crenças e no seu culto das normas aceites pela maioria. A este aspecto com frequência vão ligados outros como sejam, o nível económico, a nacionalidade, a instrução. Os estrangeiros formam igualmente uma minoria social que, frequentemente ainda é diferenciada segundo o país de origem. As minorias raciais são caracterizadas pelas diferenças biológicas em relação ao restante da população. O seu nível de riqueza e de instrução de algum modo é menos apreciado por causa da raça.

3.2. Classes sociais; são categorias sociais que dependem de juízos de valor embora tenham como fundamento realidades objectivas complexas (como a posição no processo de produção, a fortuna, a profissão, a educação, a ascendência). A classe pode definir-se como uma pluralidade de pessoas consideradas como uma unidade social, por serem semelhantes sob diversos aspectos e julgadas a determinada altura da estratificação social.

Embora a classe social seja uma construção mental, o status de classe não é para a pessoa algo indiferente. Isto por duas razões principais: em 1º lugar, porque estas semelhanças sendo apreciadas, geram o prestígio e a estima tanto do próprio meio como do meio circundante; em 2º lugar porque as semelhanças dão lugar a uma interrelação preferencial.

3.3. Público: pode ser definido como "uma categoria social de seres humanos, agrupados mentalmente no espírito daquele que os considera, porque eles são susceptíveis de se interessar por um objecto determinado quer este objecto seja da ordem material, intelectual, cultural, artística, etc." (VIRTON, I, pág. 181). Mais abreviadamente se pode definir público como um conjunto de pessoas a que se destina um produto, ou um bem ou um serviço. O seu significado social vem-lhe do facto de aqueles que o categorizam terem a atenção fixada nele e para ele trabalharem. (público visado / atingido).

A noção de público deve ser distinguida da de agregado o que facilmente se poderá ver pelo exemplo seguinte: "A organização de um concerto. A realização deste concerto põe em contacto o grupo estruturado dos organizadores, o grupo estruturado dos músicos, com o auditório,

isto é, para nós, uma "assistência" ou seja o conjunto de pessoas que vêm ouvir o concerto. Os músicos dirão talvez, que o público era benevolente ou que era difícil, mas a sua expressão do nosso ponto de vista não era exacta. O público não é a assistência, é o conjunto de pessoas a quem os organizadores pretenderam atingir através de um convite geral ou de convites particulares: compreende juntamente com os que vieram, todos os que eram susceptíveis de vir.

Ora os organizadores sabiam (por intuição ou depois de um estudo): 1º que se se tratava de um concerto de acordeon, não deveriam convidar as mesmas pessoas que para um concerto de oboé, flauta e clarinete; 2º que se o concerto se realiza em Évora é praticamente inútil fazer publicidade no Diário do Minho de Braga.

Assim, duas noções interferem na determinação de um público: o objecto através do qual o queremos atingir e a delimitação geográfica do sector susceptível de responder a este convite.

É por isso que deveremos completar a nossa definição dizendo que o público é uma categoria social de pessoas que vivem no espaço territorial determinado. Este espaço territorial varia com o objecto e os meios de que se dispõe para atingir o público. O espaço territorial de um jornal regional e o de um quotidiano nacional não são os mesmos e requerem uma adaptação diferente da parte dos seus redactores. O da rádio, o da televisão, varia segundo as cadeias e as emissões. Estas observações não valem unicamente para a publicidade mas também para a pedagogia, para a propaganda, etc.. Encontramos sempre esta dupla noção: a de categoria social das pessoas que se podem interessar pelo objecto e a de espaço territorial que especifica a envergadura dos meios a empregar". (VIRTON).

Tanto a publicidade como a propaganda se dirigem a um público. A publicidade, situa-se mais no domínio económico e é o acto pelo qual se faz conhecer alguma coisa do público:

- a) chama a atenção para um objecto e torna-o desejável aproximando-o ou identificando-o com as pulsões ou desejos diferentes da sua necessidade própria, por exemplo, apelando para o instinto erótico ou de prestígio;
- b) a imagem sugere que aquele ou aquela que utiliza tal produto é mais inteligente, viril, feminino,

astucioso, forte... que os outros. A publicidade consiste em aliar um bem de consumo com um valor que atrai o cliente ou que ele estima.

A propaganda consiste numa acção sobre a opinião, de modo a conseguir a adesão do maior número de pessoas a uma ideologia, a uma causa, a um regime, a um partido.

A finalidade da propaganda é desencadear actos da parte das pessoas ou dos grupos a que se dirige: votar por um partido, alistar-se no exército, desencadear uma greve... ou então tornar as pessoas passivas levando-as a aceitar os objectivos ou as estratégias usadas pelo partido ou pelo governo. É característica da sociedade moderna o emprego massivo de meios técnicos para levar as pessoas a partilhar maneiras de pensar e de agir, oficiais ou próprias de agrupamentos particulares.

4. Tipos e Esteriotipos

O tipo - categoria múltipla - consiste numa representação simplificada da realidade a partir das suas características mais relevantes, enquanto que o esteriotipo é igualmente uma representação simplificada mas sem ser fundamentada na observação.

Os tipos são elaborados para descrever sinteticamente a realidade, definindo-se tipologia como "um sistema de classificação de dados... que consiste em reagrupar os elementos de uma população em um número restrito de classes ou tipos, definido cada um por um certo número de traços característicos". Exemplos: sociedade tradicional / sociedade moderna; autoridade carismática / tradicional / burocrática / racional...

O tipo facilmente se pode converter em esteriotipo quando não tem fundamentação suficiente na realidade, isto é, quando se baseia em preconceitos e não na observação. Nem sempre o esteriotipo é falso mas o que não é correcto é o processo de o formar. Corresponde a uma observação selectiva, acientífica. Em geral, supõe uma posição por ou uma posição contra.

O uso de esteriotipos está muito divulgado na sociedade e segue dois caminhos diferentes: o da generalização e o da especificação. A generalização é o processo mental pelo qual se aplica a um conjunto de fenómenos ou pessoas aquilo que observamos ou conhecemos de um fenómeno ou pessoa. Aplica a muitos o que conhece de poucas. Exemplo: um camponês

que conheço é individualista digo que todos os camponeses são individualistas. A especificação consiste no procedimento inverso: aplica a uma pessoa determinada o que é característica genérica de toda a categoria. Exemplo: os alunos da turma X são estudiosos logo X é estudioso.

LEITURAS RECOMENDADAS

1. - J. FICHTER - *Sociologia*, Cap. III
2. - GURVITCH - *La Vocation Actuelle de la Sociologie*, I, PUF. , 1957, pags. 116-205.

CAPITULO II - AGREGADOS SOCIAIS

A Sociologia por definição, estuda cientificamente as pessoas em interrelação. Essa interrelação consubstancia-se a diversos graus de intensidade que vão desde a mera possibilidade, fundamentada na semelhança de características, até à interrelação mais intensa do grupo primário.

Mesmo sem formarem grupos, não tendo interação entre si (ou mínima), as pessoas podem encontrar-se sobre um certo espaço físico que numa fase posterior poderá condicionar a sua interação. Formam então o que em Sociologia se chama de agregado social e se define como "uma pluralidade de pessoas reunidas fisicamente num espaço social determinado, sem que esta reunião crie laços sociais determinados ou resulte de laços sociais preexistentes" (VIRTON, I, pag. 167).

1. - Características dos agregados

As pessoas vivem em determinado lugar, aí dormem, ou simplesmente por aí passam, mas sem pretenderem estabelecer relações, ao menos estáveis, com os outros.

A partir da definição de agregado, dada anteriormente, podemos por em relevo algumas das suas características:

- a. - a característica mais relevante é a da proximidade física (os agregados são territoriais);
- b. - segue-se-lhe o relativo anonimato, dado que as pessoas se não conhecem ou o seu conhecimento é muito superficial;
- c. - a ausência de estruturação (não há hierarquia de posições ou funções) e modificação dos padrões do comportamento (se os comportamentos se modificam isso depende mais da natureza do agregado do que duma relação social propriamente dita);
- d. - o seu significado está confinado ao espaço e ao tempo em que se verifica (são territoriais e temporais).

2. Tipologia dos Agregados

O aspecto dinâmico da sociedade torna difícil, dar uma classificação científica dos diversos tipos de agregados, dificuldade que é ainda acrescida pelo facto de, frequentemente, as mesmas palavras terem um significado diferente quando usadas na linguagem corrente e em sentido técnico.

Num caso concreto poderá ser difícil dizer se ainda estamos perante um agregado ou já estamos perante um grupo. Palavras como "multidão", "massa", etc. são usadas com frequência em sentido não técnico, da mesma forma que expressões como "radiouvintes", "telespectadores", etc. se referem realmente a categorias sociais e não a agregados.

A classificação que apresentamos a seguir diz somente respeito aos agregados sociais claramente indetectáveis e com significado sociológico. Neles se verificam as características mais marcantes do agregado: proximidade física, nenhuma ou mínima inter-acção e intercomunicação.

2.1. Agregados compactos: são formados por reuniões de pessoas num espaço territorial restrito e com uma certa densidade. São geralmente temporários, e, o sociólogo interessa-se pelo seu estudo, tanto para saber a frequência com que se formam como a parte da população que neles toma parte.

Tendo em conta a motivação das pessoas que deles fazem parte bem como o tipo de comunicação que entre elas se estabelece, pode distinguir-se:

2.1.1. Multidão propriamente dita (crowd) nasce do encontro fortuito dos indivíduos ou grupos que acorrem a determinado lugar, possivelmente cada qual com as suas intenções ignoradas dos restantes pela ausência de comunicação. Exemplos: pessoas que atravessam as ruas das cidades, que saem dos empregos, do metro, do comboio, etc.. O elemento comum a todas estas pessoas é a ocupação do espaço físico. Por vezes poderão encontrar-se motivos idênticos da sua presença e alguma consciência da sua semelhança, por exemplo nos que se congregam para assistir à passagem de um personagem. Isso faz com que a multidão pacífica se aproxime da:

2.1.2. Manifestação: conjunto de pessoas que deliberadamente acorrem a determinado local com o fim de exaltar uma pessoa, uma

ideia ou movimento. Pode dizer-se que a manifestação é organizada no sentido de que se estabeleceu um plano e os participantes a ele aderiram (trajecto, palavras de ordem). O plano provém dos organizadores mas todos pretendem participar (multidão expressiva), encontrar-se com outros que têm as mesmas intenções (ou motivos contrários quando se trata de contramanifestação). A manifestação tem um aspecto social mais marcado do que o auditório, pois que é "em conjunto" que as pessoas pretendem participar. No entanto, a manifestação, como todo o agregado, não tem ainda estrutura, (meetings, manifestações de grevistas, cortejos vários).

2.1.3. Multidão activa (mob, turba) é formada por pessoas carregadas de emoções. Iam ou vinham, encontravam-se em determinado local e a sua atenção foi polarizada, por sentimentos de ódio fugaz bem como a sua acção; existe sempre um leader. Estas multidões não actuam dentro de uma ordem nem segundo um plano, mas de modo espontâneo e irracional. Os indivíduos que as integram estão dominados por um estado de excitação colectiva e perdem o sentido crítico e a própria personalidade. "Tal emoção, repentinamente partilhada, pode dar as turba uma unidade e uma força extremamente poderosa, e conduzir os participantes a acções em que eles mesmos se não reconheçam e que, passada a exaltação do momento, estarão prontos a reprovar" (VIRTON, I, pag. 170).

2.1.4. Auditório (assistência) é o agregado social formado por aqueles que deliberadamente se congregam num local fechado com o fim de ouvir ou contemplar alguma coisa ou pessoa. O facto de se reunir em local fechado indica que houve uma escolha e uma deliberação, embora no acto não haja verdadeiramente comunicação entre os assistentes. Estes como que se sentem um pouco perdidos, de modo a dirigirem-se à primeira pessoa que encontram. A comunicação não se processa entre os assistentes, mas entre cada um deles e o que é razão de ser da reunião: o orador, o actor, a orchestra, etc. Os auditórios podem classificar-se pelas suas reacções: desperto, indolente, agressivo, benevolente, calmo, tempestuoso... Formam-se auditórios com as mais diversas finalidades: conferências, concertos, festivais, concursos de beleza, passagem de modelos... Podem mobilizar-se os sentimentos das pessoas presentes nas mais diversas direcções. Daí que o auditório se possa transformar em multidão expressiva ou turba.

2.2. *Agregados Territoriais*: são formados por pessoas reunidas em determinado espaço geográfico, mas de âmbito mais vasto e com den

cidade mais fraca, e a sua existência é mais duradoura. Podemos distinguir os agregados residenciais e os agregados funcionais.

2.2.1. Agregados residenciais correspondem a certos modos de ocupação do espaço e a um tipo de relações. Pode definir-se agregado residencial como o conjunto de habitações implantadas sobre um espaço geográfico determinado, em que as pessoas se mantêm em relativo anonimato e reduzida inter-acção.

O conceito de agregado residencial ressalta com mais nitidez quando comparado com o de vizinhança. Este último implica associação, contacto, comunicação entre as pessoas que vivem na zona (um nascimento, um casamento, um enterro, etc.). Os dirigentes civis e religiosos, os políticos e os homens de negócios, esforçam-se por despertar "uma consciência de comunidade" que leva as pessoas a identificar-se com os problemas e anseios da sua área residencial (Comissões de Moradores, Centros, etc.). A implantação espacial "habitat" é muito estudada em Sociologia Urbana (Trabalhos de Park e Burgess) e nas pesquisas preparatórias do Ordenamento do Território.

Para se compreender o tipo de relações existentes nos agregados residenciais, basta contrapor a vida social de um bairro urbanizado ou de uma "cidade dormitório" à vida social de uma aldeia ou vila tradicional com o mesmo número de habitantes. Na aldeia assistiremos à troca de notícias, serviços, etc.; a intercomunicação é quase geral. Pelo contrário nos meros aglomerados residenciais, nota-se a ausência de intercomunicação. A vida social não é colectiva. Nem todos os bairros urbanos são, contudo, meros agregados residenciais. Em alguns deles, núcleos comerciais ou culturais, formam verdadeiros centros de vida social, enquanto que noutros podem ser as tradições de bairro ou influência de um leader o motivo aglutinador...

2.2.2. Agregados funcionais são o resultado de um corte, mais ou menos arbitrário, de uma realidade geográfica em circunscricções mais pequenas para finalidades administrativas ou outras. Toda a administração é levada a fazer tais cortes afim de dar aos seus agentes um sector territorial preciso, para servir ou administrar. As circunscricções dos correios, as regiões militares, os distritos escolares, os circuitos eleitorais, as freguesias, os bairros administrativos... constituem exemplo desta realidade.

O Sociólogo que se dedica à pesquisa ecológi-

ca pode aprender muito, estudando tais cortes, procurando conhecer as razões que os justificaram e interrogando-se sobre a sua permanência. Do ponto de vista administrativo, sempre a tentativa de alteração dos agregados funcionais suscita reacções emotivas em que o bem comum raramente é considerado.

3. Agregados, categorias e grupos

Enquanto que a categoria é formada à base de semelhança, o agregado considera de preferência a proximidade física, e o grupo a interrelação em ordem à consecução de objectivos comuns.

Nalguns casos os agregados compõem-se de pessoas que possuem em comum ao menos uma característica - o nível de vida condicionado pelo salário; noutros casos é só a proximidade (exemplo da multidão pacífica).

Relativamente à inter-acção, se esta se verifica no agregado, é casual, enquanto que no grupo ela é condição fundamental da sua existência.

Os sociólogos observam a tendência de as pessoas com características semelhantes se congregarem em espaços contíguos e formar grupos em ordem à promoção dos seus interesses ou dos seus valores. Igualmente é objecto de pesquisa do sociólogo a decadência dos grupos para agregados e os mecanismos que levam os agregados a transformarem-se em grupos.

4. Pessoa, agregado e sociedade de massas

Pode definir-se sociedade de massas aquelas em que os factores de diferenciação, estruturação e coesão social são escassos. Nela são poucas as normas partilhadas por todos o que torna imprevisível o comportamento dos seus elementos como é também mínima a pressão social. Entre os indivíduos e as leis conhecidas teoricamente, não existem controlos sociais que continuamente tragam à memória a necessidade do cumprimento da mesma lei, o que faz com que seja frequente o comportamento desviado.

Por outro lado, as pessoas nos agregados tornam-se individualistas, adotam mais comportamentos semelhantes do que sociais (para

ser social é preciso ter em conta o outro e o significado que ele dá ao seu comportamento), não gozam de status (o status é função de conhecimento e avaliação) o que pode fazer com que diminua o sentido de responsabilidade. Fichter denomina "sociedade de massa" a colectividade humana onde há relativamente poucos grupos e muitos agregados. A sociedade de massa seria assim característica das sociedades industriais.

LEITURAS RECOMENDADAS

1. - J. FICHTER - *Sociologia*, Cap. IV
2. - AYALA, Francisco - *Introduction a las Ciencias Sociales*, Madrid, Aguilar, 1955, Cap. XI
3. - LLEWEL, Emma e HAUTHORN, Andrew - *La Sociologie au XX éme Siècle*, Paris, PUF., Cap. XVI.
4. - *La Societé de Masse*, in "L'Aventure Humaine", Vol. III, pags 95-135.
5. - RIESMAN, *A Multidão Solitária*.

CAPÍTULO III - Os Grupos

Enquanto Comte definia a sociologia como o estudo da sociedade, da sua natureza e do seu desenvolvimento, não falta hoje quem a defina como o estudo científico da vida social - da vida em grupo. Por exemplo, GINSBERG afirma que a descrição e classificação dos principais grupos e instituições constitui o objecto da sociologia.

1. Definição e características

Poderemos definir sinteticamente grupo como "um conjunto de pessoas em inter-acção em ordem à consecução de um ou vários objectivos comuns".

Para se apreender o significado sociológico do grupo de verãõ ter-se presentes as seguintes características:

- a) o grupo é objectivo, isto é, pode ser identificado tanto pelos que lhe pertencem como pelos que estão fora, sem que no entanto se exija que todos se conheçam;
- b) o grupo é estruturado, o que quer dizer que nele cada elemento ocupa uma posição que está relacionada com a de outros elementos (tal estrutura chama-se formal no caso de ser estatutária, isto é, voluntariamente estabelecida e mantida através de regulamentação, e informal no caso contrário);
- c) no grupo existem papéis e funções diversas que são executados em mútua interrelação e segundo normas escritas ou consuetudinárias (segundo MERTON um grupo é um certo número de pessoas que têm entre si relações sociais estabelecidas e características, em conformidade com padrões estabelecidos);
- d) o grupo promove interesses e valores comuns, sendo essa prossecução condição para a sua subsistência (cooperativa, caso do povo, sindicato)...;
- e) dispõe de recursos materiais e humanos para conseguir os objectivos, bem como de uma organização que coordena as diversas actividades.

Resumidamente se pode dizer que no grupo existe sempre um aspecto relacional e outro funcional. FICHTER dá-nos a partir das características antes descritas a seguinte definição de grupo: "colectividade de de pessoas, perceptível, estruturada e permanente, em que os elementos desempenham funções recíprocas em conformidade com determinadas normas, interesses e valores sociais, para a prosecução de objectivos comuns".

Encontra-se grande multiplicidade de definições que embora usem palavras diferentes não se afastam significativamente da anteriormente apresentada. Como exemplo poderemos lembrar aquelas que põem em evidência a finalidade comum ou as atitudes. É essa a razão porque GURVITCH chega a considerar como grupo, as gerações, os conjuntos etários, os estratos, as classes sociais, precisamente porque estes conjuntos se caracterizam por atitudes colectivas que se opõem a outras atitudes colectivas. Não partilhamos tal posição por ela levar a confundir grupos e categorias sociais o que não parece desejável nem do ponto de vista científico nem operacional.

2. *Origem e Tipologia dos Grupos*

Na literatura sociológica, encontramos uma série impressionante de tipologias que respondem à preocupação dos investigadores de reduzir a multiplicidade do social a um reduzido número de categorias baseando-se na semelhança de características. O caminho normalmente seguido para as estabelecer é o da observação, descrição e classificação. Posteriormente, essas mesmas tipologias servem como instrumento de descrição e análise da realidade.

2.1. Comunidade (Gemeinschaft) e sociedade (Gesellschaft). Esta classificação ficou a dever-se a Tonnies, sociólogo alemão. A comunidade é definida como "o viver junto, de modo íntimo, familiar e exclusivo". Como exemplos apresenta a família, os grupos de parentesco, a vizinhança e o grupo de amigos. A sociedade (ou associação) define-se como "vida pública", algo em que se entra cõscia e deliberadamente. Como exemplos de sociedade ou associação, menciona os grupos que prosseguem interesses económicos.

Segundo o pensamento de Tonnies na base de toda a actividade humana estão dois tipos de vontade: a vontade orgânica (Wesenswille) que é homogênea e compromete todo o ser; a vontade reflexiva (Kurzweilwille) que é heterogênea e compromete apenas uma parte do ser.

wille) produzida pelo pensamento abstrato o que compromete o espírito dentro da heterogeneidade. À vontade orgânica correspondem as relações comunitárias, fundadas sobre sentimentos naturais, sobre laços de sangue, de lugar e de espírito que geram um direito natural comunitário fundado sobre o status das pessoas e onde se define a propriedade como um prolongamento da pessoa que possui. À vontade reflexiva correspondem relações societárias, fundadas sobre o cálculo e o instinto que geram um direito natural fundado sobre o contrato e um sistema de propriedade que leva à especulação capitalista. Conduz ao individualismo e trata os indivíduos como abstrações.

"Dois principais critérios são utilizados por Tonnies para definir a comunidade e a associação. Primeiro, nas comunidades os indivíduos estão envolvidos como pessoas completas que podem satisfazer todos os seus objectivos no grupo, ao passo, que, nas associações, os indivíduos não estão totalmente envolvidos, mas buscam a consecução de fins específicos e parciais. Em segundo lugar, uma comunidade é unida por um acordo de sentimento ou emoção entre as pessoas ao passo que uma associação é unida por acordo racional de interesses" BOTTOMORE, Introdução à Sociologia, cap. VI, pág. 106).

Em ordem a completar a classificação dos grupos em comunidades e associações, alguns autores (por exemplo MONNEROT, Les faits humains ne sont pas de choses, Gallimard, Paris, 1946) fizeram notar que há grupos que não se enquadram nela facilmente. É o caso de associações especializadas em que a forma de sociabilidade as aproxima das comunidades. É por exemplo o caso das "empresas comunitárias" (cooperativas, etc.), das pequenas oficinas artesanais, das pequenas equipas de desporto ou investigação, etc.. "Na análise das sociedades modernas, fortemente especializadas, elas não representam sem dúvida um grande número nem grandes efectivos, mas a sua importância psicossocial merece certamente que o investigador lhe preste atenção, porque aí pode identificar certos traços psicológicos ^{do} "empenhamento individual".

Chamamos-lhe comunidades electivas: comunidades porque nelas o aspecto relacional sobreleva o funcional; electivas porque os membros lhes pertencem por decisão pessoal, e, por vezes, por cooptação dos outros, o que as distingue fortemente das outras comunidades que são, geralmente, naturais ou espontâneas" (VIRTON, Les Dynamismes Sociaux, I, pag. 165).

2.2. Grupo Primário e Grupo Secundário. Esta distinção é clássica entre os sociólogos americanos e a sua paternidade deve-se a COOLEY (1864-1929). Concebe a sociedade como um ente psíquico cuja alma se expressa nas instituições. Diz-nos que "os grupos são primários em vários sentidos, mas sobretudo no sentido de que são fundamentais para formar a natureza e os ideais sociais do indivíduo. A associação psicológica íntima acarreta certo grau de fusão das individualidades num conjunto comum, de modo que o "eu", ao menos sob certos aspectos, reside na vida comum e nos objectivos comuns do grupo. Quiçá a maneira mais simples de descrever este sentimento de totalidade seja dizer que o grupo é um "nós".

A definição de grupo primário, segundo COOLEY, implica três condições: proximidade física dos membros, tamanho reduzido do grupo; caracter permanente das relações. Os grupos secundários definem-se em oposição aos primários como "colectividades relativamente grandes cuja interacção é caracterizada por contactos impessoais" (funcionais).

As pessoas individuais entram neste tipo de relações secundárias por sua própria vontade.

Sinteticamente pode definir-se:

Grupo primário como "um grupo relativamente pequeno, cuja interacção é caracterizada por contactos directos face a face";

Grupo secundário "é um grupo relativamente grande cuja interacção é caracterizada por contactos impessoais" (funcionais)

A partir de tais definições, poderemos contrapor o grupo primário e secundário pelas seguintes características:

- a) o grupo primário é relativamente pequeno e o grupo secundário relativamente grande;
- b) no grupo secundário, as relações têm um carácter impessoal (funcional) enquanto que no primário tais relações são pessoais, face a face.

Com a expressão "relações pessoais ou face a face" pretende evidenciar-se o facto de as relações se não processarem entre os papéis individuais e complementares dos diversos membros. A pessoa está implicada no grupo primário com todos os seus papéis. Isto é também verdadeiro em relação às comunidades.

Os grupos secundários, são geralmente associações

grandes. As relações processam-se através de um papel ou função e as pessoas estão nelas implicadas unicamente em ordem à consecução de um ou vários objectivos bem determinados. Além disso, os contactos "face a face" tornam-se impossíveis sobretudo devido à sua amplitude.

Em conclusão se poderia dizer que, fora da oposição entre grupos primários e secundários, ficam as associações menores e as comunidades mais amplas, de modo a não poder igualar-se a tipologia de comunidade / associação com a de grupo primário / secundário. Contudo, entre estas duas tipologias existe uma relação íntima: as comunidades mais amplas e as associações menores, são menos estáveis. Facilmente a comunidade maior se transforma em associação e a associação menor se transforma em comunidade ou em grupo primário, porque os contactos permanentes geram relações globais e de tipo mais íntimo.

2.3. Outras tipologias mais usadas. São várias as classificações apresentadas por autores diferentes segundo a perspectiva em que se colocam. Apresentaremos somente algumas mais frequentes:

2.3.1. pequeno grupo (small group) é um grupo que geralmente não atinge mais de 20 membros. Todos os grupos primários são grupos pequenos, embora nem todos os pequenos grupos sejam primários (podendo ser associações menores). Hoje a sociologia dos pequenos grupos é um dos ramos da sociologia mais estudados sobretudo nos Estados Unidos;

2.3.2. grupo formal é o grupo que tem uma organização consciente. É institucionalizado. O grupo informal nasce de modo espontâneo, sem uma vontade consciente que o organize. Não tem leis ou instituições bem determinadas (sua importância em toda a organização formal nomeadamente no mundo do trabalho).

2.3.3. endogrupo (in-group) é o grupo em que existe um sentido comunitário potente e grande distância social (ou ao menos psicológica) entre os seus membros e outros grupos. É geralmente o grupo a que pertencemos e condiciona a nossa actividade. Exogrupo (out-group) é o grupo que é considerado por outro ou pela comunidade nacional como distante ou inferior (os fascistas, ou ultras...);

2.3.4. grupo de pertença e grupo de referência (importante para o estudo da estratificação e mobilidade social); o primeiro é aquele de que efectivamente se faz parte enquanto que o segundo (refe -

rence group) é aquele com que o indivíduo se identifica embora lhe não pertença. Segundo N. Hyman é no grupo de referência que o indivíduo adquire o seu sistema de valores e, conseqüentemente, por ele orienta a sua actividade, as suas avaliações e opções.

Pela apresentação sumária que acabamos de fazer se conclui que os grupos sociais podem ser classificados de modos diferentes: caracter da relação entre os seus membros; finalidade para a qual o grupo foi formado; natureza pessoal ou impessoal das relações entre os membros; tamanho do grupo; duração do grupo. "Alguns desses factores receberam maior atenção que outros. O tamanho dos grupos tem sido estudado de diferentes pontos de vista. Simmel, num ensaio bem conhecido, examinou a relação entre o número e estrutura de um grupo. Em outro estudo, mostrou como a concentração de população nas cidades, modificou a natureza das relações sociais dos homens. Outros sociólogos estudaram os problemas gerais de mudança na escala de organização social. Durkheim, explicou a divisão do trabalho e o aparecimento de nova forma de sociedade baseada na solidariedade orgânica pelo crescimento da população. Hobhouse tomou como um dos critérios de desenvolvimento social o aumento na escala, mas ao mesmo tempo examinou as repercursões desse aumento sobre outros factores em desenvolvimento... Tem havido várias tentativas de uma tipologia de grupos mais sistemática. Uma das mais gerais é a de G. Gurvitch, que propôs quinze critérios de classificação: conteúdo, tamanho, duração, ritmo, proximidade dos membros, base de formação (voluntária, etc.) acesso (aberto, semifechado, fechado), grau de organização, função, orientação, relação com a sociedade inclusiva, relação com os outros grupos, tipo de controle social, tipo de autoridade, grau de unidade" (Bottomore, op.cit. págs. 107 e 108).

Em todos os grupos pode estudar-se um aspecto relacional (atitude dos membros em relação à estrutura) e um aspecto funcional (todo o grupo tem um ou mais objectivos).

3. *Organização, Sistemas Sociais e Grupos*

A ideia de organização não comporta explicitamente o aspecto social. Por organização entende-se um conjunto ou sequência de operações ou actividades interrelacionadas em ordem à consecução de uma ou várias finalidades (princípios de organização e direcção). Habitualmente,

essas actividades papéis ou funções, são desempenhadas por um conjunto de indivíduos que devem estar em interrelação. Dessa interrelação nem sempre surge um grupo. Pode formar-se simplesmente um sistema social. Um sistema é uma combinação de elementos ou partes, interrelacionadas de tal modo que constituam um todo e concorram para um resultado (exemplo: empresa, cooperativa...)

Fora dos sistemas sociais organizados, poderão encontrar-se sistemas informais formados pela teia de relações que se estabelecem de modo mais ou menos permanente entre actividades complementares (por exemplo entre compradores e vendedores).

Estes dois tipos de sistemas sociais (formal e informal) encontram-se, por exemplo, entre uma empresa e o seu público.

Os sistemas distinguem-se dos grupos sobretudo porque no sistema social as pessoas podem não pretender formalmente conseguir a finalidade do sistema mas a sua própria. Numa empresa particular ou pública, os operários podem colaborar com o seu trabalho unicamente com o fito de conseguir um salário, sem se importarem para nada com a finalidade da empresa (que fabrique tecidos ou venda calçado).

O grupo distingue-se do simples sistema social, precisamente porque no grupo, todos os elementos prosseguem a mesma finalidade (há unidade de intenção).

Poderia dizer-se que o conceito de sistema social privilegia a ideia de eficiência, enquanto que o de grupo a unidade de intenção. Como, no entanto, em todos os grupos se encontram relações sociais eficientes, pode usar-se a expressão sistema social, como conceito genérico para designar todas essas colectividades, tendo no entanto a precaução de especificar se se trata de um mero sistema social (conjunto de elementos interrelacionados em ordem à consecução de um objectivo) ou de um grupo social em que os elementos apreendem os sistemas ou valores comuns e se empenham no seu prosseguimento.

4. O Estudo dos Grupos

A atenção de sociólogos e psicólogos centrou-se no estudo dos grupos sobretudo a partir das experiências de Elton MAYO (1880 - 1949). A ele se fica a dever a redescoberta do "pequeno grupo" na indústria

tria, através da célebre experiência que dirigiu para a Western Electric Company. Muito sinteticamente se verificou que "tinha sido constituído um pequeno grupo de operárias que se davam bem juntas e que se sentiam carinhosamente tratadas pela casa: não tinham contramestre a fiscalizá-las e podiam dizer o que quisessem. Em suma, criou-se uma excepcional situação de grupo, e essa situação era a principal explicação para o que havia sido encontrado. Num sentido, não era uma grande descoberta e podia parecer tão banal quanto possível. Mas para uma empresa bem organizada, onde se cuidava de encontrar boas formas de salários, onde se cuidava das condições de trabalho dos indivíduos, descobriu-se que, do ponto de vista da rentabilidade e do interesse imediato, o mais importante é haver boas relações nos "pequenos grupos". (ver Mendras, cap. II).

MORENO, (1892) dada a sua formação médica no domínio da psiquiatria quando esteve como responsável de um campo de pessoas deslocadas durante a Primeira Guerra Mundial, verificou que as pessoas aí concentradas encontravam mais facilmente o seu equilíbrio psíquico quando se organizavam elas próprias a partir de escolhas livres. A partir desse facto elaborou uma técnica para o estudo dos pequenos grupos - o test sociométrico - que revela as discordâncias entre as associações prescritas e as associações desejadas podendo assim servir como instrumento para a formação de novos grupos ou para a reestruturação dos já existentes. Resumidamente o test sociométrico informa-nos sobre o status de cada um dos componentes do grupo (ou candidatos a ele), da sua "expansividade afectiva" e da sua "popularidade" ao mesmo tempo que nos dá informação sobre a coesão do grupo.

Na sua simplicidade o teste sociométrico consiste em perguntar a cada um dos membros de um grupo quais os outros membros que prefere ou rejeita para determinada finalidade (grupo de trabalho, divertimento, etc.). O que recebe mais preferências constitui uma "estrela" (a palavra explica-se pela convergência das setas que indicam as escolhas) , enquanto que o que recebe só rejeições se denomina "pária" sociométrico e o que não é escolhido nem rejeitado se chama "isolado".

É evidente que o que recebe mais escolhas desempenhará um papel particular; que a sua opinião terá mais peso e que tem toda a probabilidade de vir a dirigir o grupo.

A representação gráfica das escolhas e rejeições forma

um diagrama, chamado "sociograma" precisamente porque descreve a sociabilidade dos membros do grupo. O sociograma revelará estruturas diferentes segundo se trata de relações puramente afectivas ou de uma tarefa a cumprir (funcionais).

"O sociograma constitui um meio muito prático de fazer previsões sobre o funcionamento dos "pequenos grupos", de constituir equipas de crianças, de colocar pessoas à mesa. Pode também ser usado para fins mais sérios. O teste sociométrico foi longamente elaborado e amplamente utilizado para formar tripulações de bombardeiros. A tripulação mais eficiente não é necessariamente aquela em que reina mais camaradagem; os grupos de amigos que se entendem melhor não são aqueles que melhor preparam os seus exames. Ao contrário, o óptimo, do ponto de vista do rendimento, é uma dosagem delicada para que não haja demasiada hostilidade, nem estruturas parciais ou isoladas, mas também não demasiada afeição". (Mendras, op.cit. p.54).

Mais tarde Kurt LEWIN (1890-1947) elaborou um vocabulário mais sofisticado e um conjunto de técnicas para o estudo dos pequenos grupos a que se chamou "dinâmica de grupos". Através de experiências várias, veio a concluir-se que o contacto com o grupo é mais eficiente para conseguir mudanças radicais do que a acção individual.

Os problemas que se estudam mais frequentemente são: a liderança (leadership), as redes internas de comunicação, a importância do grupo na formação das opiniões e atitudes ou na sua mudança, a importância dos grupos primários numa sociedade de massas, etc..

Conclusão: o estudo das características dos grupos corresponde à preocupação dos investigadores de os distinguir afim de os classificar, preocupação de conhecimento ordenado e coerente que anima toda a pesquisa científica. Começa-se por inventariar, descrever, classificar, explicar.

Na literatura sociológica, encontramos uma série impressionante de tipologias (de que demos apenas algumas amostras), isto é de classificações que intentam reduzir a multiplicidade dos grupos existentes a tipos. Os tipos não são mais do que construções operadas pelo observador a partir da realidade empírica. Servem de instrumentos de descrição análise, previsão e intervenção.

LEITURAS

1. - J. FICHTER, *Sociologia*, Cap. X
2. - T.B. BOTTOMORE, *Introdução à Sociologia*, Zahar ed. Rio, Cap. VI
3. - MENDRAS, Henri, *Princípios de Sociologia*, Zahar ed. Rio, 1975
Cap. II
4. - G. GURVITCH, *La Vocation Actuelle de la Sociologie*, PUF, Paris, vol. I, Cap. V.
5. - P. VIRTON, *Les Dynamismes Sociaux*, Ed. Ouvrières, Paris, I,
Cap. VI
6. - VARIOS, *L'Aventure Humaine*, Vol. 3, pags. 135-171.

CAPÍTULO IV - A Sociedade Global

Vimos nos capítulos anteriores como a interrelação social podia ser estudada a partir das categorias sociais, dos agregados e dos grupos. Todas estas unidades podem ser consideradas como sub-unidades de uma realidade mais vasta e complexa denominada sociedade global. Esta pode ser concebida como "o lugar em que os fenómenos económicos, políticos culturais, demográficos, etc., podem referir-se uns aos outros, e onde as diversas unidades sociais concretas têm sentido, pela sua inscrição no sistema de relações do Todo" (André AKOUN, em Dictionarios del Saber Moderno, LA SOCIOLOGIA). A noção de sociedade global permite uma visão sintética do social e a sua apreensão como totalidade orgânica através da diversidade dos seus agrupamentos, dos seus níveis e das suas formas de sociabilidade.

Devemos ter presente que o termo sociedade é equívoco. Falamos, por exemplo, de sociedades anónimas, da sociedade portuguesa do século XVI, da sociedade económica moderna, da "alta sociedade" e dizemos mesmo que tal ou qual indivíduo "deve à sociedade ser aquilo que é". Todas estas expressões têm significados precisos, normalmente identificados pelos qualitativos que se opõem à palavra sociedade. "Damos o nome de sociedade global ao conjunto de teias de relações que se constituem, quer directamente quer por meio de colectividades complexas, e que manifestam o máximo de relações sociais habituais entre os indivíduos de um mesmo território. A sociedade global dos nossos dias, corresponde geralmente à nação. Para expressarmos mais claramente esta definição, suponhamos que representávamos os indivíduos por pontos e cada relação por um traço que liga os diversos pontos. Veríamos este emaranhado de traços formar colectividades imbricadas ou justapostas; mas veríamos também que tal emaranhado atingiria o seu máximo de densidade a nível do território nacional e depois diminuiria de densidade, sendo as relações entre indivíduos de nações diferentes casos excepcionais.

Esta noção de sociedade global é, por outro lado, relativa. Outrora as cidades gregas e os principados medievais constituíam sociedades globais. Mas fusões, forçadas ou livres; fenómenos de centralização política, com as suas consequências económicas e culturais, levaram-nos a não ser mais do que elementos de sociedades globais em territórios mais vastos. Da mesma maneira, poderá ser que o desenvolvimento das

instituições europeias leve a "Europa das Pátrias" a constituir uma única sociedade global mais vasta" (VIRTON, Les Dynamismes Sociaux, tome I, 19). A sociedade global abrange portanto as categorias, os agregados e os grupos estudados nos capítulos anteriores.

1. *Sociedade Global e outras Colectividades*

A Sociedade global definida como sistema de todas as relações, formais ou informais, interpessoais ou intergrupais, que se verificam entre as pessoas que têm comunidade de interesses, possibilidade de comunicação material e cultural, não se identifica nem com a humanidade (género humano, raça humana, etc.), nem com as associações secundárias, nem mesmo com os Estados.

A unidade física irredutível da sociedade, como das categorias sociais, dos agregados ou dos grupos, é a pessoa social embora o estudo de uma sociedade global particular se centre, de preferência, antes nos grupos do que nas pessoas.

A expressão sociedade global é usada para designar um meio socio-cultural de grande envergadura, que constitui um todo coerente e estruturado que engloba todas as formas particulares de sociabilidade e os diversos tipos de agrupamentos. GURVITCH define sociedade global como "macrocosmos sociais, possuindo uma soberania social sobre todos os conjuntos, sectores, colectividades e elementos componentes que nela estão integrados, e uma soberania jurídica que delimita a competência de todos os grupos (incluindo o Estado, cuja soberania política jamais deixou de ser relativa e subordinada, pese a todas as aparências em contrário)".

Reconhece-se geralmente à sociedade global uma unidade psíquica e uma unidade social autónoma. As pessoas que são membros da sociedade global mantêm entre si relações cuja intensidade é superior à das suas relações com o exterior e lhe confere uma identidade comum manifestada no modo de vida, nos valores e símbolos comuns. É nesta perspectiva que Durkheim fala de consciência colectiva com a sua representação do mundo (mundividência) em símbolos, projectos, frustrações, práticas sociais. Tal representação colectiva do mundo não chega a ser posta em causa pela existência de classes ou estratos sociais com o seu sistema de valores próprios, as suas ideologias e utopias. Estas permanecem sob o influxo da legislação do sistema dominante como realidade psicossocial que se ma-

nifesta sobretudo nos tempos fortes do viver colectivo.

Como unidade social autónoma "a sociedade global manifesta a sua independência e a sua separação das outras sociedades globais em todos os níveis em que tratamos de apreendê-la e nas diversas funções que lhe atribuímos. A nível político exerce, de facto e de direito, o poder de administração dos grupos e dos indivíduos que a compõem; a nível jurídico, apresenta-se como a fonte de direito, fixando o que está permitido e o que está proibido, organizando os diversos tipos de relações e contratos (sistemas de parentesco, contratos de propriedade, etc.); a nível económico, organiza a produção, a circulação e o consumo dos bens; a nível cultural, é o foco criador dos modelos de comportamento dominantes e a organizadora dos seus modos de transmissão regulando os sistemas de educação" (Akoun, loc.cit.).

2. *Elementos Constitutivos da Sociedade Global*

Para que exista uma sociedade global requerem-se os seguintes elementos:

2.1. unidade demográfica, ou conjunto de população que assegure através das relações sexuais reconhecidas, a continuidade do sistema;

2.2. unidade geográfica sobre a qual está implantada a população, embora possam existir sociedades globais nômadas. Para autores como Ratzel, o solo serve de suporte rígido às aspirações mutáveis dos homens e toda a vida do Estado tem as suas raízes na terra. Também houve outros que, quiseram explicar, por exemplo, o carácter russo pela imensidão da estepe ou as variações de opinião pública dentro do mesmo Estado em correlação com as zonas climáticas, taxa de pluviosidade, ventos, etc.;

2.3. grupos de todos os tipos, necessários para responder às necessidades sociais básicas;

2.4. cultura semelhante, geralmente veiculada por uma língua comum e cimentada no consenso em relação aos valores fundamentais da existência;

2.5. maior inter-acção e cooperação dentro do sistema que com os elementos exteriores, de modo a poder ser identificada como unidade social separada e autónoma.

Assim, como já ficou dito, a sociedade global identifica - se

geralmente com os limites socio-geográficos das sociedades políticas, em bora dentro dos limites geográficos de um Estado possam existir diversas sociedades globais ou uma sociedade global se possa repartir por diversos Estados.

3. *Estrutura e Funcionamento da Sociedade*

Ao falar-se da estrutura da sociedade global pretende indicar -se a disposição relativamente permanente dos elementos que a compõem . Tal estrutura denominar-se-á formal ou informal consoante tenha sido reflexivamente estabelecida ou regulamentada ou, pelo contrário, resulte da inter-acção espontânea dos diversos elementos em presença.

A ideia de estrutura, formal ou informal, coloca-nos numa perspectiva preferentemente estática e põe em relevo a hierarquia ou sobre -ordinação de uns elementos em relação a outros. Ao observarmos uma sociedade verificamos que há, pessoas ou grupos, que, de facto, ocupam o primeiro lugar no sistema económico, político, etc.. Previligiamos assim, a ordem, a disposição, a organização, como diria Comte. No entanto, o observador não poderá deixar de compreender que a estrutura está sempre em movimento em relação ao tempo, à direcção e aos elementos que a consti -tuem. O estatuto das pessoas nos diversos grupos, a posição dos grupos uns em relação aos outros e a coordenação destes no sistema social mais vasto, muda.

Entre todos os elementos da sociedade global existe uma inter -acção que podemos chamar funcionamento. A inter-acção põe a estrutura em movimento e opera nela mudanças mais ou menos acentuadas. Alguns elementos, pessoas, famílias, partidos, sindicatos... conquistam mais pre -ponderância e influxo, enquanto que outros são relegados para posição subalterna.

É facto universalmente comprovado que na sociedade global existe diferenciação de grupos com atribuições ou funções também diferenciadas. É a sociedade global que controla e coordena todos esses elementos de modo a concorrerem para a permanência e progresso do conjunto.

Resumidamente poderá dizer-se que a estrutura responde à pergunta: "como é formada a sociedade?", a função responde à pergunta: "que faz a sociedade?".

4. *Tipologia das Sociedades*

A classificação das sociedades levanta dois problemas. O primeiro é o do critério a usar; o segundo é o do caracter evolutivo das tipologias.

Quanto ao critério de classificação não houve entendimento entre os investigadores de modo a conseguir-se uma tipologia com valor e alcance universais. É assim elevado o número de classificações das sociedades, construídas a partir de critérios diferentes.

Quanto ao segundo problema do caracter evolucionista ou histórico das diferentes classificações, não poderá deixar de reconhecer - se que ao confrontarmos as diferentes sociedades para evidenciarmos os seus traços comuns bem como os diferentes, somos levados a distingui-las pelo grau de adiantamento e ordená-las numa classificação de mais ou menos evoluidas, mais ou menos avanzadas em relação ao critério assumido. Assim se formula um juízo sobre o nível de adiantamento, juízo que aliás é inevitável ao confrontarem-se realidades tão díspares como seria, por exemplo, a organização social de uma tribo do centro de África e a da França ou Alemanha. Independentemente de qualquer juízo de valor sobre a qualidade humana ou moral destas sociedades teremos de concluir que, deste ponto de vista, as últimas são mais adiantadas do que a primeira. Assim a sociologia comparada, ao descrever as etapas sucessivas do desenvolvimento das sociedades em relação a um critério previamente estabelecido, apresenta-se como evolucionista.

Quanto à classificação das sociedades, poderemos com Guy Rocher, distinguir "dois tipos de critérios entre os que foram utilizados pelos sociólogos: alguns são exteriores à própria organização social, tais como o estudo dos conhecimentos ou as técnicas de trabalho, ou ainda respeitam apenas a uma parte desta organização, como por exemplo a estrutura do poder ou as relações económicas; outros tocam directamente caracteres da própria organização social como acontece por exemplo se adoptarmos como critério o grau de simplicidade ou de complexidade da organização social" (Op.cit., vol. 2, p. 114).

4.1. Critérios exteriores à organização social e critérios parciais: podemos apresentar em primeiro lugar o usado por Comte no seu Cours de Philosophie Positive, ou seja o estado de avanço dos conhecimentos. Segundo este autor a classificação das sociedades pode fazer-se se-

gundo a "lei dos três estados". As relações do homem com o mundo e com os outros homens dependem do que ele conhece da natureza e da sociedade. Ora o progresso dos conhecimentos humanos realiza-se através de três estados:

- a) o teológico, no qual o homem explica as coisas e os acontecimentos atribuindo, "quer às próprias coisas quer a seres e forças sobrenaturais e invisíveis, a sua própria natureza, a sua vontade, os seus conhecimentos, as suas paixões, etc";
- b) o estado metafísico, caracterizado pelo recurso a entidades abstratas, a ideias, graças às quais se acredita poder explicar a natureza das coisas e a causa dos acontecimentos; estas entidades abstratas são então tratadas como verdadeiros agentes ou pessoas;
- c) o estado positivo, no qual o homem procura, através da observação e do raciocínio, apreender as relações necessárias entre as coisas e entre os conhecimentos e explicá-las pela formulação de leis. Este estado diferencia-se completamente dos dois precedentes, sobretudo porque o homem se torna mais modesto e renuncia a conhecer a natureza íntima das coisas e as causas primeiras e últimas, e depois porque os conhecimentos se tornam eficazes para assegurar ao homem o domínio e controlo do universo.

Os homens fazem, organizam e dirigem a sociedade como pensam; daí que a evolução das sociedades obedeça também à lei dos três estados e possamos consequentemente distinguir três tipos principais de sociedades, correspondentes aos três estádios de conhecimentos. Teremos uma sociedade de tipo militar quando os conhecimentos predominantes do tipo teológico. Nela os chefes políticos estão investidos de um carácter sagrado sacerdotal que lhes assegura um poder absoluto e total. Se a autoridade civil e religiosa são distintas entram frequentemente em conflito, apesar de se apoiarem e sustentarem sempre mutuamente. Tal sociedade é predominantemente agrícola, baseada na propriedade e exploração do solo, tendo como célula central a família transmissora da propriedade dos bens, do poder político e até do poder sacerdotal. Tal socieda-

de era necessária no princípio da humanidade para estabelecer e manter a ordem social, assegurar a passagem do nomadismo à cultura da terra, garantir a segurança das pessoas e das colectividades, organizar e estruturar a vida em comum. Foi graças a ela que a humanidade se disciplinou e alcançou os primeiros rudimentos da civilização.

À sociedade do tipo militar sucede-se a sociedade dos legistas, em que se verifica uma distinção nítida entre o poder espiritual e o temporal e a independência progressiva do último em relação ao primeiro. O tipo de conhecimentos é o metafísico. A unidade da sociedade assegurada pela autoridade religiosa desintegra-se, surgindo duas categorias de homens especialmente preponderantes: os ministros em que os reis delegam uma parte sempre crescente da autoridade e os diplomatas que manipulam as relações entre os Estados. Ministros e Diplomatas adquirem autoridade em detrimento dos generais que passam a ser submetidos ao poder civil.

A sociedade dos legistas constitui uma idade crítica que põe em questão os pressupostos religiosos e prepara assim o estágio positivo. Quebrando a unidade da sociedade teocrática, provoca um período de desorganização marcado por crises e revoluções frequentes. Segundo Comte, tudo isto é necessário porque a sociedade positiva não poderia suceder imediatamente à sociedade militar fundamentalmente religiosa, acientífica e autoritária. Na história ocidental a sociedade dos legistas surgiu no século XIV e durou até a revolução francesa dando lugar ao parlamentarismo e às nações modernas.

Ao estado positivo dos conhecimentos corresponde a sociedade industrial. A aplicação das ciências positivas bem como a indústria nascente, vêm transformar as relações entre os homens. A mentalidade científica virá a dominar a sociedade industrial. Enquanto que a sociedade militar se fundava na família; a sociedade dos legistas na nação; a sociedade industrial estará centrada na indústria e na produção industrial que provocarão a concentração dos trabalhadores nas cidades ao redor das fábricas, depositarão o poder nas mãos de um pequeno grupo, aumentando as desigualdades sociais embora a condição das massas de trabalhadores venha a melhorar com o aumento dos recursos e com a difusão da instrução. Dois novos grupos de pessoas subirão ao poder: os industriais e os seus engenheiros, que organizarão a administração, a indústria e o trabalho; os investigadores, principalmente os sociólogos que herdarão o poder político e a

quem virá a ser confiada a organização da sociedade.

Apesar das crises e revoluções, a paz social e internacional, progredirão à medida que a indústria se desenvolver, o espírito científico se impuser e a acção dos investigadores e dos sociólogos se fizer sentir sobre a organização e direcção das sociedades. As massas chegarão a compreender e aceitar as exigências da vida social o que banirá para sempre a guerra e trará para cada um e para cada colectividade o bem-estar desejado por todos. Finalmente previu que a sociedade industrial marcará o fim das grandes nações provenientes da época militar e da acção dos diplomatas e dos ministros.

Igualmente digna de consideração é a tipologia das sociedades apresentada por Marx que se baseia fundamentalmente no desenvolvimento das forças produtivas e na sua relação com as relações de produção. No prefácio da Crítica da Economia Política, escreveu: "Na produção social da sua existência, os homens travam relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade; estas relações de produção correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações forma a estrutura económica da sociedade, a fundação real sobre a qual se levanta um edifício jurídico e político, e a que correspondem formas determinadas da consciência social. O modo de produção da vida material domina em geral o desenvolvimento da vida social, política e intelectual.... A um determinado grau de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em colisão com as relações de produção existentes, com as relações de produção no seio das quais se tinham movido até então e que já não são mais do que a sua expressão jurídica.... A alteração das bases económicas é acompanhada por uma alteração mais ou menos rápida em todo este enorme edifício.... Reduzidos às suas grandes linhas, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno, surgem como épocas progressivas da formação económica da sociedade" (Karl Marx, Oeuvres, Bibliothèque de la Pléiade, Paris, Gallimard, 1963, Vol. I, pags. 272-274).

No texto seguinte sintetiza-se de modo ainda mais claro o pensamento do mesmo Marx: "... as relações sociais segundo as quais os indivíduos produzem, as relações sociais de produção, alteram-se e transformam-se com a evolução e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, das formas produtivas. As relações de produção, consideradas na sua

totalidade, constituem aquilo a que chamam as relações sociais, e sobretudo uma sociedade chegada a um estágio de evolução histórica determinado, uma sociedade particular bem concretizada. Sociedade antiga, sociedade feudal, sociedade burguesa, eis conjuntos de relações de produção dos quais cada um designa um estágio particular da evolução histórica da humanidade" (Ibidem, 212).

O critério usado por Marx para caracterizar os diferentes tipos de sociedade que se sucederam historicamente é o estádio de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção que daí decorrem. Encontramos nas suas obras seis tipos:

- A comunidade tribal como forma mais antiga de sociedade resulta de "uma extensão da família". Nela a divisão do trabalho é muito limitada, as técnicas de trabalho muito rudimentares e a produtividade fraca. O território pertence ao conjunto da tribo (propriedade comunal). A comunidade tribal é um tipo de sociedade particularmente importante devido ao facto de ter sido o tronco comum a partir do qual surgiram os três tipos de sociedades seguintes;
- A sociedade asiática é a sucessão mais directa da comunidade tribal. As terras são propriedade do poder supremo, sendo as famílias ou os grupos locais concessionários do seu domínio. O excedente de produção pertence, ou à autoridade suprema, ou à comunidade local, que o utiliza no interesse comum. O regime político tanto pode estar centrado num despota como no grupo dos chefes de família. É uma sociedade predominantemente rural, formada por pequenas comunidades locais economicamente independentes. É geralmente uma sociedade sem classes e, quando as há, é ainda num estágio muito primitivo. Existe no Oriente, particularmente em determinadas regiões da Índia, México e Perú;
- A cidade antiga formada pelo agrupamento de várias tribos onde o centro de desenvolvimento é a cidade e não já o campo. Ao princípio a organização social da cidade é essencialmente militar, posto que a guerra é o único meio de apropriação e detenção das terras, que pertencem à comunidade nacional. Paralelamente à propriedade comunal e nacional ,

desenvolveu-se a propriedade privada mobiliária e imobiliária. É através da sua participação na comunidade que o cidadão tem o direito de beneficiar da propriedade comum e possuir bens pessoais. É uma sociedade de classes na qual as principais relações de classe se estabelecem entre cidadãos e escravos;

- A sociedade germânica que encontramos na Idade Média mas também noutras épocas, é uma sociedade rural. O que a caracteriza é o ser fundada na dispersão e autonomia da pequena propriedade das terras. A propriedade comunal quando existe, é apenas um suplemento da propriedade privada. A integração na comunidade deve-se à língua comum, a laços de sangue, a uma religião comum;
- A sociedade feudal pode ser ao mesmo tempo rural e urbana, mas é de origem rural. A propriedade da terra está nas mãos de grandes proprietários que instalam servos nas suas terras e de quem recebem rendas em troca da protecção. É uma sociedade de classes fortemente hierarquizada na base da posse da terra ou da posição na profissão. A divisão do trabalho manifesta-se entre a cidade e o campo, a indústria e o comércio. A corporação feudal, prepara já o capitalismo ao proteger os artesãos em detrimento dos companheiros e aprendizes;
- A sociedade capitalista burguesa é caracterizada pelo desenvolvimento técnico, a divisão do trabalho e relações de classe, muito acentuadas. Na evolução da sociedade capitalista podem distinguir-se duas etapas: a do capitalismo comercial (enriquecimento através do alargamento dos mercados, descoberta de novos produtos e novas fontes de lucro) e a do capitalismo manufactureiro e industrial (centrado na produção de massa). É nesta segunda fase que surge o proletariado operário concentrado nas cidades e a urbanização progressiva dos campos.

Uma outra classificação das sociedades digna de menção é de Tonnies muito diferente das classificações anteriores tanto pelo critério utilizado como pelas categorias sociológicas de que a sua sociologia

se compõe. Segundo ele há dois tipos fundamentais de vontades humanas: a vontade orgânica (Wesenwille) e a "vontade reflexiva" (Kurwille). Estas imprimem à actividade humana orientações diferenciadas com predomínio do coração a primeira, e, com predomínio da cabeça, a segunda. As duas vontades defrontam-se em cada pessoa e uma leva o predomínio sobre a outra. Tal opposição não se manifesta apenas nas actividades individuais mas alarga-se aos grupos e às sociedades gerando dois tipos de relações sociais. As relações sociais inspiradas na vontade orgânica, denominam-se comunitárias, enquanto que as inspiradas na vontade reflexiva, se chamam societárias. Segundo predomine um ou outro tipo de relações, assim temos sociedades do tipo comunitário ou societário. A comunidade é formada por pessoas unidas por laços naturais que prosseguem objectivos comuns que transcendem os interesses particulares de cada indivíduo. Este tipo de organização social assume três formas principais: a comunidade de sangue; a comunidade de lugar; a comunidade de espírito.

A sociedade é formada na base dos interesses individuais com um tipo de relações de concorrência, competição ou indiferença. A troca comercial é o exemplo mais típico de uma relação societária; cada um dos participantes nesta troca, procura extrair dela os maiores lucros possíveis "O mundo do comércio, dos negócios, do trabalho industrial, são pois formas de organização social de carácter societário; a grande cidade, lugar privilegiado da actividade comercial e industrial é também uma forma de sociedade; assim como o Estado político, que se sobrepõe às grandes cidades, que protege ou defende os interesses económicos e tem muitas vezes de lhes obedecer, que representa, enfim, os interesses particulares de uma comunidade nacional... A ciência constituída a partir do Direito romano é também, segundo Tonnies uma instituição de tipo societário.... A ciência é também um mundo societário... a opinião pública esclarecida é outra forma de actividade societária" (Rocher, vol. 2, pág. 170).

Segundo Tonnies, o tipo de sociedade de carácter comunitário teria prevalecido na história do Ocidente até fins da Idade Média. Com o progresso do individualismo, a comunidade medieval desintegrou-se para dar lugar à sociedade moderna de tipo societário. As duas categorias fundamentais da sociologia de Tonnies (comunidade e sociedade), tanto se podem aplicar às sociedades na sucessão dos tempos, como nos diferentes espaços, num período histórico.

Pode dizer-se que, com Tonnies, se inaugura uma longa série de tipologias bipolares e dicotômicas de classificação das sociedades. Basta agora lembrar a distinção entre sociedades sagradas e sociedades profanas (Howard Becker); de sociedades abertas e sociedades fechadas (Karl Propper); de sociedades militares e sociedades industriais (Spencer); de sociedades de solidariedade mecânica e de solidariedade orgânica (Durkheim); sociedades arcaicas e sociedades urbanas (Redfield); de sociedades de inter-conhecimento e sociedades de massa (Mendras), etc.

4.2. Critérios internos à organização social; sô estas tipologias se podem chamar propriamente sociológicas, posto que procuramos critério de classificação nas características organizativas das sociedades.

Importa relevar em primeiro lugar a classificação de Spencer (1820-1903) baseada na complexidade sempre crescente das sociedades segundo a linha evolucionista. Distingue assim quatro tipos de sociedades correspondentes a quatro estádios da evolução geral, dividindo cada um desses tipos em sub-tipos:

- sociedades simples formadas por pequenas colectividades, indiferenciadas, homogêneas, sem organização política, vivendo da caça ou da pesca, com uma divisão do trabalho muito exígua. Entre estas distingue quatro subtipos: as que não têm nenhuma autoridade política; as que têm um chefe ocasional; as que possuem apenas uma autoridade imprecisa e instável; e, por fim, aquelas em que a autoridade política se organizou de forma permanente;
- as sociedades compostas são complexas, diferenciadas e heterogêneas. Existe uma autoridade política organizada e diferenciada, multiplicidade de funções econômicas e sociais e uma divisão de trabalho em progresso crescente. Correspondem a outros tantos subtipos as sociedades em que existe um chefe ocasional, uma autoridade instável ou uma autoridade permanente, e, também, segundo predomina o nomadismo, seminomadismo ou sedentarismo;
- sociedades duplamente compostas são aquelas em que os grupos se desdobram, as autoridades se multiplicam e devem ser elaborados novos modos de integração. São sedentárias, dispõem de meios de transporte e de técnicas de trabalho rela-

tivamente aperfeiçoadas, e têm um direito positivo formalizado;

- sociedades triplamente compostas são as grandes nações donde surgiram as grandes religiões e que fizeram progredir as ciências e as artes. As nações modernas estão incluídas nesta última classe.

Spencer elabora no entanto uma outra classificação dicotômica com dois tipos de sociedade inteiramente opostos um ao outro. É a sociedade militar e a sociedade industrial.

- A sociedade militar compreende sobretudo as sociedades simples e as sociedades compostas da anterior classificação. Nelas a guerra é actividade dominante e por isso a função militar tem mais importância do que a função de produção. Toda a organização social é decalcada na organização militar. Nela os homens estão sujeitos ao que Spencer designa de "cooperação obrigatória";
- A sociedade industrial cuja principal característica é a autonomia e liberdade dos indivíduos, ainda está em formação. Dispõe de instituições políticas cada vez mais democráticas, autoridades do Estado menos repressivas, maior liberdade no comércio e no trabalho. A função militar subordina-se à função produtora e o exército é somente uma das estruturas da sociedade. À cooperação obrigatória, sucede a "cooperação voluntária".

"Podemos resumir o pensamento de Spencer dizendo que na sociedade militar é a autoridade central forte e coactiva que, em favor da guerra permanente, estabelece e mantém os laços sociais e a cooperação necessários à sociedade. Na sociedade industrial, a cooperação, fonte do encontro dos interesses individuais, efectua-se espontaneamente e livremente, a relação contratual é então o laço social mais característico e eventualmente o mais generalizado" (Rocher, loc.cit. pág. 188).

Outra classificação dicotômica é a de Durkheim. É o mesmo autor que enuncia os seus critérios de classificação dos tipos sociais do modo seguinte: "Começaremos por classificar as sociedades segundo o grau de composição que apresentam, tomando por base a sociedade perfeitamente simples ou de segmento único; no interior destas classes, distinguiremos

variedades diferentes segundo se produzir ou não uma coalescência completa dos segmentos iniciais". O princípio da ordem ou organização social invocado é a solidariedade, que divide em dois tipos fundamentais: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica. No primeiro caso, estamos frente a uma sociedade formada por grupos semelhantes com forte "consciência colectiva" que quase envolve completamente a "consciência" individual. Como exemplo apresentam-se as sociedades primitivas em que uma tribo é formada por um determinado número de famílias ou de clãs, que têm todos a mesma natureza e desempenham todos as mesmas funções. Este tipo de sociedade não pode tolerar as disparidades ou particularismos tanto nos indivíduos como nos grupos.

O progressivo aumento da divisão do trabalho vem criar um outro tipo de solidariedade e de organização social - é a solidariedade orgânica baseada na diferenciação das pessoas e dos grupos, ou seja na complementaridade de partes diversificadas. Tem a sua moral própria, implica uma maior autonomia das pessoas e uma consciência individual mais alargada. É pelo direito que se podem distinguir estes dois tipos de solidariedade. O direito a que Durkheim chama "repressivo" corresponde à solidariedade mecânica e a um estado forte de consciência colectiva e tem como função erradicar tudo o que a sociedade considera ou define como criminoso e que portanto pode ameaçar a unidade e existência do grupo. Por outro lado existe um direito denominado "restritivo" correspondente à divisão do trabalho e que tem por missão, não propriamente punir, mas repor as coisas no seu lugar.

A autonomia das pessoas e dos grupos que a sociedade industrial (orgânica) favorece, não significa ausência de normas ou de controlo social. O que a caracteriza é que a maior diferenciação social que nela existe permite aos seus membros a opção entre várias normas e vários valores e o facto de os indivíduos poderem assim melhor exercer o seu juízo, mais ainda, a divisão do trabalho encoraja a diversidade entre as pessoas bem como entre os grupos; requer a dissemelhança mais do que a semelhança, a complementaridade mais do que a identidade. Mas este aumento de autonomia dos indivíduos não é corolário de uma dissolução da organização social; resulta das exigências funcionais de um certo tipo de sociedade global" (G. Rocher, I, p. 200).

Outra tipologia que alcançou grande difusão é a de PARSONS e

baseia-se na capacidade de adaptação. Segundo ele, uma sociedade é tanto mais avançada quanto a sua organização social manifestar uma capacidade de adaptação generalizada maior. Esta adaptação não significa simples ajustamento às situações dadas, mas o esforço que exige a passagem a um estado mais satisfatório, mais produtivo, ou ainda a um estado que corresponda melhor às aptidões e às energias disponíveis. A capacidade de adaptação manifesta-se principalmente pela complexidade crescente da organização social que implica diferenciação e integração das partes no conjunto e traz consigo modificações no universo dos valores. Numa organização complexa os valores mais apropriados são os mais gerais enquanto que numa sociedade simples os valores podem ser mais explícitos em relação a cada situação concreta.

A partir do esquema teórico antes mencionado distingue três estádios principais de desenvolvimento das sociedades:

- As sociedades primitivas, pouco diferenciadas, em que o sistema de parentesco é um elemento central da organização social. Nelas, famílias e parentesco desempenham funções económicas de produção, de entre-ajuda, de comércio. Têm o papel de verdadeiras estruturas económicas. As fronteiras sociais, políticas e culturais são muitas vezes imprecisas;
- As sociedades intermediárias distinguem-se das primitivas pela escrita. Esta dá-lhes maior autonomia em relação ao contexto concreto e móvel das interações, assegura mais estabilidade à cultura e permite-lhe ampla difusão no espaço e no tempo. Parsons distingue nas sociedades intermediárias dois subtipos baseando-se no uso que fazem da escrita e no tipo de relação que professam. Na que se chama sociedade intermediária arcaica, a escrita é usada exclusivamente para fins técnicos ou utilitários, como a contabilidade, administração, etc.. A religião é do tipo cosmológico como que sobrenaturalizando a natureza física: astros, animais, plantas, fenómenos naturais. Este estádio arcaico da sociedade intermediária é representado principalmente pelo Egipto antigo, impérios mesopotâmico, persa, azteca, maia e inca.
- A sociedade intermediária histórica dispõe de uma classe social superior já instruída, usa a escrita tanto para fins

pragmáticos como de reflexão geral e para acumular tradições literárias, filosóficas, científicas. A religião tem um carácter universal e sistemático libertando-se de qualquer ordem natural, seja ela social ou cosmológica. Entrariam neste segundo tipo o império chinês formado no ano 200 a.c., a Índia antes da invasão muçulmana, os impérios mulçumanos e o império romano.

- As sociedades modernas distinguem-se das precedentes sobretudo pela existência de um Direito com carácter universalista e de um processo elaborado com o mesmo carácter. Isto indica que os mecanismos normativos de uma sociedade são autónomos das exigências imediatas, dos interesses económicos e políticos e dos factores biológicos e psíquicos pessoais. Assim a cultura, considerada nas normas de comportamento que regem a interacção dos membros de uma sociedade é mais estável.

Finalmente, poderemos ainda lembrar uma tipologia de classificação das sociedades hoje muito em voga. É a que divide as sociedades em: sociedades do tipo industrial e sociedades do tipo tradicional e que não se afasta da de Tonnies (sociedade societária/comunitária); da de Durkheim (sociedade de solidariedade orgânica/sociedade de solidariedade mecânica); da de Redfield (urban society e folk society); da de Friedmann (meio técnico e meio natural); da de Mendras (sociedade de massa e sociedade de interconhecimento).

A tipologia apresentada por Gurvitch pode ver-se em *Vocation actuelle de la sociologie*, PUF., 1963.

Podemos notar entre os diversos autores alguns pontos de convergência e um ponto de divergência. Convergem os diferentes autores em considerarem certas sociedades mais "avançadas" que outras, colocando em polos opostos, por um lado uma sociedade arcaica, primitiva, tradicional, e, por outro, uma sociedade industrial, tecnológica, moderna; convergem ainda, em pensarem que a sociedade evoluiu na linha de uma complexidade sempre crescente e de uma diferenciação das suas partes (teoria da mudança por processos de diferenciação e reintegração); coincidem também em afirmar que a evolução foi acompanhada de profundas alterações na cultura, nos valores e na hierarquia destes, nas mentalidades e nas atitudes; coincidem finalmente em afirmar que a transformação da sociedade acarreta

maior autonomia da pessoa e dos grupos (é o que Mac Iver significa com a expressão "a diferenciação das colectividades está em relação directa com o progresso da personalidade dos indivíduos-membros).

Divergem fundamentalmente os autores na relação a estabelecer entre a esfera cultural (universo das ideias e dos valores) e os aspectos técnicos (económicos, materiais) da vida social.

A todos os autores se pôs o problema do critério a usar; todos assumiram uma perspectiva histórica; todos se interrogaram sobre o recurso a uma tipologia dicotómica, opondo dois tipos extremos e puros de sociedade, ou o recurso a uma tipologia mais complexa e contínua.

Em nossos dias, as tipologias dicotómicas gozam de grande popularidade e é a elas que recorrem os estudos de sociologia ou economia do desenvolvimento.

Como conclusão deste apartado sobre as tipologias das sociedades globais transcrevemos o que nos diz Guy Rocher, que aliás seguimos de perto "à parte algumas raras excepções, a maioria dos sociólogos depois de Durkheim deixaram de ver interesse na espécie de "botânica social" que representam as tentativas de classificação das sociedades; preferiram-lhe quer investigações quase exclusivamente empíricas, quer trabalhos de teoria analítica. As recentes investigações em países em vias de desenvolvimento mostraram a necessidade de uma classificação geral dos tipos de sociedade e da sua evolução" (loc.cit., pág. 225).

5. *Funções Essenciais da Sociedade*

A palavra função é usada em diversas ciências (Matemática, Biologia, Linguística, etc.), com significados por vezes diferentes ou pelo menos analógicos. Ao falarmos aqui das funções essenciais da sociedade pretendemos evidenciar as vantagens que a sociedade traz ao indivíduo por oposição ao isolamento. Situamo-nos assim na linha de Radcliffe-Brown ao dizer-nos que "a função de um uso social particular, é o contributo que ele traz à vida social considerada como o conjunto de funcionamento do sistema social. Esta definição supõe que um sistema social (conjunto estruturado de uma sociedade com os seus usos que são manifestações de estrutura e penhor de continuidade), tem uma certa unidade, que podemos chamar unidade funcional, e definir como um estado de coesão ou de harmoniosa cooperação entre todos os elementos do sistema social, o que afasta os confli-

tos persistentes difíceis de regular" (Radcliffe-Brown, On the concept of function in social sciences, in STRUCTURE AND FUNCTIONS IN PRIMITIVE SOCIETY, London, 1925, p. 181).

As funções mais gerais que a sociedade exerce em relação aos indivíduos podem enumerar-se do seguinte modo:

- a sociedade reúne as pessoas no espaço e no tempo de modo a serem possíveis relações humanas entre elas;
- a sociedade dá às pessoas meios de comunicação sistemáticos por meio dos quais se podem compreender entre si (língua, símbolos);
- fornece às pessoas modelos de comportamento e situa-as num sistema de estratificação que lhes confere uma posição em relação a todos os outros membros da sociedade.

Por meio dos grupos sociais fundamentais desempenha funções mais específicas, como sejam a de renovar os seus membros (namoro, casamento, família, sistemas de parentesco); a de socializar os novos membros (educação informal e formal); a de produzir e distribuir os meios materiais e físicos necessários à subsistência (sistema económico); a de assegurar a tranquilidade dos indivíduos (sistema de segurança); a de satisfazer as necessidades religiosas e de esparecimento dos indivíduos (grupos religiosos e de recreio).

Isto é o que a sociedade faz em relação aos indivíduos, embora, evidentemente o faça por meio de outros indivíduos diversamente agrupados.

Conclusão: depois de designarmos a sociedade global como o espaço social mais vasto onde os homens estão integrados e agem, abarcando, portanto, categorias sociais, agregados e grupos, procuramos relacioná-la com as outras colectividades e chamar a atenção para a sua estrutura e funcionamento. Sendo muito numerosas as sociedades globais (enumeram-se 3.000 sociedades primitivas) julgamos oportuno apresentar alguns dos principais intentos de classificação e seus critérios, terminando, finalmente, com a enumeração das principais funções desempenhadas pela sociedade em relação aos indivíduos. Propositadamente omitimos tudo o que diz respeito às diferentes teorias sobre as origens da sociedade por nos parecer não ser este o momento para o fazer. Lembraremos somente que elas são múlti -

plas. Assim: Platão, salienta as necessidades das pessoas e as suas limitações para as suprir; Aristóteles, a natureza social do homem; Lucrecio a suavização dos sentimentos humanos; Maquiavel, o egoísmo; Locke e Rousseau, a teoria do contrato; Comte, a sociabilidade e a simpatia; Durkheim, o sistema de relações mútuas; Kropotkin a ajuda mútua, etc..

LEITURAS

1. - FICHTER, *Sociologia*, cap. VI
2. - G. ROCHER, *Sociologia Geral*, Ed. Presença, Lisboa, vol. 2, 87-235
3. - AKOUN, André, *Les Sociétés Globales*, em "LES DICTIONNAIRES DU SAVOIR MODERNE".
4. - GURVITCH, *Traité de Sociologie*, Paris, PUF, 216-235.
5. - MENDRAS, Henri, *Princípios de Sociologia*, Zahar, Ed. Rio, 1975, cap. VII.

II PARTE

OS COMPORTAMENTOS SOCIAIS (*Agir Social*)

Na primeira parte deste Curso vimos os diversos tipos de colectividades a que as relações humanas dão origem: categorias, agregados, grupos, sociedade global. Nesta segunda parte, estudaremos os comportamentos dos homens nessas colectividades.

Não vamos, evidentemente, analisar o conteúdo dos diversos comportamentos sociais. Isso compete a outras disciplinas como: a Sociologia Económica, a Sociologia Jurídica, a Sociologia Industrial, a Sociologia Rural, a Sociologia da Família, etc.. Aqui, num curso de Sociologia Geral, faremos um trabalho de abstracção e generalização, apresentando os modelos de comportamento que os homens seguem ao fazerem parte das diversas colectividades. Partimos do elemento mais simples que designamos por modelo, padrão ou esquema de comportamento, e veremos as diversas formas como ele se combina com outros para dar origem à cultura total.

Assim, estudaremos:

- os padrões de cultura: modelos exteriores (observáveis) e interiores (latentes)
- os papéis sociais
- os processos sociais
- as instituições
- a cultura

CAPÍTULO V - Modelos de Comportamento

Só é possível estudar cientificamente a sociedade porque se verifica uma certa constância nos modos de agir e de pensar dos seus membros. Esta constância ou repetição dos mesmos gestos, pensamentos, etc., por grande parte das pessoas que fazem ^{parte} de uma sociedade, é que os transforma em modelos ou esquemas sociais de comportamento, à semelhança do que acontece com o indivíduo que, pela repetição dos mesmos actos, os transforma em hábitos. Podemos pois definir modelo de comportamento como a uniformidade no agir ou no pensar que se verifica regularmente numa pluralidade de pessoas. São estas maneiras de agir e de pensar, generalizadas numa sociedade, que servem de modelo aos novos membros ou aos estranhos para saberem o que, no domínio do pensamento ou da acção, aí é tido como admissível e o que o não é.

Por comportamento entendemos nós aqui, tanto as formas exteriores e visíveis do agir humano, como os modos de pensar, só indirectamente observáveis. As primeiras, chama-se frequentemente "esquemas de conduta ou de acção"; aos segundos, "esquemas mentais ou de atitude". Nós, abrangemos sob a designação de comportamento tudo o que implica uma acção ou atitude em relação às coisas ou aos outros homens. Pode tratar-se de um gesto, de uma palavra, de um sinal... ou da ausência de gesto, de palavra, de sinal com significado social, isto é, que põe os homens em relação ou comunicação.

1. Modelos de comportamento e pessoa

Os modelos de comportamento não dependem dos indivíduos considerados em separado. Existem na sociedade. Há maneiras de comportar-se que não são padrões sociais, mas sim modos individuais ou idiossincráticos que se estudam na psicologia.

Ainda que várias pessoas tenham um comportamento semelhante, este pode constituir apenas a reacção de indivíduos, em semelhante ou igual situação, a estímulo igual. O comportamento só será social quando reproduz um modelo social, isto é, responde a uma expectativa dos outros parceiros sociais. O modelo, por sua mesma natureza, reveste-se de um aspecto normativo ou de pressão social. Daí que não se possa, pura e simplesmente, identificar social e semelhante ou colectivo.

Importará aqui chamar a atenção para a definição de acção so

cial dada por Max Weber e Durkheim e ver como ela se aproxima do que agora estamos a designar por modelos de comportamento.

Para Marx Weber, "a acção é social na medida em que, em função da significação subjectiva que o indivíduo ou os indivíduos que a lhe atribuem, toma em consideração o comportamento dos outros e é por ele afectada no seu curso". Ora se não considerarmos a significação subjectiva como resultado de uma reflexão explícita, vemos que o comportamento social é isso mesmo. Uma acção que toma em consideração o comportamento dos outros; responde às expectativas dos outros (tem para eles um significado); é influenciada pela percepção que as pessoas têm do significado da acção das outras e da sua própria acção.

Olhando agora à definição de acção social de Durkheim vemos que ela, sublinhando sobretudo os aspectos objectivos, se pode identificar facilmente com os modelos de comportamento (ao menos os exteriores). Com efeito, para ele, a acção social consiste "em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem". Ora, para nós, os modelos de comportamento impõem-se às pessoas à maneira de normas, são adoptados pela maioria das pessoas de um universo e por elas repetidos frequentemente.

Os modelos de comportamento, que o indivíduo reproduz de modo automático, são adquiridos pela aprendizagem social e não por qualquer espécie de predisposição. Assim, o ser humano individual "vai e vem" enquanto que a soma de modelos de comportamento, que forma a cultura, permanece.

Há, certamente, no homem modelos psicológicos de temperamento, de carácter ou de emoção, mas existe também uma certa conformidade a modelos, que permite descobrir nele características raciais, nacionais, profissionais, religiosas. O seu estudo enquadra-se tanto na sociologia que se esforça por lhe fazer a síntese afim de melhor compreender o que a vida em sociedade representa, como na psicologia social que estuda a influência desta vida social sobre os mesmos indivíduos".

O que nos interessa aqui, porque fenómeno social, é a conformidade dos comportamentos humanos, aparentemente individuais, a um número relativamente reduzido de modelos ou de normas que parecem não emanar do próprio indivíduo. Tudo se passa como se ele as recebesse de fora e como se as cumprisse quer por um desejo de imitação (vontade interior

de fazer como os outros), quer por necessidade de se submeter àqueles que lhas inculcam ou lhas impõem" (Virton, op.cit. Tomo II, pág. 245-246).

Numa sociedade, tanto as acções exteriores, como o julgar, a preciar e até o conteúdo das crenças, é regulado em conformidade com modelos próprios da sociedade, meio social ou grupo. Espera-se que os membros bem integrados de uma sociedade ou de um grupo, adoptem o pensar e agir desse grupo. Daí o dizer-se com frequência que "age ou pensa como um português, um francês... um operário, um burguês, etc.". Notemos que não é por vezes, o fazer ou não fazer que caracteriza, mas sim o modo como se faz ou não faz; se avalia ou se despreza. Comer, dormir, saudar, conviver... são actos que se praticam em todas as sociedades ou grupos. O modo é que é diverso. É transmitido aos indivíduos de geração em geração e exerce pressão sobre eles, de modo mais ou menos explícito, para que se conformem com o que é habitual.

Tomemos para exemplo o que acontece com a saudação. Se perguntarmos a alguém porque na rua sauda a uns e não a outros, é natural que ele nos dê uma razão mais ou menos convincente. Já se lhe perguntarmos por que é que beija a umas pessoas, a outras aperta a mão, a outras dá umas pancadas nas costas, e ainda a outras faz um simples gesto acompanhado de um sorriso... talvez a resposta não surja tão espontânea. Dirá porventura que é a maneira normal de o fazer; que não se sauda a um velho amigo como a um superior, a uma respeitável senhora como a uma jovem estudante, etc.. É mesmo possível que remate com o argumento decisivo de que afinal "todos fazem assim".

Ora ao visitarmos povos diferentes dos nossos, e às vezes até mesmo regiões, notamos que afinal nem todos fazem assim. Aqui os homens apertam as mãos, lá beijam-se nas duas faces; aqui as pessoas beijam-se, lá aproximam os narizes e roçam-nos suavemente, etc.. O mesmo se poderia dizer em relação à linguagem, à escrita, à maneira de vestir, de habitar, de se comportar nos momentos decisivos da vida (nascimento, casamento, enterro...), de organizar o trabalho, de repartir as tarefas e a autoridade dentro do lar.

Em todos estes comportamentos que poderemos designar de elementares, dado que entram nas relações sociais do nosso quotidiano, notaremos que existe uma ligeira margem de liberdade pessoal e de originalidade, mas que o que efectivamente predomina é a conformidade a modelos.

Poderemos, pois, concluir, que o modelo de comportamento é: uma acção ou pensamento directa ou indirectamente observável e por vezes mensurável; que se verifica com frequência; partilhada por muitas pessoas; que possui um significado social. Por outro lado, esta conformidade a modelos de comportamento: parece normal e espontânea enquanto que é adquirida e educada; é indispensável à vida social, embora nem todos os comportamentos tenham a mesma importância.

2. Hierarquia dos modelos de comportamento

Os modelos de comportamento têm uma certa universalidade, na sociedade ou universo considerado; são objecto de apreço ou estima por parte dos membros dessa sociedade; a mesma sociedade exerce pressão sobre os membros para que se conformem a tais modelos. É em função da universalidade, estima e pressão social, que se poderá estabelecer uma hierarquia dos modelos de comportamento.

A classificação que vamos dar, é muito usada pelos sociólogos americanos, mas pensamos que ela não deve ser tomada com demasiado rigor:

2.1. normas (mores) ou tradições em sentido forte, são constituídas por aqueles modelos de comportamento julgados importantes para a permanência e progresso da sociedade, e por isso se impõem aos membros sob sanções rigorosas. O patriotismo, o respeito alheio, a lealdade nos negócios... Indicam "aquilo que se há-de fazer e aquilo que se há-de pensar";

2.2. costumes (folkways, things to do) são aqueles modelos de comportamento considerados necessários para o bom funcionamento da sociedade ou do grupo e cuja sanção consiste na desaprovação mais ou menos severa do comportamento contrário (levar o anel de casado, não trabalhar nos dias feriados...). São menos obrigatórios do que as normas, embora considerados extremamente desejáveis. A pressão que se exerce em ordem à conformidade é geralmente negativa e não formal: o ridículo, a troça, a ironia, os boatos, etc.;

2.3. os simples usos (usages) são modelos convencionais e por isso a pressão em ordem a conseguir a conformidade é menos acentuada. Muitos deles dizem respeito à etiqueta ou a outras convenções ou modas em uso na sociedade (saudar de determinada maneira; usar eufemismos para desi -

gnar certas necessidades...).

Com esta classificação não se pretende estabelecer como que uma escala matemática de valoração, mas somente proceder a uma classificação qualitativa que permita dizer que tal comportamento é extremamente importante e exprime verdadeiramente a atitude de uma sociedade ou grupo, enquanto que outro o é menos.

"Os manuais americanos, pensaram poder expressar, os graus de importância pelos termos "mores", "folkways", "usages"... É necessário reconhecer que, no uso corrente, estas palavras por vezes são usadas como sinónimos" (Virton, op.cit. tomo II, pág. 254).

3. Variabilidade dos modelos de comportamento

Os modelos de comportamento variam no espaço, no tempo, nos diversos meios sociais:

- variam no espaço; é diferente, por exemplo, a maneira de saudar entre os esquimós e os europeus; a maneira de pedir alguém em casamento no Alentejo e nas aldeias da Serra da Estrela; a maneira de deitar luto na China e em Portugal... As variações regionais, podem ser indicador da presença de subculturas mesmo no seio de uma sociedade bem integrada. A expressão "costumes locais" evidência este facto;
- variam no tempo; não se julga hoje da mesma maneira o trabalho remunerado da mulher fora do lar como se julgava no princípio do século; não se organiza o trabalho na empresa hoje como se organizava no princípio da era industrial; não se pensa hoje o mesmo sobre o tempo de trabalho, a segurança social, as férias, o 13º mês, o associativismo, que se pensava há questão de 50 anos;
- variam segundo os meios sociais; a burguesia não educa os filhos como os operários, nem se diverte da mesma maneira, nem tem os mesmos gostos ou preferências em política, sindicalismo, arte, literatura, cinema, etc..

A variabilidade dos modelos de comportamento junto à sua hierarquização, põe em relevo uma característica fundamental - a relatividade de tais modelos. No entanto, se é certo que os indivíduos com fre -

quência mudam de opinião, adoptam novos princípios e ideologias, já se não poderá dizer o mesmo dos grupos ou da sociedade, considerados como um todo. As maneiras de pensar e agir rural, por exemplo, resistem ainda quando a pessoa já se encontra a exercer, no meio urbano, uma actividade industrial ou nos serviços. Uma sociedade de tipo autoritário não muda em breve espaço de tempo, em profundidade, os seus modos de pensar e de actuar.

A evolução ou mudança dos modelos de comportamento é mais notada nas sociedades urbanas e dinâmicas que nas rurais, relativamente estáticas. Isto, quer se trate de ideias sobre educação, política, liberdades cívicas, vida familiar, etc.

4. Modelos de comportamento ideais e modelos reais

Os modelos ideais são aqueles que são esperados pelas pessoas, enquanto que os reais são aqueles que os indivíduos realmente adoptam na sua vida habitual. Ao desacordo entre o modelo ideal e real, chama-se desvio sócio-cultural.

Como o costume reforça o costume, os modelos reais poderão, ao fim de algum tempo vir a converter-se em modelos ideais, tanto a nível pessoal como social. Lembraremos a empresa que, pela primeira vez, aplicou o horário de oito horas; a primeira mulher que deixou a sua terra para ir tirar um curso universitário, etc..

Enquanto ideais, os modelos de comportamento são imagem e norma, pelas quais os indivíduos pautam as suas acções e em relação às quais o seu comportamento é julgado; são as normas às quais as pessoas inconscientemente se conformam fazendo assim o que é tido por justo e conveniente numa sociedade, chegando por vezes a transformar-se em normas legais.

A promulgação (institucionalização), por parte de qualquer organização, não pertence à essência dos modelos de comportamento. É certo, contudo, que em todas as sociedades existem normas explícitas e formais de comportamento. São as que constituem o conjunto formal das leis, posturas ou regulamentos, promulgadas e urgidas pela sociedade e o corpo de princípios éticos claramente expostos e partilhados por todos os membros dela. Por vezes, provêm da reflexão dos juristas ou moralistas e têm como objectivo mudar ou reorientar os comportamentos vigentes.

Não se verifica necessariamente consenso ou oposição entre os modelos de comportamento existentes e os promulgados. A lei tanto pode propor-se mudar os comportamentos, como institucionalizá-los dando-lhes universalidade e obrigatoriedade.

"As regras obrigatórias de conduta social devem-se, pois, considerar sob um duplo aspecto:

- a) o de leis, princípios, normas, máximas formuladas conscientemente, que procedem de uma deliberação racional e são explicitamente apresentadas e identificadas como guias de comportamento;
- b) o de normas não racionais e inconscientemente aceites que são incorporadas nas recorrências uniformes de acção, aprovados pela sociedade. Estas últimas influenciam mais frequentemente e profundamente o comportamento social real que as primeiras. Todos os grupos não formais, primários, face-a-face, em qualquer sociedade, actuam segundo normas não racionais, enquanto que as leis explícitas e as regras escritas aparecem principalmente nas grandes associações de tipo secundário" (Fichter, op.cit. p. 177-178).

5. Preconceitos, estereótipos e etnocentrismo como modelos de pensamento

Os modelos de pensar tanto podem ser juízos, isto é, afirmações emitidas a partir da análise objectiva dos factos, como preconceitos, isto é, afirmações feitas sem observação da realidade. Tanto uns como outros se transmitem de geração em geração, como norma de apreciação das pessoas ou dos acontecimentos, e condicionam poderosamente as relações entre os homens e os grupos.

Do ponto de vista sociológico, interessa o preconceito enquanto fenómeno de grupo ou de modelo social de avaliação. Pode então definir-se como um conjunto de comportamentos e de atitudes de um grupo enquanto ele faz juízos a priori, adopta opiniões sem crítica. Por vezes os preconceitos cristalizam em estereótipos que se podem definir como uma "combinação de atitudes e preconceitos" que leva a fazer dos outros uma imagem inexata tanto nos seus pormenores como no seu quadro geral. Mais do que um retrato são uma caricatura da realidade.

O etnocentrismo, como modelo de pensar, é a tendência subtil e por vezes incontrolável que leva a emitir juízos de valor sobre outras culturas e sociedades, aplicando-lhe a própria escala de valores. Assim, a pessoa ou grupo social, considera-se como ponto de referência e julga as outras pessoas ou grupos em função dos seus próprios hábitos e preferências.

O etnocentrismo é um dos maiores obstáculos à objectividade científica e fonte de preconceitos, intolerâncias, discriminações e estereótipos. Pode dar-se em relação a outras nações, grupos, categorias sociais, etc.. Cria naturalmente um sentimento de distância psicológica que prejudica a interrelação social.

Preconceitos, estereótipos, etnocentrismo são outros tantos modelos de comportamento que dificultam as relações humanas no seio das colectividades e destas entre si.

6. A propaganda como difusora de modelos de comportamento

A propaganda que, etimologicamente, significa simplesmente a acção de espalhar, difundir, procura suscitar determinados actos ou avaliações nas pessoas ou grupos a que se dirige: votar num partido, aderir a um movimento, provocar uma greve, perfilhar uma opinião... Põe os homens ou os grupos perante factos ou ideias e sugere-lhes o que devem fazer ou pensar. Pode pois considerar-se como difusora de modelos de comportamento.

Como técnica de sugestão e persuasão colectiva, a propaganda corre o risco de ser um instrumento do poder para domesticar a opinião pública, embora possa igualmente ser instrumento de esclarecimento e educação.

A importância da propaganda vem-lhe do facto de os modelos de comportamento poderem ser modificados e de, por outro lado, ser necessário formar uma opinião pública que adira aos grandes projectos das sociedades ou dos grupos.

A propaganda é a difusão de modelos conceituais através dos meios de comunicação de massa com o intento de levar as pessoas a adoptá-los. Todos os modelos conceituais podem ser modificados pela propaganda, "Este esforço deliberado para mudar a maneira de pensar das pessoas leva,

por vezes consigo uma conotação pejorativa:

- a) porque muitos pensam que se usurpa de certo modo o seu direito de descobrir e de formar as suas próprias ideias e se actua sobre a aptidão para o fazer;
- b) porque muitas vezes as fontes donde emana a propaganda são dissimuladas" (Fichter, loc.cit. p.199).

Simultaneamente com a propaganda actua a publicidade como difusora de modelos. Procura suscitar desejos ou aspirações e logo mostrar os meios como estes se podem transformar em realidade. A publicidade situa-se mais no domínio económico. O desejo pode definir-se como modelo conceptual que afecta o comportamento presente pela antecipação do comportamento futuro.

A publicidade procura mobilizar a atenção sobre um objecto e apresenta-lo como desejável. Através da imagem e da palavra sugere que aquele ou aquela que o utiliza é mais inteligente, mais viril, mais feminino, mais astucioso, mais forte, etc., que os outros. Procura assim ligar um bem de consumo com um valor que o público aprecia, e assim provoca a compra e uso.

Conclusão: "todo o modelo de comportamento pode constituir objecto de estudo particular. Pode estudar-se a sociologia da linguagem, a das maneiras de saudar, ou a de manifestar os seus sentimentos ou opi - niões.

Do mesmo modo, toda a acção humana se reveste de um significado e é instrumento de comunicação desde que seja cumprida em presença de outras pessoas.

Por essa razão a enumeração dos comportamentos elementares seria infínida, podendo todo o gesto humano assumir uma significação so - cial.

É preciso sublinhar que esta conformidade a modelos sociais, requerida em toda a vida social, pode tomar, segundo os casos, mais ou menos importância.

O sociólogo, quando quer medir o grau de importância de tal ou qual comportamento, deve fazer três perguntas relativas à frequência, ao valor social e à pressão social" (Virton, loc.cit. pág. 252).

LEITURAS

1. - FICHTER, *Sociologia*, Caps. VII e VIII
2. - M. IVER, *Sociologia*, Ed. Tecnos, Madrid, caps. VII a X
3. - BENEDICT, Ruth, *Padrões de Cultura*, Livros do Brasil, págs .
276-330
4. - CUVILLER, *Manuel de Sociologie*, Paris, PUF, 212-216 e 231 -
-234
5. - SUMNER, *Folkways*, New American Library, N.Y., 1960.

CAPÍTULO VI - *Papéis Sociais*

O conceito de papel social é fundamental para o estudo da relação entre o funcionamento da sociedade e os comportamentos individuais.

Todo o indivíduo em qualquer sociedade ou grupo a que pertença ocupa uma posição. Essa posição, impõe-lhe um conjunto de deveres a cumprir e de funções a exercer, bem como um conjunto de direitos de que pode usufruir.

Ao conjunto complexo de tarefas, deveres e direitos, chama-se papel social ou simplesmente papel. O papel social, representa assim, o comportamento que temos direito de esperar de um indivíduo numa situação social dada, tendo em conta o seu estatuto. Desempenhar um papel significará, portanto, responder às expectativas da sociedade ou do grupo mais restrito.

O conceito de papel social é análogo ao de papel dramático. Ter ou desempenhar um papel, numa peça teatral, significa assumir, no seu conjunto, os comportamentos que se esperam do personagem, seja ele rei, operário ou mendigo. Diz-se que tal ou qual actor representou bem o seu papel, quando soube encontrar a expressão adequada para o personagem que incarnava, nas diversas situações em que a trama da peça o colocou. Também a sociedade propõe situações sociais mais ou menos claramente definidas e posições guarnecidas de papéis a desempenhar.

Cada pessoa tem diversos papéis que estão relacionados entre si e profundamente dependentes da sua personalidade. O mesmo indivíduo pode ter o papel de filho, estudante, presidente de uma associação, etc.. Isto deve-se ao facto de ele ser membro de diversas colectividades. O modo de desempenhar esses papéis, embora esteja condicionado pela sua personalidade individual, é transmitido pela sociedade ou grupo, que espera determinadas formas de pensar e agir do indivíduo que ocupa certa posição. Portanto, o indivíduo tem de incarnar sucessivamente personagens diferentes, realizar as tarefas de cada um, responder às expectativas das outras pessoas ligadas a cada uma dessas posições, adoptar, como guias de acção, normas que diferem de um papel para o outro.

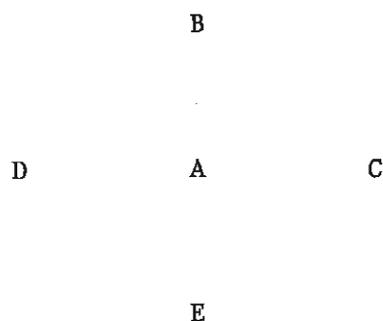
Duvignaud, no texto seguinte, expressa bem a diversidade de comportamentos esperados, dum mesmo indivíduo, em situações diferentes :

"Um serviço religioso na mesquita ou na sinagoga, um aniversário de família, uma sessão do tribunal, a inauguração de um edifício público, a entronização de um feiticeiro ou de um padre, a coroação de um rei, são cerimónias em que os homens desempenham um papel segundo regras estabelecidas por um "cenário", que lhes não é possível modificar, pois ninguém escapa aos papéis sociais que tem de assumir. É certo que a vida social não se reduz a estas teatralizações espontâneas, mas a existência de tais comportamentos colectivos aproxima o teatro da sociedade, sugere uma continuidade entre a cerimónia social e a cerimónia dramática" (Jean Duvignaud "Situation dramatique e situation sociale", Cahiers internationaux de sociologie, Janº - Junho de 1964, pág. 47).

1. Conteúdo dos papéis

O conteúdo do papel social consiste nos modelos de comportamento, exteriores ou interiores, que se devem adoptar ao desempenhar tal papel. Existe contudo variedade de modelos de comportamento no mesmo papel. Pense-se nos papéis familiares, profissionais, etc., e logo se notará a larga margem de iniciativa e criatividade possíveis dentro das expectativas gerais da sociedade. No entanto, esta margem de liberdade tem limites que não são claramente definidos.

O conteúdo de qualquer papel social está sempre em relação com o de outros papéis; o de pai com o de filho; o de vendedor com o de comprador; o de estudante com o de professor, etc.. Tomemos o exemplo apresentado por Mendras (Elements de Sociologie, pág. 84) o caso do professor, ou o papel do professor:



O papel está claramente definido pela instituição escolar. A sociedade inteira define o que é uma escola e o que é um professor. O papel de professor (A) define-se num contexto preciso: a situação do ensino no Portugal Contemporâneo. Este papel de professor está em relação com

um certo número de outros papéis sociais: B, os alunos; C, a direcção; D, os outros professores; E, os pais dos alunos.

Numa primeira análise, procuremos compreender quais sejam as relações de papéis que existem entre o papel A e os papéis associados ou contra-papéis, B, C, D, E que no seu conjunto formam um campo de papéis. O papel A encontra-se definido pelas "expectativas" dos outros papéis. Os alunos esperam alguma coisa do professor e este procura corresponder à sua expectativa. Os outros professores esperam um certo comportamento do seu colega e este deve comportar-se "como convém". A direcção e os pais esperam também comportamentos e atitudes do professor e este esforça-se por corresponder a tal expectativa.

É evidente que alguns professores se não esforçam por responder às expectativas e que têm um prazer maligno em fazer o contrário do que agradaria aos estudantes, em não seguir as regras administrativas e em comportar-se como ursos em relação aos seus colegas e aos pais dos estudantes. Mas estes "desviados", nem por isso põem em causa este esquema de expectativas porque eles se definem em contraposição a elas e, portanto, em relação a elas.

Os alunos esperam do professor que os instrua e que os não aborreça muito. O professor espera que os estudantes façam um esforço por compreender o que lhes diz, que aprendam e tenham bons resultados no exame ao fim do ano... Poder-se-ia inverter a análise partindo da situação do estudante: existe uma "relação simétrica" entre dois papéis que estão ligados".

Apesar do que fica dito, o desempenho do papel de professor varia de uma pessoa para outra. E mais, se pedirmos a cada um dos contra-papéis indicados que trace o perfil do papel de professor, obteremos imagens bastante diversas. Os alunos poderão valorizar mais as facilidades do que a eficácia; a direcção, a disciplina; os pais, os resultados; os colegas, a camaradagem.

As expectativas de todos esses papéis em relação ao mesmo papel de professor são diferentes, dependem da imagem que cada um dos detentores de papéis faz do papel de professor. Daí se pode concluir que o conteúdo de certos papéis não é muito preciso.

2. *Papel e pessoa*

A mesma pessoa pode desempenhar diversos papéis sociais. Um mesmo indivíduo, pode ser pai de família, professor, sócio de um clube recreativo, gerente de uma empresa, secretário de um partido, etc..

Entre os diversos papéis desempenhados pelo mesmo indivíduo há sempre algum que se reveste de maior importância - que se pode chamar a chave de todos os outros (Key-Role) - e de que os outros dependem.

O papel-chave não é o mesmo para todos os homens em todas as sociedades globais. Numas, poderá ser um papel familiar; noutras, um papel profissional; ainda noutras, um papel político, etc.. A identificação do papel social-chave é o reconhecimento de que cada indivíduo é limitado pelo tempo, pela saúde, pelo talento e, que em toda a sociedade, é requerido um certo grau de especialização para o desempenho dos papéis. A resposta sobre o papel social-chave de um indivíduo obtê-la-emos fazendo a seguinte pergunta: "que é que ele faz?". A resposta virá: é estudante; é professor; é deputado; é engraxador... isto não quer dizer que a pessoa em causa não faça muitas outras coisas, mas sim, que é aquela que, de uma maneira global, condiciona todo o seu viver.

Como os papéis são algo anterior às pessoas existe a possibilidade de se fazer uma preparação para eles, se bem que nem todas as pessoas sejam igualmente dotadas para todos os papéis. Poderá faltar aptidão, como potencialidade congénita para vir a adquirir a capacidade requerida para o desempenho de um papel.

No plano generalizado de abstracção necessário ao estudo científico da realidade, dizemos que os papéis sociais são formas feitas, preexistentes, de comportamento social às quais os indivíduos se adaptam. Sob certos aspectos particulares poderá mesmo dizer-se que há uma adaptação mútua entre papel e indivíduo. Existem duas maneiras gerais pelas quais tal adaptação se faz: é a atribuição (assignação) e eleição (assunção).

Atribuir papéis quer dizer que estes são dados à pessoa sem que ela tenha feito algo para isso. A atribuição faz-se de dois modos que dependem da natureza do papel atribuído; a atribuição automática que se verifica, por exemplo nos papéis familiares de filho, tio, avô, primo... tais papéis não dependem de uma decisão individual; atribuição delibe-

rada quando a pessoa faz ou existe nela alguma coisa pela qual lhe é atribuído o papel, por exemplo, quando alguém é nomeado ou eleito juiz de paz, regedor, presidente de um clube, director de uma secção, etc..

Uma pessoa consegue os papéis por eleição (escolha), quando estes são assumidos por decisão individual livre. Como exemplos podemos lembrar o casar-se (papel de esposo), o ir estudar (papel de estudante), etc..

"Não se deve, no entanto, simplificar demasiado a distinção entre atribuição e eleição. Nas situações complexas da vida quotidiana, a apresentam-se numerosos casos em que a atribuição exterior e a escolha voluntária pessoal se dão as mãos. Existe cooperação entre aqueles que atribuem o papel e por parte da pessoa que o assume" (Fichter, op.cit.).

3. *A formação dos papéis*

Nascemos numa sociedade e fazemos parte de grupos em que os diversos papéis estão institucionalizados. O indivíduo aprende-os, pela educação formal ou informal, durante o processo de socialização. Outros aprendem-se pelo "método das tentativas e erros" ou das "aproximações sucessivas".

Os papéis são uma formação da cultura, no sentido de que as pessoas os repetem e julgam dignos de serem transmitidos às gerações sucessivas. Toda a sociedade tem os papéis necessários para o seu funcionamento no estágio de progresso em que se encontra, ainda as sociedades que vulgarmente se chamam primitivas. Apesar disso, uma observação, mesmo superficial, mostra-nos que, mesmo os papéis mais fundamentais, como são os familiares, não são desempenhados da mesma maneira em todas as culturas.

Tanto o número como o conteúdo dos papéis, ainda nas sociedades mais estáticas, estão num processo contínuo de evolução (inovação, difusão, convergência).

Em certas sociedades há muitos papéis sociais, enquanto que noutras há poucos. Numa sociedade tradicional, numa aldeia rural, por exemplo, os papéis essenciais são os de pai, mãe, etc., e os papéis profissionais não são completamente distintos dos familiares, pois que o pai de família é ao mesmo tempo chefe da empresa agrícola, a mãe se ocupa também na mesma empresa, o filho aprende o seu ofício ao lado do pai. Por conse-

guinte, o pai, é ao mesmo tempo, pai, chefe de empresa e mestre; o filho é ao mesmo tempo, trabalhador e aprendiz, etc.

Ao contrário, numa sociedade altamente diferenciada e industrializada os indivíduos desempenham grande número de papéis que são nitidamente distintos e por vezes executados até em lugares diferentes. O seu número e relacionamento dão-nos um esquema da sociedade industrial, muito distinto do da sociedade tradicional. Este imenso organigrama é dinâmico, fazendo-se a mudança dentro de uma sociedade pelo desaparecimento de alguns papéis e pelo aparecimento de outros (mercador, investigador).

Para sabermos a importância dos diversos papéis numa sociedade, teremos de olhar à instituição mais importante nessa sociedade, pois é em relação a ela que os diferentes papéis se situam. Uma sociedade em que a instituição económica tem mais valor, dará mais importância aos papéis produtivos. O mesmo fará em relação aos papéis correspondentes aquela em que a instituição familiar, política, religiosa, etc., for a predominante.

4. *Papéis esperados e papéis observados*

Como dissemos anteriormente, os papéis são complementares uns dos outros. Por outro lado, como os papéis estão estandardizados, todos os membros de uma sociedade têm alguma ideia sobre o modo como devem ser desempenhados. Pode, contudo, dar-se o caso de não se dar uma adequação perfeita entre aquilo que as pessoas esperam e o que, de facto, alguma ou algumas praticam. Para o papel observado contribue:

- a ideia que cada um tem do seu papel
- a ideia que os outros têm desse mesmo papel (imagem)
- ou mesmo entre a ideia e a prática.

Apesar disso, são numerosos os exemplos da influência do comportamento esperado sobre a prática dos diversos actores sociais. É caso verificado que a pessoa actua de maneira diferente ao passar de campo para a cidade; ao ser deputado do partido do governo ou da oposição; ao passar de estudante para professor... É que, consciente ou inconscientemente, sabe que se espera dele algo diferente.

Quando se verifica uma contínua distância entre aquilo que se espera e o que se pratica, estamos numa situação de desvio social. Pa-

ra que tal não aconteça, a sociedade prevê sanções para os diferentes papéis.

5. *Papéis e sanções sociais*

Para que a sociedade continue, é necessário que sejam desempenhados os papéis sociais fundamentais. Este desempenho implica a motivação dos indivíduos e a pressão social do grupo. No entanto, esta pressão é desigual consoante a necessidade dos papéis ou dos comportamentos. Existem expectativas necessárias, obrigatórias e facultativas que correspondem a três tipos ideais de sanções de que dispõem as sociedades e os grupos sociais, relativamente aos seus membros, para lhes impor o respeito pelas regras sociais.

Um exemplo perfeito de expectativa necessária é a expectativa sancionada por uma lei e por tudo aquilo de que dispõe a sociedade para obrigar os cidadãos a respeitarem as leis - a polícia, os tribunais. Aqui a margem de liberdade é muito estreita: o caixa que desvia, será julgado e metido na cadeia e, por consequência, lá se vai o seu papel social.

As expectativas obrigatórias (exigidas) dão-se no seio de um grupo social e podem, em certa medida ser iludidas porque não trazem consigo sanções tão rígidas como as precedentes. Certos grupos sociais impõem uma regra de comportamento aos seus membros, mas estes podem conformar-se mais ou menos estritamente e, querendo fugir a tais expectativas, têm sempre a possibilidade de deixar o grupo, sem incorrer na sanção. Por exemplo, a Ordem dos Médicos tem a sua deontologia. Há um código a seguir, sendo contudo a margem de iniciativa bastante larga. Se essa margem é ultrapassada, a Ordem pode impôr sanções ou mesmo excluir os seus membros.

Quanto às expectativas facultativas, é-se livre de as seguir com maior ou menor rigor. Não há sanções embora os outros membros do grupo façam sentir ao que assim se comporta que não procede bem. O escândalo, constitui então uma sanção e um meio de pressão.

Existem igualmente sanções positivas que são menos notadas. São as recompensas, promoções, gratificações. As expectativas necessárias só têm sanções negativas (a pessoa conformando-se não faz mais do que o seu dever); já as expectativas facultativas são essencialmente sancionadas positivamente. A pressão da sociedade em ordem à conformidade com os

papéis sociais processa-se muito mais através de sanções positivas do que através de sanções negativas. "As sanções de ordem jurídica parecem mais habituais mas são puramente negativas e actuam mais através do medo que suscitam do que através de uma acção directa, enquanto todo o jogo social se encontra posto em acção pelas sanções positivas de que dispõem os diferentes grupos sociais para induzir os membros a desempenharem os seus papéis como devem".

O conformista desempenha o seu papel conformando-se, tanto quanto possível, às expectativas institucionalizadas. Ao contrário, o desviado tanto pode aceitar as sanções como esquivar-se a elas.

6. Conflito e mútua consolidação de papéis

Toda a pessoa desempenha vários papéis. Ora todo o papel exige certo tipo de comportamento. A mesma pessoa não se comporta da mesma maneira, como esposo, companheiro de trabalho, delegado sindical, presidente de conselho de administração ou sócio de um clube. Porque tais papéis se não desempenham simultaneamente, geralmente, não se dá conflito entre o diferente tipo de expectativas. Exige-se sim, à pessoa, uma certa plasticidade para se adaptar às diferentes circunstâncias o que não quer dizer que mesmo personalidades bem integradas, em certos momentos, não possam entrar em tensão. Assim, haverá conflito de papéis, quando o comportamento exigido por um, entre em oposição com o comportamento exigido pelo outro. Conflito possível entre o papel de companheiro de trabalho e delegado sindical; de esposo e filho; de amigo e juiz, etc..

Ao fenómeno oposto ao conflito, dá-se a designação de consolidação (mútua). Johnson apresenta o exemplo do papel familiar e profissional: "Se uma pessoa ocupa dois papéis, o segundo dos quais reforça a sua motivação para abraçar o primeiro, temos precisamente o oposto do conflito dos papéis. Um dos melhores exemplos da sociedade contemporânea, é o mútuo reforço do papel profissional e familiar, quando os dois são desempenhados por um homem adulto. Naturalmente, muitos maridos pais, não podem desempenhar o seu papel de família enquanto não desempenharem um papel profissional fora da família... A obrigação e o desejo de sustentar a família são presumivelmente fortes incentivos para que um homem desempenhe bem a sua ocupação" (pags. 33-34).

7. *Papel social e status*

O papel social, como dissemos, indica-nos o que a pessoa deve fazer enquanto que o status nos indica a posição de uma pessoa, categoria social ou grupo, na estrutura social. O status é o resultado de uma avaliação, mais ou menos subtil da sociedade, fundada na aplicação de critérios de valor social existentes nessa sociedade. Indica-nos onde a pessoa se situa no espaço social em relação às outras pessoas.

A distinção entre papel social e status, torna-se mais clara se compreendermos que o papel social é um dos numerosos critérios por meio dos quais se mede o status social de uma pessoa. Ao lado da fortuna, da ascendência, do sexo, da idade... avalia-se também a utilidade funcional da pessoa para a sociedade. Tal utilidade social, tem em conta o que ela faz nos seus papéis sociais.

Os papéis de um estão em relação com os de outras pessoas . No mesmo indivíduo, estão relacionados uns com os outros. Assim, a partir da teoria dos papéis, se pode estudar a sociedade como um imenso organograma em que as diversas pessoas, categorias sociais ou grupos, estão interrelacionados entre si numa ordem estrutural-funcional.

Escreve Mendras a este propósito: "Se, em lugar de analisar mos a situação do ponto de vista dos indivíduos, a analisarmos do ponto de vista da sociedade, poderemos desenvolver o esquema singelo apresentado antes num imenso organograma de uma determinada sociedade. Poderíamos tentar representar a sociedade (portuguesa de 1979) como um imenso organograma de papéis. Isso é uma tarefa relativamente simples para uma determinada instituição. Num ministério, existe um organograma que define as posições e os papéis de todos os funcionários do ministério, desde o ministro até à faxineira, passando pelos chefes de serviço, as dactilógrafas, os directores-gerais e os oficiais de gabinete. Precisamos de um organograma para nos orientarmos em toda a grande organização, afim de compreendermos onde cada um se situa, e quais as relações de uns com os outros.

Se é relativamente fácil estruturar uma instituição num organograma, deve-se poder também estruturar uma sociedade inteira, como a sociedade portuguesa, em organogramas. Por definição, no organograma do ministério cada indivíduo tem um papel único; porém pode acontecer que um indivíduo seja simultaneamente director-geral disso e membro do gabinete do ministro, mas isso é relativamente excepcional. No conjunto da socieda

de, ao contrário, cada indivíduo tem um certo número de jogos de papéis que, por definição, não se sobrepõem na vida social. Por exemplo, em nossa sociedade, os papéis profissionais têm pouca relação com os papéis familiares menos ainda com os papéis políticos. Normalmente, a política ocorre fora da família e da vida profissional, o que não impede que os mesmos indivíduos desempenhem papéis nesses três sectores. Pode haver um laço estrutural entre um papel político e um papel profissional, por exemplo, porque o ministério é político e o subdirector foi nomeado por pertencer ao Partido Socialista. Mesmo que não exista ligação dessa ordem, o subdirector, militante político, terá uma posição diferente da do subdirector apolítico. A situação ideal exigiria um jogo, variado e complexo, de organogramas para representar uma sociedade levando-se em conta os vários campos da vida social". (Princípios de Sociologia, Zahar, ed., Rio, 1975).

Conclusão: A teoria dos papéis sociais é outro modo de estudar o indivíduo, a sociedade e as relações que os unem. No capítulo anterior, dedicado aos modelos de comportamento, vimos como eles representavam um aspecto da comunicação entre as pessoas (relacional). Ao falarmos neste capítulo dos papéis sociais, acentuamos, sobretudo, o aspecto funcional do comportamento - aquilo que se espera que as pessoas façam quando ocupam determinada posição: no dizer de Stoetzel: "o que os outros podem exigir de um indivíduo". Na sociedade há uma diferenciação de funções, quer entre pessoas, quer entre grupos.

A cada função, correspondem comportamentos particulares, usos, que vão responder a certas expectativas dos outros; há tarefas que têm de ser feitas de certa maneira e são dessa. Assim, além das normas comuns que se aplicam a todos os membros da sociedade, há outras mais específicas que servem de guia aos diversos membros da mesma sociedade ou grupo conforme as funções que desempenham. São esses modelos específicos de uma função ou de uma posição numa colectividade, que constituem o papel social que assim se situa para além das diferenças e das adaptações individuais.

O conceito de papel social é muito usado em sociologia teórica e nas pesquisas empíricas. É conceito central na sociologia da família, na sociologia industrial, na sociologia dos pequenos grupos, na sociologia das organizações de tipo burocrático.

LEITURAS

1. - BANTON, Michael, *Roles, An Introduction to the Study of Social Relations*, Tavistock Publications, London, 1965, caps. I e II.
2. - FICHTER, *Sociologia*, Cap. IX.
3. - HARE, Paul A., *Handbook of Small Group Research*, N.Y., 1962, Cap. IV.
4. - ROCHEBLAVE-SPENGLER, A.M., *La Notion de Rôle en Psychologie Sociale*, Paris, PUF, 1962.
5. - TOUZARD, Ambert, *Enquête Psychosociologique sur les Roles Conjugaux et la Structure Familiale*, CNRS, Paris, 1967.

CAPÍTULO VII - Os Processos Sociais

Toda a mudança verificada numa sociedade ou grupo provém da inter-acção entre os seus componentes. Essa inter-acção, como conjunto ou sequência de actividades que levam o presente estado (estrutura e função), do todo e dos seus elementos, a consolidar-se ou a mudar-se noutro, é designada, em sociologia, por processo social.

Entre os processos, que representam o aspecto dinâmico da vida social muitos afectam as relações entre dois ou vários papéis. O pai em relação ao filho e vice-versa, podem desempenhar o seu papel de modos diversos: por exemplo, sob a forma de cooperação ou conflito; o mesmo se diga do subordinado em relação ao seu chefe ou dos cidadãos e grupos em relação à autoridade constituída e diferentes órgãos do poder.

De um modo geral, as pessoas ou os grupos estão em relação por via do seu status, dos papéis que desempenham, ou do processo, ou seja o modo como as relações entre status e papéis decorrem. A relação de status é conceito estático que tem em conta a ligação das diferentes posições sociais. A relação de papéis diz respeito à inter-acção funcional recíproca que se verifica quando as pessoas desempenham os seus papéis sociais em conjunto. A relação por processo é mais do que a relação entre dois status ou dois papéis, é o modo como as pessoas e os papéis funcionam recíproca-mente.

Resumidamente, com Fichter, pode dizer-se que: "Os processos sociais são umas poucas formas básicas e tipificáveis de inter-acção social que intervêm através de todos os numerosos papéis sociais que as pessoas têm. O termo "processo" passou à sociologia com o significado científico geral de um curso dinâmico ou série repetida de operações. Em sentido mecânico, o processo termina geralmente num produto, num objecto realizado, mas em ciência social não podemos falar de um "produto" do processo social. Na terminologia sociológica os processos sociais de base são a cooperação, a acomodação, a assimilação, o conflito, a oposição, a competição" (op.cit. pág. 236).

1. *Significado dos processos sociais*

Um processo social como escreveu MacIver, "é a maneira como as relações entre os membros de um grupo, uma vez criadas, adquirem certo carácter distintivo". Implica mudanças de um estado de relações para outro, cooperação, conflito, etc., e, portanto, pode levar à integração ou desintegração.

Os processos sociais são tão fundamentais para a vida de uma comunidade que o seu estudo é necessário para a compreensão da sociedade humana. Devem ser sempre analisados como uma maneira de se comportar que implica uma pluralidade de pessoas ou grupos. Tais processos podem reduzir-se a dois tipos extremos: os processos conjuntivos e os processos disjuntivos. Os primeiros são constituídos pelos modelos de inter-acção pelos quais as pessoas actuam em conjunto e se integram cada vez mais no sistema; os segundos são constituídos pelos modelos de inter-acção que afastam as pessoas umas das outras e as tornam menos solidárias.

Os tipos de processos sociais podem variar no espaço e no tempo. Assim há sociedades que dão pouco valor, por exemplo à competição, enquanto que outras a sobrevalorizam. É no entanto certo que cada sociedade desenvolveu determinados procedimentos estandardizados através dos quais procura fomentar a cooperação e assimilação, e evitar ou regulamentar a oposição e conflito.

Os processos são qualificados de sociais, não só porque se encontram na sociedade, mas também porque são regulados por ela e como tais são impostos, tolerados ou aprovados.

2. *Classificação dos processos sociais*

São dois, como dissemos os tipos extremos de processos sociais: os processos conjuntivos (cooperação, acomodação, assimilação) e os processos disjuntivos (conflito, oposição e competição) ou dissociativos.

2.1. Processos conjuntivos: são aqueles que favorecem a união ou integração dos diversos elementos no todo e entre si. Entre eles podemos considerar;

2.1.1. a cooperação, forma de processo social pela qual duas ou mais pessoas ou grupos actuam conjuntamente na prosecução de um objectivo comum. Enquanto necessária para a continuidade e funcionamen-

to normal da sociedade e dos grupos, é a forma de inter-acção mais comum.

Este processo social admite graus. A cooperação é mais intensa nos grupos primários do que nas associações. Nos grupos primários supõe-se que os grupos vão cooperar, enquanto que na associação deverá ser encorajada tal cooperação. A família supõe maior grau de cooperação do que qualquer outro grupo.

Os factores que promovem a cooperação são múltiplos e complexos: o desejo consciente de obter determinado objectivo, a lealdade para com o grupo e seu ideal, o medo do ataque de um exogrupo. Pode dizer-se, simplificando, que a cooperação é a solidariedade social na acção. Este mesmo processo pode ser indicado sob a forma de integração ou coesão social.

"Dum ponto de vista sociológico há cooperação quando se realizam inter-acções sociais, entre pessoas ou entre grupos, tendo por fim associar actividades, prestar entreaajuda, realizar um trabalho comum. A cooperação pode ser espontânea ou organizada, voluntária ou mais ou menos forçada pelo meio ou pelos condicionalismos. A rivalidade e a luta opõem-se à cooperação.

No plano propriamente económico, a cooperação é uma forma de organização e de acção económicas, pela qual as pessoas ou grupos que têm os mesmos interesses, se associam ao nível das actividades económicas para conseguir vantagens comuns. Fala-se então de cooperativas, de associações cooperativas, de cooperativismo.

No plano internacional, o termo cooperação é usado para caracterizar uma forma de entreaajuda económica e de assistência técnica, que elimina toda a intenção de domínio no país que a presta. Neste caso a cooperação procura ser uma acção conjunta de vários países para realizar solidariamente um trabalho de desenvolvimento comum" (Birou).

2.1.2. A acomodação é uma espécie de arranjo que consiste na modificação consciente ou não, das formas de relação existentes entre as pessoas ou grupos afim de evitar, diminuir ou suprimir as tensões e conflitos. É uma forma de coexistência pacífica que permite às pessoas continuar a sua inter-acção mesmo quando não estão em completo acordo. Nação, a escola, a fábrica, a repartição, pode dizer-se que todos os grupos na sociedade, tendem à cooperação, ainda que por vezes somente consigam a

acomodação dos seus membros.

A acomodação é assim "o processo de relação que se manifesta quando os parceiros, desejosos de cooperar, encontram em si mesmos certos obstáculos a esta cooperação e se esforçam por os suplantar, fazendo-se concessões recíprocas. Esta reciprocidade, não é sempre estritamente idêntica, e a acomodação pode por vezes ser mais imposta por um e mais aceite por outro". (Virton, op.cit., pág. 144).

2.1.3. A assimilação é o processo social pelo qual duas ou mais pessoas ou grupos que pertencem a culturas ou meios diferentes se transformam num todo homogêneo. "Uma vez é o grupo maioritário que assimila o minoritário (exemplo dos imigrantes recebidos na U.S.A.), outras é o grupo minoritário que assimila o maioritário levando-o a adotar os seus usos e costumes, o seu estilo de vida.

A assimilação pressupõe dois ou mais indivíduos, grupos, tribos ou povos em contacto, a acomodação e imitação vertical ou horizontal, podendo ser racial, política, religiosa, cultural, etc..

Enquanto que na assimilação uma das partes abandona o seu estilo de vida para adoptar o da outra, por mais forte e solicitador, ou fornecedor de modelos mais atraentes, na integração tal não ocorre. O que acontece é que os grupos em presença permutam elementos culturais, padrões de comportamento, etc., contribuindo mutuamente para a formação de uma nova cultura (ou conjunto de segmentos, traços, complexos, áreas culturais) à custa das contribuições concomitantes das partes em contacto. A resultante pode perfeitamente chamar-se cultura luso-tropical; povos mestiços, Brasil, etc..

A integração pressupõe sempre um relativo respeito pelos mútuos valores culturais, pelas recíprocas heranças sociais e personalidade de base, o que não acontece, por exemplo, com a assimilação não voluntária" (J.J. Gonçalves, Sociologia, II vol., pág. 41).

A assimilação é dificultada onde se encontram barreiras acentuadas entre raças, classes ou meios sociais. A diferença de línguas, de religião, de cultura, de fortuna, são os obstáculos principais da assimilação. Esta é geralmente precedida da aculturação que se verifica quando uma pessoa ou grupo entra em contacto com outro grupo de cultura diferente e se apropria de certos elementos culturais e os incorpora à sua

própria cultura, modificando-a.

A assimilação é o produto final dos contactos sociais, sendo a aculturação um estágio intermédio.

2.2. Processos disjuntivos (dissociativos) são aqueles pelos quais as pessoas ou os grupos se afastam uns dos outros e se tornam menos solidários. Os três processos sociais disjuntivos são o conflito, a oposição e a competição.

2.2.1. Conflito é o processo social que se verifica "quando os indivíduos ou os grupos em competição, procuram de maneira consciente e deliberada, sujeitar, destruir ou derrotar um rival, ou defender-se de semelhante propósito" (Theobaldo Santos, pág. 76).

O conflito pode revestir a forma de discussão, litígio, contenda, rebelião, guerra, revolução, etc.. Surge o conflito quando duas ou mais pessoas ou grupos estão em antagonismo declarado ou em desacordo quanto a interesses ou ideias. Os conflitos sociais são tão numerosos como as diversas formas de oposição e de luta nas relações sociais, indo desde os conflitos familiares até aos conflitos internacionais. Os conflitos sociais mais importantes são os de trabalho, de classes, de raças, económicos.

O conflito está na base de várias teorias sociológicas que serão estudadas na História da Sociologia. Difere da competição "porque envolve contacto, ocorre no nível consciente, é pessoal, implica violência ou pelo menos ameaça de violência e é mais intermitente do que contínuo. Enquanto que a competição determina a posição que um indivíduo (ou grupo) ocupa na comunidade, isto é, sua relação ecológica com os outros, o conflito determina seu lugar na sociedade, isto é, seu status no sistema social. Embora o conflito geralmente envolva violência e seja pessoal, em suas formas mais altas torna-se uma luta impessoal para estabelecer e preservar regras de justiça e preconceitos morais. Em níveis mais elevados, a controvérsia é resolvida não pela força das partes contendoras, mas pelo peso da opinião pública... O conflito, longe de ser inteiramente destrutivo e negativo, serve também a finalidades construtivas e positivas. Na verdade, a oposição de indivíduos em um grupo, muitas vezes é o único meio pelo qual podem coexistir pessoas que se consideram mutuamente intoleráveis". (Samuel KOENIG, Elementos de Sociologia, Zahar Ed. Rio, 1975, pág. 308).

Simmel distinguiu quatro tipos de conflito: a guerra; lutas feudais ou facções; litígios; conflitos de ideais impessoais.

"A guerra é praticamente universal na vida primitiva. As relações entre tribos são quase sempre marcadas por hostilidade. Nas condições de vida primitiva, antes do desenvolvimento do comércio interterritorial, a guerra proporciona o meio quase exclusivo de contactos entre os grupos estrangeiros; enquanto perdura a paz, os grupos permanecem indiferentes entre si. A guerra, nesse caso, embora de carácter dissociativo, tem um nítido efeito associativo. Embora a guerra possa ser atribuída a um impulso antagónico, profundamente arraigado no homem, como afirmou Simmel é necessário um objectivo definido para que essa atitude a floresça à superfície. Em outras palavras, o impulso antagónico parece reforçar um conflito engendrado por interesses materiais, mas também serve de fundamento ao conflito.

O segundo tipo de conflito, a luta feudal ou facção, é uma forma de guerra intragrupal. Baseia-se numa alegação de injustiça feita a uma pessoa ou a uma família, o que é considerado pelo grupo como uma ameaça à sua unidade. A luta de facção assim engendrada pode ser continuada durante muito tempo e tornar-se extremamente aguda.

O terceiro tipo de conflito, o litígio, assume forma judicial. É uma luta travada por um indivíduo, ou grupo, para proteger direitos de propriedade. O conflito judicial é de tipo absoluto; as reivindicações são feitas com grande objectividade, e todos os assuntos alheios estão eliminados. Mesmo as mais fortes disputas envolvem alguns factores subjectivos, mas a controvérsia legal faz todas as tentativas para excluí-los.

Finalmente, no conflito de ideias impessoais, a luta é separada das pessoas que a travam. Por ser este tipo de luta travado por indivíduos, não por si mesmos mas por um ideal, a luta, muitas vezes, assume carácter extremamente violento e impiedoso. Já que os litigantes não têm consideração por si próprios, não a têm para com os outros, e tendem a justificar todos os meios para conseguir seus fins. Além disso, como salientou Simmel, desde que a vitória beneficie apenas a causa, e não o indivíduo, a luta assume grande respeitabilidade. Exemplos deste tipo de conflito são as campanhas dos socialistas e comunistas por uma or

dem mundial melhor, os esforços de um grupo minoritário para conquistar e reconquistar a liberdade, o trabalho dos missionários, inspirados pelo zelo religioso, para difundir sua crença num "verdadeiro" Deus.

Como no caso da competição, o conflito tem efeitos dissociativos e associativos, e resultados negativos e positivos. Os resultados do conflito intragrupal, são, em grande parte, negativos, por diminuírem o moral e enfraquecerem a solidariedade do grupo. Nos conflitos de companheirismo são incrementados. O conflito que envolve acções hostis e guerra pode destruir vidas e propriedades insubstituíveis, mas o maior perigo pode ser psicológico e moral". (S. Koenig, op.cit. 310-311).

Como processo social, o conflito é uma relação humana recíproca na qual participam as duas partes.

2.2.2. Oposição é um processo social em que os parceiros (pessoas ou grupos) tendem, de modo contínuo, a impedir a outro de conseguir determinado objectivo, sem contudo desejarem atingir esse fim em si mesmo. É necessariamente uma relação social porque há sempre dois termos do processo, embora não estejam os dois igualmente empenhados.

A oposição, pode, por vezes, inserir-se num contexto de cooperação. Dois ou mais sectores do parlamento, que finalmente devem encontrar alguma forma de cooperação geral para bem do país, empenham-se frequentemente num processo de oposição. Os partidos políticos são indispensáveis uns aos outros e devem, sob muitos aspectos, coordenar a sua acção, mas sob muitos aspectos opõem-se. A oposição pode tomar muitas formas: manifesta nas práticas delatórias, na denúncia, nos boatos, etc.. O uso de estereótipo, especialmente o facto de sublinhar as características negativas duma pessoa ou de uma categoria social, é instrumento muito comum de oposição mais ou menos declarada. Todos estes exemplos se caracterizam pelos esforços que faz cada uma das partes para impedir a outra de conseguir um objectivo sem destruir o outro ou sem atingir o objectivo para si.

2.2.3. Competição é um processo social, pelo qual duas ou mais pessoas ou colectividades, se empenham por conseguir o mesmo objectivo. É uma forma de interacção universal e permanente pela qual indivíduos e grupos procuram apoderar-se de recursos materiais ou de posições sociais, que geralmente existem em quantidade inferior às pretensões dos concorrentes.

A competição pode provocar a rivalidade e diversas formas de luta. É no domínio econômico que a competição é mais frequente e estimulada, por os bens serem escassos e a sua posse, por um indivíduo ou por um grupo, excluir automaticamente a posse de outros. A competição política visa o acesso ao poder político e ocasionalmente, a luta para se manter nele. A competição social dá-se quando os indivíduos ou os grupos entram em rivalidade para obter tal estatuto social, tal papel ou posição social. Fala-se também em competição profissional, cultural, etc.

A competição é mais frequente numa sociedade dinâmica e, em geral é considerada como vantajosa para o bem comum (curso, não apadrinhamento). As suas funções são várias: satisfação de necessidades e de desejos, selecção social, progresso, prestígio, etc.

A competição é geralmente, se bem que não sempre, submetida a regras, ainda que não necessariamente escritas. Pode, em determinadas circunstâncias, transformar-se em oposição ou conflito. Mantida nos estritos limites competitivos é apenas um processo dissociativo e integra-se bem num processo de cooperação.

São vários os autores que se têm interrogado sobre os factores que determinam a competição (concorrência). Gillin em Cultural Sociology, diz-nos que são dois os factores que podem inclinar uma sociedade a ser mais competitiva do que cooperativa: o sistema de valores e a estrutura social. Esses dois factores em geral são interdependentes e influenciam-se mutuamente. "A competição será mais intensa quando o sistema de valores é tal que o êxito é medido em termos de realizações pelo esforço individual, e quando as necessidades básicas ou desejos dos indivíduos (como a necessidade de novas experiências, segurança e reconhecimento) são procuradas individualmente, e acredita-se que seja mais fácil atingi-las pelo empenho individual. Nessa sociedade considera-se a competição um ideal que permeia todos os aspectos do pensamento do povo, inclusive sua religião. A frase "Deus ajuda quem cedo madruga" resume esta atitude. Por outro lado, numa sociedade em que os indivíduos podem efectivar as suas necessidades básicas pela cooperação com os outros, pelo trabalho em prol do bem grupo em geral, a competição será fraca". (Koenig, loc.cit. pág. 306).

Reportando-se às vantagens que possa oferecer a sociedade de tipo competitivo ou cooperativo, reconhecem os autores que

a competição realiza muitas funções úteis na sociedade, especialmente a de colocar os indivíduos no seu devido lugar no sistema social. A alternativa seria o status hereditário. Por exemplo Cooley afirmou no seu livro Sociological Theory and Social Research, que a competição implica contacto social e, quando se realiza de maneira leal, resulta em melhor compreensão mútua, e mesmo simpatia, pois os competidores procuram compreender os pensamentos e comportamentos dos outros. A competição leal conduz ao progresso económico e social e mesmo ao bem-estar geral, pois incita os indivíduos e grupos a empenhar o melhor dos seus esforços.

A competição pode, também, ter efeitos desintegrativos quando não é controlada. Podem ser os indivíduos faltos de escrúpulos, desprovidos de méritos os que triunfam, enquanto que os honestos fracassam. O problema que se põe, não é o de eliminar a competição mas o de a controlar para assegurar as suas vantagens, isto é, a liberdade pessoal, a iniciativa e originalidade e, ao mesmo tempo, dirigi-la para que resulte em benefício de toda a comunidade.

Ogburn e Nimkoff depois de analisarem as vantagens oferecidas pelas sociedades competitivas e cooperativas concluíram "que uma sociedade competitiva dá melhores oportunidades ao indivíduo de satisfazer seus desejos de novas experiências e reconhecimento, enquanto uma sociedade cooperativa lhe dá uma possibilidade melhor de alcançar segurança e prestígio social. Caso estes dois últimos desejos sejam considerados mais fundamentais para a felicidade e bem-estar do indivíduo - e muitas pessoas teriam essa opinião - pode-se dizer que uma sociedade cooperativa, permanecendo todo o resto igual, pode oferecer maiores vantagens ao indivíduo. A experiência e o reconhecimento que, supostamente, são alcançados através de um dispêndio enorme de energia e esforço, e um número considerável de indivíduos sucumbe nessa luta. Ogburn e Nimkoff concluíram que a competição é inegavelmente uma eficiente força motivadora, mas a cooperação pode ser igualmente eficiente. Numa cultura altamente competitiva disseram eles, os indivíduos tendem a considerar a competição como a única maneira natural de induzir pessoas a alcançar seus objectivos. Mas os observadores das sociedades cooperativas têm revelado a cooperação pode ser igualmente natural, se é a maneira aceite de agir" (Koenig, op.cit. pág. 308).

3. *Complexidade dos processos sociais*

Nenhum dos processos sociais se encontra, durante muito tempo, numa sociedade na forma simplificada em que foi descrito. O conflito apresenta sempre cambiantes de competição porque os adversários lutam por algo mais do que a destruição mútua. Por outro lado, o conflito e a competição implicam sempre uma forma de oposição, etc.. Apesar de tudo, nunca se poderá tomar uma coisa por outra.

Em segundo lugar, por os processos sociais ultrapassarem o conteúdo específico dos papéis, pode gerar-se uma certa confusão na mente do principiante.

O mesmo papel pode ser executado ora em forma de cooperação ora em forma de competição. Do mesmo modo, a influência da cultura é factor importante para determinar as formas em que um processo social é avaliado numa sociedade. "Os valores sociais significativos de um povo de terminam, por exemplo, se se dá mais importância à competição do que à cooperação ou em que medida tal ou qual classe ou minoria é admitida a participar nos processos sociais. A cultura determina as regras e os limites dos diversos processos e também o valor dos objectivos a propósito dos quais o processo se desenrola. Um boschiman, por exemplo, pode compreender a competição e mesmo o conflito a propósito dos direitos sobre o alimento e sobre a caça, mas não sobre os jazigos de petróleo, sobre minas de carvão ou de ouro. Os valores da cultura explicam a diferença" (Fichter, 247).

LEITURAS

1. - FICHTER, *op. cit.*, cap. X.
2. - KOENIG, *Elementos de Sociologia*, cap. XVII
3. - COSER, Lewis A., *Las Funciones del Conflicto Social*, Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 1961, cap. IV e V.

CAPÍTULO VIII - Instituições Sociais

Nos capítulos anteriores vimos que o indivíduo, conscientemente ou não, se refere a modelos de comportamento apreciados no seu meio e que lhe permitem comunicar mais facilmente com os outros, pessoas ou grupos. Avançando mais, podemos verificar que os grupos concretos, sem nenhuma ligação uns com os outros, seguem modelos comuns, que variam de uma sociedade para outra, mas que no seio da mesma sociedade global se impõem em larga medida a todos os grupos que desempenham funções semelhantes. A estes modelos, damos o nome de normas institucionais.

A palavra instituição, usa-se frequentemente em sentido não sociológico, ouvimos dizer que um café ou lugar de reunião de bons conversadores ou de políticos das esquerdas ou das direitas, se tornou uma instituição como ouvimos falar de uma instituição de ensino, de uma universidade, de um colégio, etc. E até por vezes se diz de certas pessoas que são uma instituição.

"Como as instituições acabam por ser tudo o que foi socialmente estabelecido, isto é, que mereceu o consenso social, não é exagero nenhum dizer-se que, por exemplo, uma velha árvore de copa frondosa a cuja sombra se acolhem os notáveis de determinada povoação para viver, dialogar, julgar, justiça, negociar, etc., é uma instituição. Pode-se mesmo ir mais longe, na companhia segura de Mac Iver e Mc Clung Lee, afirmando que "as pessoas também são assim consideradas, como por exemplo o porteiro de confiança, que com certa aspereza amável, vigia muitas gerações sucessivas de alunos no velho edifício colegial", onde permanece durante muito tempo enquanto outros somente de passagem. Isto porque - observa Mc Clung Lee - "o termo instituição aplica-se àqueles aspectos da vida social que sobrevivem às gerações biológicas ou superam mudanças drásticas em que tudo indicava ter chegado o seu fim". (GONÇALVES, J. Júlio. Sociologia, II, pág. 58).

Apesar do que fica escrito, em Sociologia, o termo usa-se em sentido mais restrito. Define-se instituição como uma configuração ou combinação de modelos de comportamento, papéis e processos sociais a que uma pluralidade de pessoas se submete na satisfação das necessidades sociais fundamentais.

Mac Iver and Page dá a seguinte definição sintética: "Institutions defined as established forms of procedure".

Barnes. "The social structure and machinery through which human society organizes, directs, and executes the multifarious activities required to satisfy human needs". Ogburn: "caminhos estabelecidos e organizados para satisfazer certas necessidades humanas básicas".

Toda a instituição tem as suas normas, as suas actividades próprias, o seu pessoal e o seu aparelho material, porque está destinada a satisfazer necessidades (tem uma função).

1. *Notas distintas das Instituições*

As instituições são caracterizadas pelas seguintes notas:

- a) têm sempre uma ou mais finalidades (funções);
- b) são permanentes: a vida social organizada seria impossível se cada dia variasse o modo de atingir as principais finalidades sociais (o que não quer dizer que não haja um processo de evolução);
- c) são reguladas, aprovadas ou, ao menos, toleradas pela sociedade;
- d) são organizadas ou estruturadas; existe uma sequência de operações que de modo habitual implica diversos esquemas de comportamento, papéis complementares inter-relacionados;
- e) toda a instituição forma uma totalidade, ao menos relativa, determinada pela finalidade a prosseguir;
- f) supõem um aspecto normativo e sanções, porque são sempre carregadas de valores.

A partir de todas estas características, Fichter dá a seguinte definição de instituição: "estrutura relativamente permanente de padrões, papéis e relações que os indivíduos realizam segundo determinadas formas sancionadas e unificadas, com o objectivo de satisfazer necessidades sociais básicas".

2. *Instituições e Grupos*

As instituições e os grupos são realidades que não devem ser confundidas. "Quando os homens se querem unir entre si pelos laços de uma associação, devem estabelecer os fins dessa associação e os meios que serão necessário usar para conseguir tais fins. Há portanto de

um lado a associação e de outro os procedimentos "instituídos" para realizar a finalidade associativa. Os membros fazem parte da associação, mas não fazem parte dos procedimentos instituídos. Estes impõem-se-lhe, quer em virtude da convenção que fizeram, quer porque são praticamente necessários à realização da finalidade associativa.

Chamaremos portanto instituições: a forma estabelecida de procedimento ou funcionamento de um grupo social.

Esta distinção é fácil de estabelecer; a família é uma associação; o casamento é uma instituição". (Virton, II, 270),

Há no entanto casos em que a distinção é mais difícil, porque os fins e os meios se interpenetram. Mac Iver para estes casos dá a seguinte regra: "se pensamos num procedimento, estamos frente a uma instituição... se estamos frente a um agrupamento (colectividade) então trata-se de uma associação. "Toda a forma ou meio de funcionamento é uma instituição. Com frequência as instituições têm necessidade de grupos que prossigam as suas finalidades. Nem todos os grupos por outro lado são institucionalizados, porque nem todos são aprovados pela sociedade (gangs de marginais). É frequente entre os políticos falar-se de institucionalização de regimes (aspirações à sobrevivência) quando se pretende encontrar formas de ordenamento para gerir a coisa pública independentemente das pessoas que em determinado momento desencadearam um movimento ou um estado novo de coisas (reparar na expressão tantas vezes usada de institucionalização da Democracia).

3. *Funções e Disfunções das Instituições*

A função ou disfunção das instituições, deve considerar-se em relação à coesão e progresso da sociedade global. Tais funções (ou utilidades) podem ser manifestas ou latentes, positivas ou negativas.

3.1. *funcionalidade positiva das instituições*

- a) as instituições simplificam o comportamento social do indivíduo. Para cada caso particular, ele não terá de se pôr a pensar como comportar-se, visto que as instituições a que se habituou durante o processo de socialização lhe fornecem modelos aptos para todas as circunstâncias.

tâncias. O comportamento social é, em muitos casos, automático pelo facto de as maneiras de agir estarem institucionalizadas;

- b) proporcionam aos indivíduos formas já feitas de relações e papéis;
- c) actuam como factor de coordenação e estabilida de para o conjunto da cultura. As instituições maiores permanecem estáveis mesmo nas culturas dinâmicas;

3.2. *a funcionalidade negativa das instituições*

- a) a principal disfuncionalidade é serem por vezes obstáculo à mudança e ao progresso, mantendo uma tendência ao anquilosamente, rigidez e conservadorismo. Assim se pode verificar o esforço por conservar as formas quando os valores que elas representam já desapareceram, ou então conservar valores que já não dizem nada às pessoas;
- b) em certos casos podem frustrar a personalidade individual, considerando como desviados os que resistem ao controle das instituições;
- c) podem fazer diminuir o sentido da responsabilidade, levando à rotina e ao conformismo.

Enunciadas brevemente as funções e disfunções das instituições, facilmente se pode concluir de utilidade do seu estudo.

4. *Universalidade e variabilidade das instituições*

Em todas as sociedades existem utilidades e necessidades fundamentais que, para serem satisfeitas exigem as instituições (maneiras ordenadas). Note-se, no entanto que a semelhança na função ou na finalidade não implica semelhança nos modelos sociais, nos processos, nos papéis e na estrutura das instituições.

Encontramos factores de variabilidade como sejam a adaptação, opção, etc.. Acontece que por vezes, numa cultura, uma instituição

satisfaz necessidades que noutras culturas exigem instituições diferentes: por exemplo, as necessidades religiosas, familiares, económicas, jurídicas e políticas, eram todas satisfeitas pela família clânica. A especificação das instituições implica multiplicação de papéis. Resumindo: embora haja maneira estabelecidas para, isso não quer dizer que sejam iguais.

5. *Classificação das Instituições*

A pesquisa sociológica sobre as normas institucionais, supõe que se observam, classificam e comparam, as instituições. Podemos classificar todas as instituições de uma cultura em instituições maiores e instituições menores: as instituições maiores, sob uma ou outra forma, encontram-se em todas ^{as} sociedades pelo facto de satisfazerem as necessidades sociais fundamentais; as instituições secundárias são modos particulares de produção, recreio, etc., que naturalmente estão relacionadas com as instituições maiores.

Entre as instituições maiores podemos enumerar: a familiar, a educativa, económica, política, religiosa, recreativa.

- a) A instituição familiar é a instituição que regula - menta, estabelece e estandardiza as relações sexuais e a reprodução humana; a sua forma mais difundida é a monogâmica. Como subinstituições podemos contar o noivado, o matrimónio, o cuidado dos filhos, etc.
- b) Instituição Educativa é fundamentalmente o processo de socialização que se processa de maneira informal na família, e de maneira formal no dispositivo complexo de educação criado pela sociedade (escolas, exames, graus).
- c) Instituição Económica é a configuração de modelos esquematizados graças aos quais a sociedade é provida de bens materiais e de serviços (produção, distribuição e consumo).
- d) Instituição Política tem em vista a satisfação da necessidade de administração geral e de ordem pública das sociedades. Compreende muitas subinstitui -

ções, como o sistema legislativo, a polícia, o exército, as formas de eleição ou nomeação de cargos públicos, as relações diplomáticas com países estrangeiros.

- e) Instituição Religiosa satisfaz a necessidade social fundamental do homem como ser relacionado com Deus. Expressa-se nas crenças e formas de culto. Compreende sistemas morais e éticos que indicam o carácter bom ou mau dos modelos de comportamento, tanto externos como conceituais.
- f) Instituição Recreativa satisfaz a necessidade social de esparecimento físico e mental. Como instituições subsidiárias podemos enumerar, os jogos, os desportos vários, a dança, a arte, a música, a pintura e teatro...

Como conclusão notemos que as instituições de base se encontram em todas as sociedades, ainda nas mais primitivas segundo o nosso ponto de vista. O facto da sua existência é um argumento em favor da sua necessidade. Há contudo uma grande variedade no modo de satisfazer essas necessidades de base, como poderá observar quem viaja. Assim nos devemos precaver contra toda a espécie de etnocentrismo.

6. *A rede das instituições*

Na vida quotidiana todas as instituições estão relacionadas entre si. A mesma organização ou o mesmo grupo podem promover finalidades de diversas instituições e consequentemente serem regulados por elas.

As instituições funcionam em interdependência o que se manifesta de diversas formas, sobretudo nas grandes e complexas sociedades industriais. Uma perturbação de ordem económica pode ter repercussão em todas as outras instituições, exemplo a crise de 29. De tal interdependência segue-se também a dificuldade de assinalar cada subinstituição a uma instituição determinada. O homem é uma personalidade total e complexa que extravasa os moldes das instituições. Há por exemplo certas modalidades atléticas que podem ser consideradas como desportivas ou como económicas.

Interpenetração e interdependência, não quer, necessariamente, dizer cooperação. Por exemplo, a instituição econômica tem como objectivo o lucro, e a caritativa o bem-fazer; por isso a pessoa que quizesse obter a finalidade das duas com os mesmos métodos, sentiria em breve a incompatibilidade de tal desiderato.

7. *Instituições Sociais e Sanções*

As instituições devem pelo menos ser toleradas pela sociedade global. Contudo é certo que nem todas recebem o mesmo grau de aprovação. Concede-se o 1º lugar na ordem do prestígio a uma ou outra instituição, segundo as preferências culturais, as necessidades materiais, etc.

A hierarquia entre as instituições varia no espaço e no tempo. A instituição principal é classificada por Fichter de central (pivotal). Os Romanos e, possivelmente, as nações latinas do nosso tempo, prestigiam mais a instituição política; os Indianos, a religiosa; os Americanos a instituição econômica.

As instituições estão pois colocadas, segundo uma certa escala de valores em todas as culturas. No entanto as maiores são sempre mais importantes do que as subsidiárias. A principal, como dissemos, chama-se axial ou central. O seu grau na escala depende da sanção positiva ou negativa da sociedade, isto é, da aprovação ou desaprovação. Com frequência, uma pessoa terá de sacrificar instituições subsidiárias à axial.

Convirá ter em conta que existem numa sociedade normas institucionais e normas jurídicas. As primeiras estabelecem-se espontaneamente enquanto que as segundas são o resultado duma escolha feita pela sociedade política e impostas por meio de sanções que geralmente ultrapassam os meios de que os indivíduos dispõem. Exemplo: concorrência na vida econômica: 1º muitas unidades; depois integração em trusts, carteis, etc., finalmente actuação da sociedade política para disciplinar tal tendência. Pode dar-se o caso de existir uma espécie de tensão e dialética entre o institucional espontâneo e o institucional jurídico.

A norma institucional pode ainda tornar-se norma moral duma sociedade quando um número suficiente de membros dessa sociedade perfilha a ideia de que se deve agir assim, mesmo se os seus interesses

ou prazer os inclinassem para procedimentos diversos.

A passagem da norma institucional espontânea a norma institucional com caracter moral faz-se sob múltiplas influências das quais grande número são de caracter social ou educativo.

Designa-se por institucionalização o processo de regularização e padronização sancionado numa sociedade.

8. O Estudo das Instituições

O estudo das instituições exige em 1º lugar observações e classificação. Para uma classificação metódica das instituições poderão fazer-se 4 perguntas.

- qual a sua área geográfica?
- que função desempenha na vida social?
- desde quando têm a forma actual?
- que importância lhe é dada na vida social?

A classificação geográfica faz-se marcando no mapa os diversos pontos em que uma norma institucional se encontra. Assim se fizeram mapas da monogamia, do politeísmo, das diversas línguas, etc.. A classificação funcional consiste em relacionar as normas institucionais de formação e funcionamento dos grupos sociais com as diferentes instituições superiores da vida em sociedade em que esses grupos participam (são económicas? familiares?).

Poderá ainda adoptar-se uma classificação histórica estabelecendo a cronologia do seu aparecimento ou quando assumiram tal forma, quando se operou determinada mudança? etc.

Finalmente a classificação segundo a importância, pode ser absoluta ou relativa às outras motivações. Será uma classificação absoluta se a instituição for considerada em si mesma e acharmos à sua frequência em grupos ou sociedades semelhantes (frequência do casamento com comunhão de bens etc) ao valor social (os que adoptam tal procedimento julgam-no indispensável? útil? equivalente a outro qualquer? etc.) à pressão social que se exerce em ordem a obter a conformidade.

LEITURAS

1. - FICHTER, *op.cit.* cap. XI
2. - F. ZNANIECKI, "*Organisation Sociale et Institutions*" in *La Sociologie au XX Siècle*, pags. 174 e segs.
3. - H.M. JOHNSON, "*Sociology*", pág. 19-22.
4. - BROOM and SELZNICK, *Sociology, A text with adapted Readings*, Peterson, 1955, cap. 2, 7, 11.
5. - VIRTON, *Les Dynamismes Sociaux*, tome II, cap. XI, pág. 268 e segs.
6. - W. ANDERSON, *Uma Introdução Sociológica*, Zahar editores, Rio, 1971, cap. 9.

CAPÍTULO IX - A Cultura

Pelo facto de viver em sociedade, o homem possui uma cultura. Aqui entendemos a palavra cultura num sentido técnico que é mais compreensivo que o vulgarmente usado em linguagem não técnica.

Com Birou podemos fixar o seguinte:

1) quando a palavra cultura se aplica a um homem, pretende qualificar o seu grau de formação, instrução ou ainda os cuidados dispensados ao espírito ou às ocupações do espírito;

2) quando o termo é utilizado em antropologia, etnologia ou sociologia, tem sentido bastante diferente. Trata-se de tudo o que numa sociedade é adquirido e aprendido, e pode ser transmitido. A cultura, por tanto diz respeito a toda a vida social, abarcando tanto a tecnologia como a organização institucional, as formas de expressão da vida do espírito, os valores, etc..

À ciência que estuda as diversas culturas, chama-se, antropologia cultural e por vezes etnologia.

1. Civilização e Cultura

Tem-se discutido muito acerca da distinção ou identificação destes dois conceitos. De modo geral podemos dizer que os alemães tendem a afirmar a distinção, os anglo-saxónicos a identificação, e os franceses oscilam entre uma e outra posição.

1.1. Quando se identificam

1.1.1. civilização: a origem e o significado primeiro do termo civilização, foi o de "tornar civil". Usado pela primeira vez no século 18, pode significar três coisas: o primado da vida social sobre a vida solitária (Taylor: graus de evolução social = estado selvagem, estado barbaro e estado de civilização); o primado da vida da cidade sobre a vida do campo; o primado do homem polido pela cultura sobre o barbaro ou selvagem.

Tomado em sentido global, e não enquanto contraposto a cultura, o termo civilização integra 6 elementos:

1. a geografia: solos, riquezas naturais, clima, meios de comunicação;

2. a técnica: a arte de dominar a natureza que pode

ir dos meios mais elementares aos instrumentos mais complicados para a de-
sintegração do átomo ou para a imitação do trabalho do cérebro humano;

3. a organização social: desde o núcleo familiar às
formas mais altas e complexas da vida religiosa e política;

4. a cultura: as condições do mundo e da vida ex -
pressas em ideias, formas, estilos, sentimentos;

5. a dinâmica interna: a acção e reacção dialéctica
de todos estes elementos uns sobre os outros de modo a constituírem uma
história ou um conjunto vivo dotado de originalidade e coerência;

6. a dinâmica externa: as relações com as outras so-
ciedades através do comércio, das guerras, das alianças, do domínio, da
servidão, da importação ou exportação de formas, de ideias, de estilos de
vida.

A diversidade e a complexidade destes 6 elementos
tornam o estudo das unidades a que chamamos civilizações, muito árduo.

1.1.2. Cultura: Este vocábulo de raiz latina signi-
ficava primitivamente três coisas: "aquilo que faz com que o homem seja
um homem; a preocupação do homem pelo homem no sentido da sua mútua vincu-
lação; aquilo pelo qual o homem se torna verdadeiramente homem, a sua for-
mação ou educação" (M. Antunes, loc.cit.). Aplicava-se a domínios tão di-
versos como os campos, as letras, a amizade (colere agros, litteras, ami-
citiam).

Originariamente pois designa a acção que o
homem exerce sobre si mesmo ou sobre o seu meio para o tornar melhor. Po-
demos distinguir nele o sentido subjectivo-activo (como realidade vivida)
indicando a formação do homem como homem, a educação das suas faculdades
corporais, intelectuais, morais e religiosas. Neste sentido define Linton
cultura: "a totalidade de comportamentos dos membros de uma sociedade en-
quanto que estes comportamentos são aprendidos e partilhados"; em sentido
objectivo-passivo pode designar os meios para actualizar ou realizar as
potencialidades humanas, entre os quais se destacam as grandes produções
intelectuais do passado (tradição); pode ainda designar as obras realiza-
das, como resultado dado e adquirido. Neste sentido fala Kroeber-Klukhron
"do conjunto de atributos e de produtos das sociedades humanas e do gêne-
ro humano, por conseguinte extra-somáticos e transmissíveis por meios di-
ferentes da hereditariedade biológica e que faltam essencialmente nas es-

pécies sub-humanas tanto quanto são características da espécie humana, enquanto esta se agrega em sociedades".

Nesta concepção, uma cultura é a totalidade de elementos materiais e não materiais, formada por tudo o que ao longo do tempo, os indivíduos e os grupos criaram, em todos os domínios onde se manifesta a acção criadora (e transformadora) do Homem, desde que esses elementos se conservem, sejam amplamente partilhados e assumam dentro da sociedade um significado de verdade, valor ou utilidade. Mais sucinta - mente; uma cultura é tudo o que o Homem acrescentou à natureza física, biológica e humana e da qual uma sociedade é portadora:

1.2. Quando se contrapõem cultura e civilização, por civilização pretende-se significar o conjunto dos elementos materiais, as realizações técnicas e a forma de organização social duma sociedade; por cultura, o conjunto de formações espirituais, criações literárias e artísticas, as ideologias dominantes que constituem uma realidade original própria de um povo ou de uma época.

Conclusão: Com Ralph LINTON afirmamos não existirem "sociedades, nem indivíduos sem cultura. Toda a sociedade possui uma cultura, por muito simples que seja, e todo o ser humano é culto, no sentido de ser portador de uma determinada cultura".

A cultura não deve ser concebida somente como um conjunto de resultados da acção criadora dos homens; deve encarar-se também como uma força modeladora da vida humana individual e social.

2. Pessoa e Cultura

Pelo facto de viver em sociedade o homem deve integrar a cultura própria dessa sociedade. A este processo chama-se socialização. Pode pois dizer-se que a cultura é transmitida por herança social e que marca os indivíduos.

A cultura é como que uma espécie de molde, em que são colocadas as personalidades dos indivíduos. Esse molde propõem-lhes modos de pensar, de expressar os sentimentos, de organizar a vida e a sociedade. Cada novo ser que vê a luz do mundo encontra-se situado no espaço e no tempo, num meio social que o vai afeiçoando à sua imagem. Está orientado a gostar de certos alimentos, a comê-los de certa maneira, a ligar

certos sentimentos a determinadas cores, a namorar e casar segundo um ritual particular, a rir a gesticular em determinadas circunstâncias, a chorar os seus defuntos segundo determinado cerimonial. Se logo após o nascimento a mesma criatura fosse levada para uma cultura muito diferente gostaria de outros alimentos, comeria de maneira diferente, ligaria os mesmos sentimentos a outras cores, namoraria e casar-se-ia segundo um ritual diferente, etc..

Apesar de tudo o que fica dito, a cultura é dotada de flexibilidade suficiente para possibilitar adaptações individuais; cada pessoa assimila a cultura a seu modo. Porém a flexibilidade do modelo cultural encontra-se sempre dentro de determinados limites; ultrapassá-los seria tornar-se marginal na sociedade de que se é membro ou então passar a outra sociedade.

Podemos concluir que a cultura dá uma forma à personalidade (informa-a) que lhe permite conviver, no seio de uma sociedade.

São igualmente de relevar as influências do meio que podem ser tão profundas que criem subculturas dentro da cultura total (campo-cidade; categorias socio-profissionais, etárias, etc.). A modificação da cultura de uma pessoa ou grupo por assimilação de traços culturais de um grupo diferente chama-se aculturação.

Quando se passa de uma para outra cultura sofre-se todo o complexo de solicitações que põe em causa a própria cultura (problema de aculturação dos emigrantes). "O penetrante influxo cultural observa-se mais ao vivo nos que fazem uma visita ou emigram para uma sociedade de cultura diferente da sua.

A barreira do idioma é frequentemente um obstáculo para compreender a cultura estrangeira; mas um obstáculo muito mais profundo surge no facto de serem diferentes os costumes das pessoas. O modo de pensar e de fazer as coisas, os valores culturais e as formas de relação são difíceis de compreender e de aceitar. Gerações inteiras de emigrantes mantiveram-se como pessoas culturalmente "marginais" até ao fim da vida. Um estrangeiro raramente chega a perder, se é que alguma vez os perde, os vestígios da cultura em que originariamente foi socializado.

A cultura total contém necessariamente as instituições básicas superiores, no familiar, educativo, económico, político, recreativo

e religioso. Dado que toda a sociedade há-de possuir os grupos principais de pessoas que se associam para a satisfação das suas necessidades sociais básicas, estes grupos usam necessariamente modos institucionalizados de comportamento. A sub-cultura, que num sentido mais amplo, é uma grande variação dentro da cultura superior, contem estas instituições básicas (Fischer, pág. 284).

Os indivíduos que conseguiram uma cultura mais reflexiva por integração das obras culturais, entram mais facilmente numa outra cultura, por terem mais vivo o sentido do pluralismo. Note-se que o homem não só é influenciado pela cultura; é ele mesmo criador da cultura.

3. *Áreas Culturais*

Define-se área cultural como o espaço geográfico em que predomina uma cultura. Não se trata pois de fronteiras políticas ou nacionais. Sabemos bem que, mesmo em países antigos diferentes se podem encontrar culturas idênticas (países da América Latina; Portugal/Brasil, etc).

Frequentemente se toma área cultural como um território relativamente pequeno que adopta os mesmos modelos de comportamento, mas diferentes dos da sociedade global. As diversas regiões de um mesmo país com velhas tradições, representam áreas culturais ou sub-culturais.

O conceito de área cultural tem especial interesse para o estudo dos povos chamados primitivos. Poderemos distinguir tantas áreas culturais quantos os critérios usados na observação. Se usarmos o critério geográfico teremos: a área ártica, subártica, alpina, ardina, tasma noide, etc., se tomarmos o critério social e religioso teremos: a área matriarcal, patriarcal, sinoide, indoide, totêmica, islamóide, etc.; se o critério adoptado forem as armas, então encontraremos: a área do boumerangue, do arco, do propulsor, etc.; se a organização da economia, teremos área dos recolectores, pastores, caçadores, etc..

"Se é certo que cada indivíduo é um portador de cultura, nenhum o é de toda a cultura; a participação nesta, faz-se a diferentes níveis. Um camponês analfabeto e um diplomado por uma escola superior participam de facto, na mesma cultura; mas em níveis muito diferentes. Por outro lado, o próprio conteúdo da cultura comum à generalidade dos indivíduos varia com o "meio social", com a classe, com a geração, com o sector de actividade, com a região, com a etnia e até com o sexo. Por exemplo:

uma é a cultura urbana outra é a cultura rural; uma a operária outra a burguesa; uma industrial outra a militar; uma a feminina outra a masculina . De modo que - por contraste de nível e (ou) de conteúdo - a Cultura global aparece, na verdade, diferenciada de sub-culturas. O que significa que a sociedade nos aparece assim dividida em sectores - justapostos ou entrecruzados - onde os comportamentos individuais ou colectivos, as atitudes, as motivações, as ideias e as normas sociais, sendo modeladas por diferentes subsistemas culturais, são por isso mesmo diferentes de sector para sector, embora dentro de um esquema fundamental comum, que a Cultura global a todos propõe e impõe.

O sociólogo - mais ainda o psicólogo social - sabe que esta comunidade de esquema fundamental, esta personalidade básica e comum, se por um lado facilita a comunicabilidade superficial entre os indivíduos portadores de sub-culturas distintas, por outro dificulta a percepção profunda das disparidades intersubculturais. Por exemplo; o urbano em face do rural tem dificuldade de entender "como se pode ser rural", como se pode ser ao mesmo tempo, tão semelhante e tão dispar. E não vai facilmente à raiz cultural da diferença. Também na distinção entre masculino e feminino, ou entre o homem e a mulher, muito do que vulgarmente se atribui ao próprio sexo, ou à natureza, não é mais do que diferenciação subcultural, ou seja: imagem e normas criadas na sociedade, e nela e por ela mantidas" (Se das Nunes, op.cit.).

4. *Traços Culturais (elementos) e Complexos Culturais*

Traço ou nota cultural é um elemento próprio de uma cultura. O conjunto de todos os traços ou notas culturais, permite distinguir uma cultura e identificar o seu influxo noutra.

Os complexos culturais são redes de instituições que se agregam à volta de uma nota cultural. Formam uma instituição secundária . Por exemplo o complexo automóvel é a soma de todas as instituições derivadas da existência de automóveis. O mesmo se pode dizer do "complexo" futebol (com as equipas, totobola, transmissões televisivas, propaganda, etc.).

Devemos notar que noutros tempos os antropólogos definiam traço ou rasgo cultural, tanto material como não material, "como a unidade mínima de cultura". Do mesmo modo definiam complexo cultural como o "aglomerado de traços culturais que rodeavam a algumas funções sociais ins

titucionalizadas, enquanto que hoje usamos a expressão como sinônimo de instituição subsidiária". (Fichter, 285). Poder-se-ia falar de complexo do tobaco nas sociedades primitivas querendo com isso indicar não só o cultivo desse produto, como os seus variados usos sociais e cerimoniais.

Na medida em que todos os complexos são constituídos por modelos institucionalizados de comportamento, por papéis e relações sociais, são classificados como instituições subsidiárias.

5. Elementos Materiais de Cultura

Como dissemos, na cultura há um aspecto material e outro espiritual. Cada cultura cria instrumentos materiais para seu uso, como adopta ideias, crenças, usos e costumes, processos, instituições características.

Na prática, os dois aspectos andam ligados; não há geralmente cultura espiritual sem suporte material (a criação musical e os instrumentos, o mármore e a estátua).

Houve instrumentos ou utensílios que definiram uma cultura: o arado, a roda, os arreios para a tracção, a forma das casas. Em tudo isto se manifesta a cultura porque, tais instrumentos:

- são determinados pelas instituições próprias de uma cultura;
- são fabricados segundo esquemas particulares de acção;
- determinam muitas operações especiais e dão origem a complexos culturais;
- tornam-se símbolos de uma cultura: a idade da pedra, do bronze, do ferro.

Tais obras materiais com frequência se designam "items of culture" ou elementos de cultura, quer porque ela se expressa neles indirectamente quer porque os homens pretenderam reflexamente neles expressar as suas ideias e valores.

"A cultura é integrada por elementos ou traços culturais. Estes são ^{os} mais simples elementos integrantes". É o caso de uma ideia (cultura espiritual) ou de uma canga de carro de bois do Minho (cultura material). Por sua vez os vários elementos ou traços combinados entre si dão origem ao que costuma chamar-se: complexos culturais. Exemplo: o conjunto

tão característico de elementos culturais que informa o Alentejo (touro , campino, toureiro, lesíria, fandango, etc.).

A associação de complexos culturais, quando conduz um grupo social a determinada forma cultural característica, gera os chamados padrões culturais.

Finalmente vários complexos culturais integram áreas culturais, isto é, regiões caracterizadas por certo estilo de vida (J. J. Gonçalves, II, 21).

Os instrumentos e as técnicas interpostos entre as pessoas e o ambiente natural, afectam profundamente os modelos de comportamento.

Uma cultura está sempre em movimento, tanto em relação aos seus componentes internos, como em comparação com outras culturas. Nem todos os elementos, no entanto, se movem com o mesmo ritmo, podendo dar-se atrazo de uns em relação a outros. A este facto deu Ogburn o qualificativo de "atrazo cultural" (cultural lag). Na teoria do atrazo cultural parecem estar implícitos 3 axiomas:

1. os elementos da cultura dividem-se ^{em} duas categorias : os materiais e não materiais (residuais);
2. os elementos materiais mudam com facilidade;
3. a inovação nos elementos não materiais não se verifica com a mesma rapidez e evidência.

Destes axiomas se segue que certas instituições pertencentes à cultura não material, podem estar em atrazo em relação ao estado de progresso de certos elementos da cultura material. Por causa do seu atrazo tais instituições são disfuncionais e fonte de tensões sociais.

A expressão "atrazo cultural" implica o juízo de valor, mas note-se que só depois de se definir em que consiste o progresso numa sociedade determinada se pode falar de atrazo. Se pelo contrário se usa a expressão, tomando como norma a simples mudança ou a rapidez da mudança então diminui a conotação negativa. Por exemplo, na maioria dos países ocidentais, operou-se uma mudança rápida nos procedimentos tecnológicos, industriais e mecânicos. Isto significa que a instituição económica é a parte da cultura que se moveu com maior dinamismo e que a distância que media entre ela e as outras instituições constitui um atrazo.

6. *Classificação das Culturas*

As culturas podem classificar-se da mais simples à mais complexa; da mais estática à mais dinâmica. No entanto a classificação mais funcional parece ser a feita a partir da instituição dominante ou central. Assim poderá haver culturas que se designam por comerciais ou industriais pela importância dada às instituições económicas; outras dão o lugar central à família, à actividade política, etc.. O identificar a instituição dominante ajuda à compreensão duma cultura.

7. *Origem da Diversidade e Semelhança Cultural*

O homem é único, enquanto as culturas são diversas. Existem semelhanças entre as culturas. Todas as culturas primitivas e históricas, orais e escritas, tecnológicas e humanistas - apresentam uma certa unidade. É essa unidade que as torna acessíveis a homens de outras culturas por muito distantes que estejam no espaço e no tempo. Todos os povos têm os seus usos e costumes, a sua religião, a sua concepção do mundo e da vida, a sua técnica.

Não menos evidente que a unidade da cultura é a diversidade das culturas a testemunharem o enorme poder de inovação dos seres humanos. A semelhança e diversidade das culturas pode explicar-se:

1. por paralelismo, ou seja pelo desenvolvimento paralelo mas independente de uma característica cultural em duas culturas notavelmente separadas. A unidade da natureza explica a semelhança das reacções frente às dificuldades. As diversas invenções como a roda, o botão, o machado, os arreios, não consta que tenham sido feitas só numa área geográfica;
2. por difusão ou aculturação. Temos exemplo no emprego de certos produtos na alimentação, na adopção de costumes por influência estranha, etc..
3. por cisão de uma cultura em duas ou mais unidades (Portugal e Brasil, etc.).
4. por convergência de duas ou mais culturas (cultura árabe e cristã na Espanha; Cabo Verde, Goa, etc.).

"A difusão e a convergência de culturas são as formas de adaptação mais importantes no mundo moderno. A miscegenação de gentes de diferentes procedências aumentou enormemente por causa das migrações voluntárias ou forçadas. As gentes transportam consigo as formas de comportamento das culturas originais. Contudo mais importante do que a miscegenação física é a rápida comunicação de uma cultura a outra" (Fichter, 289).

8. *Funções da Cultura*

A função principal da cultura é reunir uma pluralidade de pessoas numa colectividade específica.

Ela constitui "o universo mental, moral e simbólico, comum a uma pluralidade de pessoas, em função e através do qual as pessoas podem comunicar entre si, reconhecem laços, vínculos, interesses comuns, divergências e oposições e se sentem, cada um individualmente e todas colectivamente, membros duma mesma entidade que as excede e a que se chama um grupo, uma associação, uma colectividade, uma sociedade". (Rocher, I, p. 219).

Quando homens de culturas diversas falam entre si, a compreensão, pode surgir pelo facto da hierarquia de valores ser diferente. Uma cultura em que a instituição central é religiosa dificilmente entende, uma cultura em que o valor supremo se atribue a actividade económica; o mesmo se poderá dizer numa cultura em que o valor supremo é a arte.

Podemos com Fichter dizer que a cultura:

1. Distingue uma sociedade de outra (ã semelhança da marca dos produtos). Caracteriza um povo de modo mais profundo do que a cor da pele ou as fronteiras físicas ou políticas;
2. Reune, contém e interpreta os valores de uma sociedade. Por ela se descobre o significado da vida individual e social; (estádios, igrejas, cinema);
3. Fornece as bases mais importantes da solidariedade : inspira a lealdade, dedicação e patriotismo;
4. Sistematiza o comportamento, de modo que a pessoa participa na sociedade sem necessidade de reaprender ou inventar constantemente as maneiras de fazer as

coisas. Relaciona entre si os indivíduos e os grupos;

5. É factor predominante da formação da personalidade social. Ainda que haja diferenças irreduzíveis entre as pessoas, contudo forma-se um fundo comum. Embora exista liberdade de opção somos tributários da nossa cultura de modo a poder falar-se de um tipo americano, francês, português, etc..

Cultura e sociedade estão estreitamente ligadas: as pessoas e os modelos culturais influenciam-se mútua e profundamente.

"Uma análise destas funções fará ver facilmente a enorme importância da cultura, não só para os indivíduos e os grupos dentro de uma sociedade, senão também para as relações de uma sociedade com outra. Podendo dizer-se que uma sociedade é o que a sua cultura a fez, sendo também verdadeiro o contrário: a cultura é o que a sociedade a fez. A cultura e a sociedade estão ligadas entre si, do mesmo modo que os modelos de comportamento estão constantemente sob influxo recíproco.

Existe um constante processo de adaptação entre uma e os outros".

A dupla função sociológica e psicológica da cultura só se compreende e explica verdadeiramente no contexto duma outra função mais geral e mais fundamental, aquela que permite e favorece a adaptação do homem e da sociedade ao seu meio ambiente e ao conjunto das realidades com que tem de viver.

9. *Estudo da Cultura*

O método de analisar a cultura consiste na observação sistemática dos vários elementos que compõem uma cultura determinada. As técnicas que se podem usar são a observação directa ou indirecta, o questionário, a entrevista, a monografia, etc..

Os elementos a observar são: os comportamentos, os modelos adquiridos e transmitidos por meio de símbolos, que se traduzem em artefactos, diferenciam os grupos humanos e são expressos na hierarquia dos valores.

A transmissão não se faz somente por meio da educação

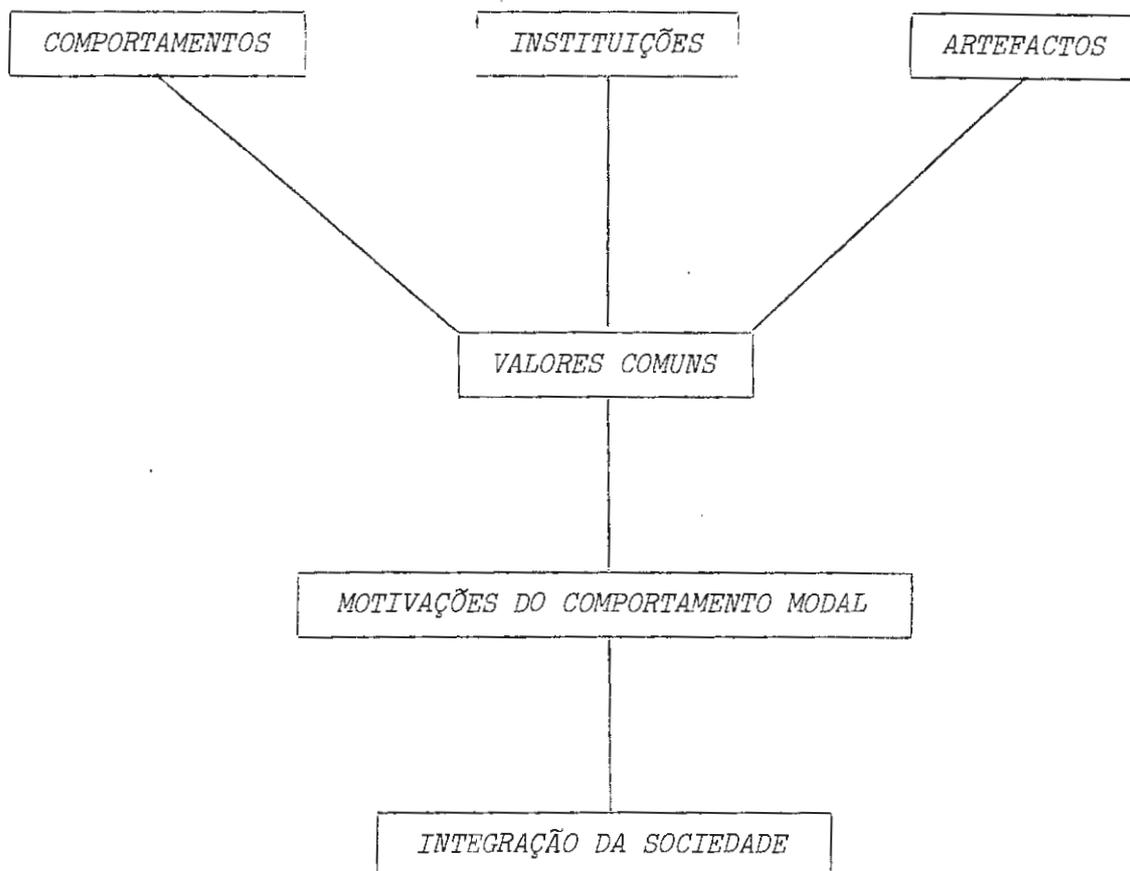
formal mas através de toda a convivência. Os símbolos de que lança mão podem ser palavras, imagens, sinais convencionais, expressões, gestos significativos. O principal veículo de comunicação é a língua.

Podemos dizer que as manifestações observáveis de uma cultura se concretizam no comportamento habitual das pessoas, nas instituições e artefactos em que por assim se dizer se incorporam os valores comuns da colectividade. Tais valores devem ser considerados como factores integrantes da sociedade e como motivações do comportamento modal.

Apresentamos a seguir um esquema analítico para o estudo duma cultura que passamos a descrever. No estudo de uma cultura haverá que observar:

- a) os comportamentos típicos: hábitos sociais, modos selectivos de sentir ou de perceber; esteriotipos; preconceitos; costumes; tradições; modos de trabalhar ; de se divertir; de cultivar as artes ou a religião ; os desvios, etc.;
- b) as instituições: o que é típico na instituição familiar, educativa, económica, religiosa, política; atender sempre aos valores que tais instituições explicitam e à sua hierarquia;
- c) os artefactos: são o elemento material da cultura. Examinem-se as técnicas, as realizações materiais, as artes, urbanização, os monumentos. Tudo está em íntima ligação com a vida social e manifesta os valores e a índole distintiva de tal sociedade.

ESQUEMA ANALÍTICO DE UMA CULTURA



LEITURAS

1. - FICHTER, *op.cit.*, cap. XII.
2. - Artigos de ANTUNES, M., em Enciclopedia Verbo: *Civilização e Cultura*.
3. - HERKOVITZ, *Les Bases de l'Anthropologie Culturelle*, Paris, Payot 1952, cap. 1 e 2.
4. - JOHNSON, H.M. *Sociology*, cap. IV.
5. - BEALS, R., "Acculturation" in Kroeber (ed) *Anthropology Today*, pág. 621-641.
6. - ROCHER, Guy, *op.cit.*, vol. I, cap. IV.

I N D I C E

Apresentação	1
Introdução	
I - <u>Gênese e evolução do pensamento sociológico</u>	2
1. Os precursores	
2. Os princípios da Sociologia	
3. A Sociologia contemporânea	
II- <u>Questões preliminares</u>	28
1. Diversas acepções da palavra Sociologia	
2. Sociologia, Filosofia, Acção Social	
3. Ciências Sociais e Sociologia	
4. Características e objecto da Sociologia actual	
5. A observação, classificação e explicação dos factos sociais	
6. Dificuldades da Sociologia actual	
7. As leis em Sociologia	
8. A linguagem sociológica	
9. Os métodos em Sociologia	
10. Perspectiva sociológica no estudo dos factos sociais	

I PARTE - A Interrelação Social

Cap. I - <u>As Categorias</u>	62
1. Utilidade sociológica das categorias sociais	
2. Categorias e grupos	
3. Categorias múltiplas e tipos	
4. Tipos e esteriotipos	
Cap. II - <u>Os Agregados</u>	71
1. Características dos agregados	
2. Tipologia dos agregados	
3. Agregados, categorias e grupos	
4. Pessoa, agregado e sociedade de massas	

Cap. III- <u>Os Grupos</u>	78
1. Definição e características	
2. Origem e tipologia dos grupos	
3. Organização, sistema social e grupo	
4. O estudo dos grupos	
Cap. IV - <u>A Sociedade Global</u>	89
1. A sociedade global e outras colectividades	
2. Elementos constitutivos da sociedade global	
3. Estrutura e funcionamento da sociedade	
4. Tipologia das sociedades	
5. Funções essenciais da sociedade	
II PARTE - O Agir Social	
	108
Cap. V - <u>Os Modelos de Comportamento</u>	109
1. Modelos de comportamento e pessoa	
2. Hierarquia dos modelos de comportamento	
3. Variabilidade dos modelos de comportamento	
4. Modelos ideais e modelos reais	
5. Preconceitos, estereótipos e etnocentrismo como modelos de comportamento	
6. A propaganda como difusora de modelos de comportamento	
Cap. VI - <u>Os Papéis Sociais</u>	119
1. Conteúdo dos papéis	
2. Papel e pessoa	
3. A formação dos papéis	
4. Papéis esperados e papéis observados	
5. Papéis e sanções sociais	
6. Conflito e mútua consolidação dos papéis	
7. Papel social e status	
Cap. VII- <u>Os Processos Sociais</u>	130
1. Significado dos processos sociais	
2. Classificação dos processos sociais	
3. Complexidade dos processos sociais	

Cap. VIII- As Instituições Sociais 142

1. Notas distintivas das instituições
2. Instituições e grupos
3. Funções e disfunções das instituições
4. Universalidade e variabilidade das instituições
5. Classificação das instituições
6. A rede das instituições
7. Instituições sociais e sanções
8. O estudo das instituições

Cap. IX - A Cultura 151

1. Civilização e Cultura
2. Pessoa e cultura
3. Áreas culturais
4. Traços culturais e complexos culturais
5. Elementos materiais da cultura
6. Classificação das culturas
7. Origem da diversidade e semelhança cultural
8. Funções da cultura
9. O estudo da cultura

